

GIOVANNA CRISTINA RODRIGUES ALVES RAFAEL

**ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O USO DE CONSTRUÇÕES
ASPECTUAIS INCEPTIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO
PORTUGUÊS EUROPEU**

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2016

GIOVANNA CRISTINA RODRIGUES ALVES RAFAEL

**ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O USO DE CONSTRUÇÕES
ASPECTUAIS INCEPTIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO
PORTUGUÊS EUROPEU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa: Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Maria Coelho

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2016

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

R136e

Rafael, Giovanna Cristina Rodrigues Alves.

Estudo comparativo sobre o uso de construções aspectuais inceptivas no Português Brasileiro e no Português Europeu [manuscrito] / Giovanna Cristina Rodrigues Alves Rafael. – 2016.

127 f., enc. : il., grafs (color), tabs (p&b).

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 116 –123.

Apêndices 124-127.

1. Língua portuguesa – Brasil – Variação – Teses. 2. Língua portuguesa – Portugal – Variação – Teses. 3. Língua portuguesa – Brasil – Verbos – Teses. 4. Língua portuguesa – Portugal – Brasil – Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O USO DE CONSTRUÇÕES ASPECTUAIS INCEPTIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU


GIOVANNA CRISTINA RODRIGUES ALVES RAFAEL

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 19 de janeiro de 2016, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientador
UFMG


Prof(a). Luana Lopes Amaral
UFMG


Prof(a). Luiz Carlos Travaglia
UFU

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2016.

À minha família, minha base, e ao Felipe, meu amor.

AGRADECIMENTOS

À minha família, base de todo o meu ser. Obrigada a todos por me apoiarem nas decisões, por me suportarem nos momentos de angústia e de nervosismo, e por me incentivarem a continuar com meus sonhos, mesmo quando a realidade se mostrou desfavorável.

Ao Felipe, companheiro de todas as horas e a razão pela qual luto todos os dias por uma vida melhor. Obrigada pela compreensão diante das minhas incertezas e dos meus acessos de raiva, pela presença constante e marcante ao meu lado, pelo apoio e incentivo incessantes... Simplesmente, agradeço-lhe por tudo o que você é para mim!

Aos meus amigos, de todas as épocas, por alegrarem ainda mais os meus dias, cada um à sua bobeira! Sinto-me muito feliz por tê-los como a família que escolhi!

Aos meus sistemas fisiológico e psicológico, por suportarem as tantas horas que passei em frente ao computador. Foram muitas as dores sentidas, mas todas elas serviram para me fortalecer ainda mais.

Às músicas, aos *games* e a Roland de Gilead e seus *ka-tets*, por serem meus companheiros fiéis nessa jornada. Sem vocês, com certeza, eu não teria ânimo suficiente para encarar todas as dificuldades e as longas horas de trabalho e de estudo.

Ao CaPsi e à Márcia-que-não-é-Márcia, pelos cappuccinos e pelas guloseimas que me sustentaram nos dias de labuta na faculdade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo auxílio financeiro concedido, que me permitiu dedicar-me inteiramente ao trabalho que desenvolvi.

Aos meus professores, que, desde a infância até a faculdade, sempre me deram verdadeiras lições. Cada um, à sua maneira, mostrou-me quão bela é essa profissão, essa vocação, que é a docência. Mesmo os que não transmitiram coisas boas, no fim, deixaram algum ensinamento. Sem vocês, não teria chegado aonde cheguei.

Ainda falando sobre professores, gostaria de expressar um forte agradecimento aos professores Tommaso Raso e Heliana Mello, da FALE-UFMG, e Fátima Oliveira, da Universidade do Porto, por serem tão solícitos quando precisei de auxílio em minha pesquisa. Sou muito grata, também, ao Bruno, à Bárbara e ao Vítor, bolsistas do LEEL, por me atenderem com muita atenção e por me auxiliarem com o C-ORAL-ROM.

Não posso deixar de agradecer imensamente à professora Sueli, minha orientadora, por ser, simplesmente, a pessoa em quem me inspiro para ser uma professora de excelência e uma linguista competente. Obrigada pelas oportunidades a mim concedidas, mesmo quando eu não me sentia merecedora de recebê-las, pelos “puxões de orelha” muito bem aplicados e por todo o auxílio na minha trajetória acadêmica. Este trabalho é tão seu quanto meu!

Por último, mas que, na verdade, é o início de tudo, agradeço a Deus, o Responsável por tudo o que eu escrevi nestas breves linhas. Ele é o detentor da minha maior gratidão!



***“They were close to the end of the beginning . . .”
(The Dark Tower I – The Gunslinger)***

RESUMO

O presente estudo aborda, numa perspectiva comparativista, o uso de construções aspectuais inceptivas (CIs) no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE). Tal pesquisa se baseou na hipótese aventada por Coelho (2014) sobre uma possível variação que estaria ocorrendo entre o PE e o PB, em relação à marcação do aspecto inceptivo, tipo aspectual que indica a fase inicial das situações verbais. Além da hipótese fundadora, foram elaboradas duas outras hipóteses, tendo em vista os critérios metodológicos que foram adotados para que se cumprissem os objetivos desta pesquisa: uma diz respeito à existência de construções inceptivas além das perifrásticas, e a outra se refere às modalidades oral e escrita da língua portuguesa, as quais poderiam influenciar na marcação do aspecto. Os *corpora* compilados para a coleta dos dados pertencem à oralidade e à escrita do PE e do PB, dos séculos XIX ao XXI. As amostras de oralidade foram compostas de peças de teatro, de entrevistas sociolinguísticas e de transcrições de fala espontânea; já as amostras de escrita foram construídas por meio de romances. Como bases teóricas para nortear as análises, foram utilizados os pressupostos da variação linguística (LABOV; WEINREICH, HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2007) e dos estudos sobre o aspecto no geral (VENDLER, 1968; COMRIE, 1976) e na língua portuguesa (CASTILHO, 1968; TRAVAGLIA, 1985; COSTA, 1990; BARROSO, 1994). Antes de serem iniciadas as análises de fato, a hipótese sobre a existência de CIs diferentes das perifrásticas foi parcialmente refutada, pois as construções que surgiram nos *corpora* foram diversas, muitas das quais não eram aspectuais, e outras eram ambíguas; por outro lado, deliberou-se por retirar os chamados verbos incoativos da lista de construções que marcam o aspecto inceptivo pelo fato de eles indicarem uma mudança de estado sem um foco no início da mudança. Esses procedimentos restringiram as análises às CIs perifrásticas, somente. Os resultados acusaram uma variação diatópica entre o PE e o PB, com relação somente ao uso das CIs perifrásticas não-canônicas, cujos verbos auxiliares não carregam, em seu semantema, a noção de início, mas marcam o aspecto inceptivo e outros tipos de aspecto (como o iterativo e o durativo) por meio de abstrações metafóricas de movimento (SIGILIANO, 2013). A variação diatópica, que se mostrou mais forte na modalidade escrita, parece estar ligada à variação diamésica (oralidade x escrita), devido às diferenças de estabelecimento dos textos em cada modalidade (inclusive no campo têmporo-aspectual). Essa variação diamésica, por sua vez, parece ser condicionada por diversos fatores linguísticos e cognitivos, como a variação lexical, a lexicalização, o *chunking* e a restrição de traços impostas pela CI, além da variação diafásica, uma vez que o estilo individual influencia na marcação do aspecto, especialmente na modalidade escrita, por ela ser *off-line*. Contudo, mesmo com a atuação desses fatores, as CIs utilizadas no PE e no PB não se mostraram diferentes em sua constituição morfossintática e semântica, a ponto de distinguirem padrões de CIs em cada variedade da língua.

PALAVRAS-CHAVE: aspecto; construções inceptivas; Português Brasileiro; Português Europeu; variação.

ABSTRACT

This paper presents, in a comparative perspective, the usage of inceptive aspectual constructions (CIs) in Brazilian Portuguese (PB) and European Portuguese (PE). This research was based on a hypothesis suggested by Coelho (2014), about a possible variation which would be occurring between PE and PB concerning the manifestation of inceptive aspect, type of aspect which indicates the beginning of verbal situations. Beyond this hypothesis, two other hypothesis were elaborated, considering the methodological criteria adopted in order to accomplish the objectives of this research: one hypothesis is related to the existence of inceptive constructions beyond the periphrastic ones, and the other refers to the oral and the written speech of Portuguese, which could influence on the aspectual marking. The compiled *corpora* belong to the oral and the written speech of PE and PB, from the 19th to the 21st century. The oral samples were compound by theater plays, sociolinguistic interviews and spontaneous speech transcriptions; the written samples were built through novels. The assumptions of sociolinguistic variation (LABOV; WEINREICH, HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), of Construction Grammar (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2007), and of studies about aspect in general (VENDLER, 1968; COMRIE, 1976) and in Portuguese (CASTILHO, 1968; TRAVAGLIA, 1985; COSTA, 1990; BARROSO, 1994) were chosen as theoretical basis to the analysis. Before beginning the analysis, the hypothesis about the existence of inceptive constructions different from the periphrastic ones was partially refuted, because the constructions which appeared in the *corpora* were diverse, many of them non-aspectual, and others ambiguous; on the other side, it was decided that the inchoative verbs were removed from the list of inceptive constructions, because they indicate a change of state without a focus on the beginning of the change. These procedures restricted the analysis only to the periphrastic constructions. The results pointed a diatopic variation between PB and PE, concerning only the usage of non-canonic CIs, which auxiliary verbs do not have the idea of beginning in their semantems, but they mark the inceptive and other types of aspect (such as iterative and durative) through metaphorical abstractions of movement (SIGILIANO, 2013). The diatopic variation, which was stronger in the written speech, seems to be linked to the diamesic variation (orality x writing), due to the differences of text establishing in each language modality (including the temporal and aspectual usages). This diamesic variation, on its turn, seems to be conditioned by many linguistic and cognitive factors, such as the lexical variation, the lexicalization, the *chunking* and the restriction of traces imposed by the CI, beyond the diaphasic variation, since the individual style influences the aspectual marking, especially in the written speech, which is *off-line*. However, even with these factors, the CIs used in PE and in PB – considering their morphosyntactic and semantic constitution – were not different enough to distinguish patterns of ICs in each variety of language.

KEYWORDS: aspect; inceptive constructions; Brazilian Portuguese; European Portuguese; variation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição total de CIs no PE e no PB por século.....	80
Gráfico 2: Distribuição de CIs canônicas e não-canônicas na oralidade do PE e do PB	82
Gráfico 3: Distribuição de CIs canônicas e não-canônicas na escrita do PE e do PB.....	82
Gráfico 4: Distribuição de CIs canônicas no PE e no PB por século	83
Gráfico 5: Distribuição diacrônica de CIs na modalidade escrita do PE e do PB.....	90
Gráfico 6: Distribuição diacrônica de CIs na modalidade oral do PE e do PB	90
Gráfico 7: Uso dos tempos e modos verbais na oralidade do PE e do PB	101
Gráfico 8: Uso dos tempos e modos verbais na escrita do PE e do PB.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Recortes sincrônicos das amostras	66
Tabela 2: Discriminação dos dados coletados para as amostras	67
Tabela 3: Textos orais selecionados para o estudo	69
Tabela 4: Textos escritos selecionados para o estudo	71
Tabela 5: Uso das variantes da CI não-canônica por modalidade da língua no PE e no PB...	88
Tabela 6: Frequência das CIs não-canônicas por modalidade da língua no PE e no PB	89
Tabela 7: Resultados do qui-quadrado para CIs canônicas e não-canônicas por modalidade da língua no PE e no PB	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Propriedades das classes acionais, segundo Smith (1991).....	32
Quadro 2: Tipos aspectuais do português segundo Castilho (1968).....	35
Quadro 3: Tipos aspectuais do português segundo Travaglia (1985).....	37
Quadro 4: O <i>continuum</i> léxico-sintaxe	50
Quadro 5: Especificações das CIs procuradas nos <i>corpora</i>	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura simbólica de uma construção	52
--------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI – Construção aspectual inceptiva

CRPC – Corpus de Referência do Português Contemporâneo

Ex – Exemplo

Fin – Forma verbal finita

GC – Gramática de Construções

Inf – Forma nominal infinitiva

Nom – Forma nominal

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua

Prep – Preposição

SN – Sintagma nominal

V1 – Verbo auxiliar

V2 – Verbo principal

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
A CATEGORIA ASPECTUAL	23
1.1 Categoria de aspecto: breve histórico e definição	24
1.2 Aspecto e <i>Aktionsart</i>	28
1.3 Tipos de aspecto manifestos na língua portuguesa	34
1.3.1 Inceptivo <i>versus</i> incoativo: proposta terminológica.....	38
1.3.2 Recursos de marcação aspectual do português	42
GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES.....	48
2.1 Gramática de Construções: breve histórico e principais postulados	48
2.2 A construção aspectual inceptiva	55
DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA	64
3.1 <i>Corpora</i> compilados	65
3.1.1 <i>Corpora</i> orais compilados.....	68
3.1.2 <i>Corpora</i> escritos compilados	71
3.2 Coleta dos dados: critérios e procedimentos	72
3.2.1 Eliminação de dados: esclarecimentos	75
O ASPECTO INCEPTIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	79
4.1 Apresentação e análise dos dados quantitativos	79
4.1.1 Distribuição das CIs canônicas e das CIs não-canônicas no PE e no PB por modalidade da língua	81
4.2 Características morfossintáticas e semânticas das CIs.....	94
4.2.1 Uso e tipo da preposição	95
4.2.2 Recursos morfossintáticos e semânticos que integram as CIs	96
4.2.3 Tempos e modos verbais utilizados	100
4.2.4 Tipo do V2	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
APÊNDICES	124

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Incipere... Inchoare... Começar...

Ao longo de seu percurso sócio-histórico, a língua portuguesa se tornou bastante variada em alguns aspectos de seu léxico, de sua fonética e de sua gramática, algo que pode ser verificado em diversos manuais de linguística, em gramáticas descritivas (MATEUS *et al.*, 2003), em gramáticas descritivo-normativas (BECHARA, 2009) e em certas gramáticas normativas (CUNHA; CINTRA, 2013). Alguns tipos de variação são, muitas vezes, bastante perceptíveis aos ouvidos de seus falantes, principalmente aquelas que se manifestam no campo lexical e no fonético; no entanto, outros tipos de variação, especialmente as que ocorrem no campo da sintaxe, são menos notados, principalmente se tais estruturas não são alvos de estigma¹ por parte da sociedade luso-falante, em suas diferentes dimensões espaciais.

Um fenômeno variacionista que parece não estar no centro das atenções dos falantes é aquele que envolve a expressão do *aspecto*, categoria linguística que passa despercebida, inclusive, a muitas pessoas que se dedicam ao estudo de línguas (COMRIE, 1976; COSTA, 1990). O aspecto, *grosso modo*, diz respeito à temporalidade interna de uma situação², esta que é predominantemente expressa pela classe dos verbos³ (COMRIE, 1976; TRAVAGLIA, 1985; COSTA, 1990). Para ilustrar brevemente esse conceito, vejamos os exemplos a seguir, extraídos dos *corpora* utilizados nesta pesquisa:

- (1) “**Começava** então **a servir-se** a sobrezeza” (MACEDO, 1844, grifos nossos)
- (2) “Mas era o seu marido, era novo, era forte, era alegre: **pôz-se a adoral-o**” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso)

Nas sentenças acima, os fatos verbais *servir* e *adorar* são apresentados em seu princípio (condição assinalada pelos verbos auxiliares que se antepõem aos fatos em questão), não havendo indicação, por exemplo, do término desses eventos na linha do tempo. No

¹ No português do Brasil, por exemplo, a concordância verbal e a nominal não feitas de acordo com a gramática padrão são estigmatizadas pela sociedade, em certos contextos de fala (especialmente, os mais formais).

² O termo *situação* está sendo usado tal como Comrie (1976) e Travaglia (1985) o utilizam em seus trabalhos. Costa (1990) utiliza *fato* ou *fato verbal*. Neste trabalho, adotamos ambas as nomeações para nos referirmos aos eventos verbais, uma vez que a palavra *evento* possui significações, dentro da literatura sobre aspecto, que podem confundir o leitor.

³ Diz-se “predominantemente verbal”, pois há também marcação de aspecto em nomes, mas em menor profusão (COSTA, 1990). Travaglia (1985) salienta que os nomes que marcam aspecto são provenientes de verbos, o que justifica, mais uma vez, a associação entre aspecto e classe verbal.

segundo exemplo, além do início, há, também, uma indicação da duração da ação, esta que é mais intensiva do que no primeiro exemplo. Na literatura especializada, o aspecto responsável por indicar o início dos fatos verbais recebe o nome de *inceptivo/incoativo*, e o aspecto que indica a duração é denominado *durativo*.

Mesmo com o relativo desconhecimento existente em relação à categoria aspectual, conforme ventilado, alguns estudiosos se dedicam aos estudos sobre esse tema, pesquisando-o sob pontos de vista diferenciados que abrangem diversas áreas da linguística, conforme apresentaremos nos capítulos teóricos. Na esteira desses trabalhos, a pesquisa aqui desenvolvida traz um estudo comparativo, em relação à marcação do aspecto *inceptivo*⁴, entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE).

A motivação para este trabalho é proveniente de um estudo feito por Coelho (2014), o qual se valeu da perspectiva comparativa de caráter variacionista (LABOV, 2008 [1972]), em interface com a Gramática de Construções e com os pressupostos da gramaticalização. Discorrendo sobre a gramaticalização das formas verbais (*a*)*garrar*, *danar*, *desandar* e *desatar* para a expressão de certos subtipos de aspecto (dentre eles, o inceptivo), Coelho (2014, p. 16) verificou um ligeiro aumento no uso das perífrases verbais⁵ encabeçadas por essas formas no PE:

Os dados coletados sinalizam, pois, para uma distinção de padrões entre as duas línguas no tocante ao emprego dessas construções: embora a marcação cumulativa de aspecto por meio de construções verbais tenha se mostrado um recurso produtivo nas duas modalidades de português, na passagem do séc. XIX para o XX, registrou-se, no PE, uma ampliação da frequência dessas construções, enquanto, no PB, ocorreu uma redução. Esse é um dado relevante, considerando-se, sobretudo, que o número de palavras no *corpus* é equiparado para as duas modalidades de português, evitando-se, assim, que o aumento da frequência em uma modalidade seja decorrente do aumento do número de palavras.

A partir de tais indícios, a autora aventou algumas hipóteses, dentre elas a de que a marcação do aspecto pode acontecer de forma mais ou menos perifrástica entre as duas

⁴ Nesta pesquisa, adotamos somente a denominação *inceptivo* para nos referirmos ao aspecto de fase inicial. A justificativa para essa escolha terminológica será dada no primeiro capítulo, e a explicação sobre a eleição desse subtipo aspectual para ser nosso objeto de estudo se encontra no capítulo referente à descrição da metodologia adotada neste trabalho.

⁵ Em seus primórdios, o termo *perífrase* era utilizado para denominar uma figura retórica que se caracterizava pelo uso de sequências de palavras no lugar de palavras únicas, no intuito de parafraseá-las. No entanto, com o passar do tempo, tal terminologia foi estendida ao domínio morfológico; assim, nesse domínio, sequências de palavras, como a conjunção verbo auxiliar + verbo principal, foram denominadas como perífrases, sendo essa sequência verbal específica chamada *perífrase verbal* (DUBOIS *et al.*, 1997 [1973] *apud* COELHO, 2006). A definição desse termo e sua relação com a categoria de aspecto serão retomadas nos capítulos teóricos. DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística** (trad. Izidoro Blikstein). 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

variedades⁶, uma vez que, no *corpus* de sua pesquisa, o PE se mostrou mais perifrástico e o PB, menos. Como o estudo de Coelho (2014) é ainda incipiente, consideramos a necessidade de verificar, de maneira mais aprofundada, os resultados obtidos e as considerações feitas por essa autora (algo sugerido por ela, em seu trabalho), o que nos incentivou a tomar o tema aqui apresentado como objeto de investigação científica.

Como objeto de estudo, portanto, selecionamos as construções de aspecto inceptivo. As hipóteses que construímos para serem testadas empiricamente por meio desta pesquisa buscam responder aos seguintes questionamentos: a) em que medida o aspecto inceptivo é marcado no PE e no PB? b) Há algum tipo de especialização de usos das construções que se prestam à marcação desse tipo aspectual nas variedades do português selecionadas?. Tais questionamentos emergiram da hipótese aventada por Coelho (2014), que endossamos inicialmente e que, portanto, nos propusemos a testar. Além dessa hipótese, acrescentamos a esta pesquisa duas outras intuições que se direcionam para nossos objetivos de estudo. Portanto, as três hipóteses que formulamos para este estudo são estas:

1 – Há variação entre o PE e o PB, no que diz respeito à marcação do aspecto inceptivo (baseada em COELHO, 2014);

2 – Diferentemente do que mostram alguns trabalhos, como o de Cunha e Cintra (1985) e o de Garcia (2010), acreditamos que o aspecto inceptivo é marcado *somente* por perífrases verbais e por verbos cujos semantemas indicam o início de uma situação (*começar, iniciar e principiar*) (TRAVAGLIA, 1985).

3 – As modalidades oral e escrita da língua portuguesa podem apresentar índices de frequência de uso do aspecto inceptivo diferentes, uma vez que possuem, cada uma, características específicas de construção dos textos (ANDRADE, 2011), estando inclusas, aqui, peculiaridades sobre a temporalidade do discurso (CHAFE, 1982 *apud* BARROS, 2000)⁷.

⁶ Diferentemente de Coelho (2014), utilizamos o termo *variedade* para nos referirmos ao PE e ao PB. Optamos por essa nomeação, pois, em nosso trabalho, a palavra *modalidade* é utilizada para se referir ao par *oralidade/escrita*.

⁷ CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN *et al.* (eds.) **Oral and written discourse**. Nova Jérsei: Norwood, 1982.

A segunda e a terceira hipóteses foram elaboradas, tendo em vista a metodologia que adotamos nesta pesquisa. Uma vez que Coelho (2014) analisou somente quatro tipos de construções inceptivas, pensamos, a princípio, que a possível variação observada pela autora seria particular dessas construções. Dessa maneira, analisamos, nesta pesquisa, as construções estudadas por Coelho (2014), e acrescentamos outras que identificamos na literatura especializada, no intuito de verificar a abrangência da hipótese dessa autora na marcação do aspecto inceptivo. Como estendemos nosso objeto de estudo, era nossa intenção coletar o máximo de dados possível (o que fundamentou a segunda hipótese, sobre a existência de construções inceptivas diferentes das perifrásticas), de acordo com a oralidade e com a escrita da língua portuguesa, devido às peculiaridades de construção dos textos em cada uma dessas modalidades da língua (terceira hipótese).

Para testar essas hipóteses e tentar responder aos questionamentos formulados, apoiamo-nos, assim como Coelho (2014), na corrente de estudos que lida com processos de variação e mudança: a Sociolinguística Variacionista, subárea da linguística que estuda “a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” (MOLLICA, 2004, p. 9). Adotamos tal corrente, pois, conforme indicamos anteriormente, parece existir variação entre o PB e o PE, no que diz respeito à marcação do aspecto inceptivo. Além dessa, também nos pautamos nos postulados da área da Linguística Cognitiva denominada Gramática de Construções, uma vez que a categoria aspectual é, cada vez mais, estudada nessa perspectiva, por ser representativa das chamadas *construções linguísticas* (SIGILIANO, 2013; COELHO, 2014). Ressaltamos que não lidamos com os processos de *mudança* linguística que originaram as construções aspectuais inceptivas, já que intentamos verificar possíveis diferenças de uso dessas construções entre o PE e o PB, e não observar a mudança semântica e/ou categorial das estruturas analisadas.

Tanto no Brasil quanto em Portugal, há trabalhos que tomam como tema principal o aspecto. Entretanto, grande parte das pesquisas por nós consultadas não traz análises comparativas entre o PE e o PB, mas somente análises referentes a uma ou a outra variedade em particular (DRZAZGOWSKA, 2012), ou às duas variedades, de forma mais geral e homogênea (CASTILHO, 1968; TRAVAGLIA, 1985; COSTA, 1990; BARROSO, 1994; BARROSO, 1999; HLIBOWICKA-WEGLARZ, 1998; e outros). Percebe-se, portanto, que há uma lacuna no que tange a pesquisas de caráter comparativista nessa área da língua

portuguesa⁸, o que nos estimulou a trilhar esse caminho no intuito de contribuir com a descrição da categoria aspectual.

Sem dúvida, o trabalho específico sobre uma ou outra variedade de língua traz muitas contribuições importantes para as pesquisas em linguística. Porém, como em qualquer outro trabalho científico que lida praticamente com o mesmo objeto de análise, um estudo comparativo se faz igualmente necessário para o desenvolvimento das pesquisas sobre tal objeto, uma vez que olhares de diversos ângulos podem elucidar questões que, antes, não haviam se destacado sob um ou outro ponto de vista.

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 49).

No caso da pesquisa que desenvolvemos, intentamos acrescentar a visão variacionista *comparativa*, de bases *diacrônica* (variação na linha do tempo), *diatópica* (variação no espaço), *diafásica* (variação de estilo e/ou registro) e *diamésica* (variação em diferentes meios, especialmente entre o oral e o escrito), aos estudos sobre o aspecto na língua portuguesa. A variação diastrática (variação social) não foi incluída neste trabalho por questões de limitação impostas pelos *corpora*, assunto que será abordado no capítulo sobre a metodologia adotada neste estudo. Mesmo assim, salientamos que tal tipo de variação pode, também, servir de base para outros estudos na área que, certamente, permitirão lançar luz sobre a complexa questão aqui investigada.

Para conseguirmos alcançar satisfatoriamente esses pontos que levantamos, estabelecemos alguns objetivos de estudo. O objetivo geral desta pesquisa consiste, pois, em analisar, sob uma perspectiva comparativista de caráter variacionista, a marcação do aspecto inceptivo no PB e no PE. Já os objetivos específicos, decorrentes do desdobramento desse objetivo mais amplo, são estes:

⁸ Castro (1996 *apud* CHAVES, 2013) também sinaliza uma carência de estudos comparativos entre o PE e o PB nas pesquisas contemporâneas. CASTRO, Ivo. Para uma história do Português Clássico. **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**. v. II. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1996, p. 135-150. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/1996_Portugus_Clssico.pdf>.

- a. quantificar os usos do aspecto inceptivo nas modalidades oral e escrita do PE e do PB;
- b. testar a hipótese aventada por Coelho (2014) sobre uma possível variação e especificação de usos entre o PE e o PB, em relação à marcação do aspecto inceptivo;
- c. analisar a estrutura das construções que se prestam a marcar o aspecto inceptivo no PE e no PB;
- d. descrever os elementos construcionais que interagem na marcação do aspecto inceptivo nas duas variedades de língua portuguesa.

Este trabalho, que relata todo o percurso da pesquisa empreendida, está organizado em quatro capítulos. No primeiro deles, tentamos situar a categoria aspectual dentro dos estudos linguísticos, bem como suas principais características e suas lacunas. São empreendidas, ainda, discussões acerca de diversos pontos que consideramos relacionados à pesquisa aqui feita. No segundo capítulo, abordamos a teoria chamada Gramática de Construções, vertente dos estudos cognitivos da linguística que, a nosso ver, mostra-se pertinente, quando se trata de estudos sobre o aspecto, especialmente em construções perifrásticas, como as aqui estudadas. Nessa parte, discutimos, também, alguns pontos que se voltam para o nosso objeto de estudo. No terceiro capítulo, é descrita a metodologia que adotamos, para cumprir os objetivos desta pesquisa. No quarto capítulo, são apresentados os resultados que alcançamos com as análises dos dados, bem como as generalizações que pudemos extrair deles para os estudos sobre o aspecto em língua portuguesa.

Para iniciarmos o relato desta pesquisa, trataremos, no capítulo a seguir, sobre o estatuto da categoria aspectual nos estudos linguísticos, bem como sua manifestação na língua portuguesa. Convidamos o leitor, portanto, a se enveredar pelos caminhos dessa categoria linguística.

CAPÍTULO 1

A CATEGORIA ASPECTUAL

“O aspecto é uma categoria em estudo, sob reflexão; sobre ela nada pode ainda ser considerado definitivo.”
(COSTA, 1990, p. 9)

De acordo com Lyons (1968) e com Taylor (1991), a categorização linguística existe desde a Grécia clássica, sendo tributária, principalmente, do pensamento filosófico de Aristóteles (384-322 a.C.). *Categoria* é uma palavra de origem grega que pode ser traduzida por *predicação*, palavra que, por sua vez, significa “atribuir propriedades”, nos moldes lógico-filosóficos. Com base nessa noção de propriedades das coisas do mundo, Aristóteles (*apud* TAYLOR, 1991, p. 22, tradução nossa) classificou certas características como *essenciais*, e outras como *acidentais*:

A essência é aquilo que faz uma coisa ser o que ela é: essência é “todas as partes imanentes nas coisas que definem e indicam sua individualidade, e cuja destruição causa a destruição do todo” [...]. Acidentes são propriedades incidentais que não têm parte na determinação do que uma coisa é: “acidente” significa que o que se aplica a alguma coisa é verdadeiramente estabelecido, mas não necessariamente, nem usualmente⁹.

Voltando essa categorização para os estudos linguísticos, Lyons (1968) salienta que, mesmo com toda a tradição de uso do termo “categoria” nos compêndios gramaticais, a definição desse termo ainda é opaca. Por conta disso, em seu trabalho, o autor faz outra categorização, com base, em parte, nas definições de “essência” e de “acidente” tratadas por Aristóteles. As categorias *essenciais*, chamadas por Lyons (1968) de *primárias*, são as categorias gramaticais compostas pelas partes do discurso (ou classes de palavras). Já as categorias *acidentais*, denominadas *secundárias* pelo autor, são as categorias gramaticais tais como elas são citadas nos manuais de gramática tradicional, como as flexões de gênero, de número e de tempo, as marcações casuais, modais e aspectuais, entre outras. Na definição de

⁹Do original: “The essence is that which makes a thing what it is: essence is ‘all parts immanent in things which define and indicate their individuality, and whose destruction causes the destruction of the whole’ [...]. Accidents are incidental properties, which play no part in determining what a thing is: ‘Accident’ means that which applies to something and is truly stated, but neither necessarily nor usually” (TAYLOR, 1991, p. 22).

Lyons (1968), portanto, a categoria aspectual, em voga neste trabalho, é um *acidente*, uma categoria gramatical *secundária*, por não ser uma obrigatoriedade em todas as línguas e, em alguns casos, até em uma mesma língua. Essa e outras características da categoria de aspecto serão apresentadas na seção a seguir.

1.1 CATEGORIA DE ASPECTO: BREVE HISTÓRICO E DEFINIÇÃO

Com o surgimento da Linguística Moderna, a partir do século XX, os estudos sobre a categoria de aspecto passaram a ter maior expressividade, fato que começou com a descrição das línguas eslavas, no século XIX (MATEUS *et al.*, 2006; PRESTES-RODRIGUES, 2013). Na Antiguidade Clássica, contudo, já se falava em aspecto, mesmo que, àquela altura, essa categoria não tivesse recebido tal nomeação. Filósofos, como Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles, e gramáticos, como o latino Varrão (116-27 a.C.), trataram do aspecto em seus postulados sobre a categoria linguística de tempo. Os filósofos, por exemplo, discorreram sobre as noções aspectuais de completude e de incompletude. Já Varrão instituiu os termos *perfectum* (processo concluído) e *imperfectum* (processo não concluído), posteriormente traduzidos como “perfeito” e “imperfeito”¹⁰ (PRESTES-RODRIGUES, 2013).

Segundo ponderam vários autores, tais como Comrie (1976), Costa (1990), Barroso (1994) e Prestes-Rodrigues (2013), o fato de os estudos mais aprofundados sobre o aspecto serem muito recentes faz com que essa categoria linguística seja menos conhecida do que outras, tal como a categoria de tempo, por exemplo, que é sua correlata. A própria noção de aspecto não é comum a muitos falantes, inclusive, a muitos estudiosos de linguística. No entanto, mesmo com esse relativo desconhecimento da categoria aspectual por parte de muitos, alguns autores se debruçaram sobre o tema, no intuito de descrever tal categoria de maneira sistemática. Podem ser citados, por exemplo, Vendler (1967), Comrie (1976), Smith (1991), Castilho (1968), Travaglia (1985), Costa (1990), Barroso (1994) e Cunha (2004) – os cinco últimos tratam do aspecto na língua portuguesa, especificamente.

A despeito de a descrição e a sistematização da categoria aspectual ainda possuírem diversas lacunas e divergências (algumas das quais trataremos nas seções a seguir), ao menos certas definições, como a própria noção de aspecto, parecem ser um consenso entre os estudiosos.

¹⁰ As noções de perfectividade e de imperfectividade serão tratadas, de maneira mais aprofundada, na seção 1.2.

De modo geral, pode-se entender o aspecto como uma categoria temporal, assim como o próprio tempo linguístico, o que justifica a abordagem da categoria aspectual dentro da categoria de tempo na Antiguidade e na própria Gramática Tradicional, que, gestada nesse período, não menciona a categoria, embora mencione questões atinentes a ela quando da descrição dos tempos e modos verbais. No entanto, o ponto crucial que distingue as duas noções é a *dêixis*¹¹: enquanto a categoria de tempo (passado, presente e futuro) depende do momento da enunciação – com todas as suas implicações temporais, locais e pessoais – para se manifestar, o aspecto se manifesta independentemente do contexto enunciativo. Essa definição pode ser vista, por exemplo, em Costa (1990). A autora afirma que a referência do aspecto não depende do ponto dêitico da enunciação, visto que ele “centra o tempo no fato e não o fato no tempo” (p. 21). Para ilustrar essa afirmação, vejamos os exemplos abaixo, extraídos de nossos *corpora*:

- (3) “**Comecei a pensar** na Stela.” (DRUMMOND, 1984, grifo nosso)
 (4) “A manhã **começa a mover-se** sobre as casas.” (SARAMAGO, 1989, grifo nosso)

Observando os dois períodos, percebemos que o tempo das construções perifrásticas é diferente em cada uma: enquanto, na primeira perífrase, o verbo auxiliar (V1) aparece no pretérito perfeito do indicativo, na segunda, ele está no presente do indicativo. Percebemos, assim, que as frases foram enunciadas considerando um dado momento externo como referência (contexto extralinguístico), para que as formas pudessem ser situadas temporalmente, de acordo com o que se pretendia dizer no ato discursivo. Por outro lado, o aspecto se mantém o mesmo nas duas perífrases, uma vez que, em ambas as sentenças, os enunciadores quiseram salientar a fase inicial (aspecto inceptivo) dos fatos predicados pelo verbo principal (V2), estando essa fase localizada no passado ou no presente, conforme ilustrado a seguir:

<i>passado</i>		<i>presente</i>		<i>futuro</i>
[I]	pensamento	[I]	movimento	. . .
<i>Fase inicial do ato de pensar</i>	<i>Desenvolvimento do ato de pensar</i>	<i>Fase inicial do ato de mover-se</i>	<i>Desenvolvimento do ato de mover-se</i>	

¹¹ Segundo Benveniste (1976, p. 288), “são os indicadores da *dêixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc.”. Tais elementos dependem, portanto, do contexto enunciativo para serem entendidos (CANÇADO, 2013).

Podemos observar, com o esquema apresentado, que o aspecto se refere apenas aos fatos descritos (*pensar e mover-se*), independentemente do contexto enunciativo, representado pela categoria de tempo, propriamente dita. É isso o que Comrie (1976) quer dizer, ao afirmar que “o tempo [categoria linguística] se relaciona ao tempo da situação em referência a algum outro tempo, normalmente ao momento da fala”¹² (p. 2), enquanto “os aspectos são diferentes formas de se ver a constituição temporal interna de uma situação”¹³ (p. 3). Pode-se dizer, portanto, que o tempo é dêitico e subjetivo, enquanto o aspecto é uma categoria temporal não-dêitica, objetiva, a qual é responsável por indicar o tempo *interno* de uma situação (CASTILHO, 1968; COMRIE, 1976; TRAVAGLIA, 1985; COSTA, 1990; BARROSO, 1994).

Para além desse perfil não-dêitico do aspecto, outras características dessa categoria são listadas por Comrie (1976), por Almeida (1980), por Travaglia (1985) e por Costa (1990). Uma dessas características é a indicação dos graus de desenvolvimento e de realização de uma situação, pela qual a categoria aspectual é responsável (TRAVAGLIA, 1985). Outra característica diz respeito à escolha do falante sobre a utilização do aspecto em sua fala (COMRIE, 1976; COSTA, 1990).

Levando em conta as questões de desenvolvimento e de realização dos fatos, Almeida (1980, p. 42) afirma que o aspecto é a visão¹⁴ interna de um processo (definição também adotada por Castilho (1968)), que pode assumir um “caráter conclusivo ou inconclusivo, distribuído por noções subsidiárias não-temporais de fase ou de extensão”. Costa (1990, p. 19) também aborda essa característica em seu trabalho, ao afirmar que “as noções semânticas do âmbito do aspecto são as noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim”. Tais considerações gerais levaram alguns autores, como Castilho (1968) e Travaglia (1985), a elaborarem uma sistematização dos tipos aspectuais existentes no português, dos quais trataremos na seção 1.3 deste capítulo.

A segunda característica refere-se à opção que o falante faz por marcar ou não um enunciado aspectualmente, de acordo com o contexto discursivo-pragmático em que se encontra; tal fato justifica, pois, a inserção da categoria de aspecto dentro das categorias acidentais ou secundárias, cujas definições apresentamos na introdução deste capítulo. Comrie

¹²Do original: “Tense relates the time of the situation referred to to some other time, usually to the moment of speaking” (COMRIE, 1976, p. 2).

¹³Do original: “[...] aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation” (COMRIE, 1976, p. 3).

¹⁴Nas línguas eslavas, de onde partiram os estudos mais estritos sobre a categoria aspectual, a palavra que designa aspecto é, justamente, “visão” – *vid*, no russo (ALMEIDA, 1980). A própria raiz de *aspecto* (*spec*) também denota “visão” (CASTILHO, 1968).

(1976) salienta, por exemplo, que um falante pode se referir a uma mesma situação de maneira perfectiva ou imperfectiva, sem, contudo, entrar em contradição por causa dessa escolha. Para ilustrar essa afirmação, o autor fornece o seguinte exemplo:

- (5) John leu aquele livro ontem; enquanto ele o estava lendo, o carteiro veio.
(COMRIE, 1976, p. 4, tradução nossa)¹⁵

Segundo Comrie (1976), na sentença apresentada, as diferentes formas em que o verbo *ler* (*to read*) aparece se referem ao mesmo ato de ler praticado pelo sujeito *John*. Entretanto, na primeira ocorrência, esse ato é dado como um evento completo, sem referência a nenhuma fase da leitura (começo, meio e fim). Já, na segunda ocorrência, o falante quis situar a chegada do carteiro no meio da ação de ler executada pelo sujeito, havendo a necessidade de se indicar a duração da leitura para que o outro evento pudesse ser devidamente alocado no enunciado.

Costa (1990) também discorre sobre o fato de a marcação aspectual ser uma opção para o falante. De acordo com a autora, o falante opta por marcar ou não o aspecto em seu enunciado, dependendo da atenção que ele considere importante que o interlocutor dispense à temporalidade interna dos fatos que ele enuncia. O exemplo de Comrie (1976), apresentado anteriormente, ilustra também essa questão. Em tal exemplo, o falante, por algum motivo, quis determinar que não foi em qualquer momento que o carteiro chegou, mas simultaneamente ao ato de ler realizado por John. Costa (1990) salienta que escolhas aspectuais, tais como a ilustrada pelo exemplo de Comrie (1976), dependem de diversos fatores, como o estilo de narração e a ligação do enunciadador com o fato. Acrescentamos a essa visão, também, o contexto discursivo-pragmático em que o falante se insere, o qual também influencia, por exemplo, suas escolhas estilísticas. A autora conclui sua explanação afirmando que “essa capacidade de tornar o fato expresso mais objetivamente observável, mais concreto, é largamente utilizada pelos falantes” (p. 29). É interessante observar que, mesmo sendo o aspecto classificado como uma categoria objetiva, sua ocorrência é, em parte, subjetiva, pois, como demonstrado, depende de diversas instâncias relacionadas ao falante para se manifestar na língua.

Para finalizarmos essa primeira parte e darmos início à seção a seguir, citamos outra característica do aspecto, também listada por Travaglia (1985), que pode ser encontrada em

¹⁵Do original: “John read that book yesterday; while he was reading it, the postman came” (COMRIE, 1976, p. 4).

diversas pesquisas da área. É a definição do aspecto como o “modo da ação”, ou *Aktionsart*. De fato, o *Aktionsart* é amplamente aceito entre os estudiosos do aspecto, sendo consensual a existência dele na literatura. Tal termo, entretanto, ainda suscita alguns pontos divergentes entre os pesquisadores, se comparado aos termos anteriormente mencionados (CASTILHO, 1968; ALMEIDA, 1980; CUNHA, 2004).

1.2 ASPECTO E AKTIONSART

Apesar de existirem certos pontos consensuais, tais como os que citamos anteriormente, o desenvolvimento dos estudos sobre o aspecto pelo mundo trouxe diversas categorizações e terminologias para a área, muitas das quais divergentes entre si (COMRIE, 1976; ALMEIDA, 1980). Um dos pontos que geram certas incompatibilidades é a diferenciação, feita por muitos, entre o chamado *Aktionsart*, também conhecido como *aspecto lexical*, e o *aspecto gramatical*, denominado por alguns como *Aspekt*.

Segundo Mateus *et al.* (2006, p. 133), a distinção entre aspecto gramatical e aspecto lexical foi estabelecida pelos neogramáticos, no século XIX, “para dar conta da diferença entre, por um lado, o tipo de situação e, por outro, certos efeitos produzidos por afixos (em particular, prefixos) nas línguas eslavas”. Para Almeida (1980), toda a problemática envolvendo esses dois tipos de aspecto surgiu quando se transpuseram os conceitos do verbo eslavo para as línguas que não dispõem de um sistema aspectual marcado morfológicamente, como as línguas românicas. As traduções dos referidos termos, portanto, não são, de todo, exatas, se for analisado todo o percurso pelo qual eles passaram na literatura (ALMEIDA, 1980).

De uma maneira bastante sumária, pode-se dizer que o *Aktionsart* se baseia no semantema dos verbos, sendo, por isso, bastante abrangente, mais objetivo e não manipulável pelos falantes, já que “emana” naturalmente das formas verbais (CASTILHO, 1968). *Aktionsart* é definido, portanto, como “modo de ação” (tradução literal), ou “qualidade de ação”, “maneira de ação”, “caráter de ação”, entre outras traduções (ALMEIDA, 1980). Já o aspecto gramatical (*Aspekt*), apesar de seu grau de objetividade em relação à categoria de tempo, pode ser definido como uma visão mais subjetiva, em comparação com o “modo de ação”, pois se restringe aos graus de realização dos fatos verbais, algo que depende do que o falante quer expressar – aqui surgem as noções de perfectividade e de imperfectividade (CASTILHO, 1968). É interessante observar que, apesar de muitos conceberem o aspecto

como a visão objetiva da ação verbal, em oposição ao tempo, na oposição aqui discutida, mais uma vez, vemos que ele não é, de todo, objetivo, em relação à subjetividade do falante, pois suas escolhas discursivo-pragmáticas interferem na sua manifestação, retomando o que citamos na introdução deste capítulo.

Tratando das noções de perfectividade e de imperfectividade, ambas estritamente relacionadas ao *Aspekt*, Comrie (1976) define o perfectivo como o ponto de vista global de uma situação, sem discriminação de suas fases. Já o imperfectivo é, justamente, a descrição das fases de uma situação, pois é no imperfectivo que se tem uma atenção especial à estrutura interna da situação. Na literatura em português, Castilho (1968) considera que o imperfectivo é caracterizado pela duração pura e simples de uma situação, enquanto o perfectivo indica a situação completamente decursa. Travaglia (1985) vai um pouco além, aproximando-se de Comrie (1976), ao dizer que o perfectivo apresenta a situação em sua totalidade, com começo, meio e fim englobados juntos; não há, portanto, uma visão das fases de desenvolvimento da situação. Já o imperfectivo apresenta a situação como incompleta, no sentido de não apresentar a totalidade da ação; a situação, nesse caso, é vista em seu interior, focando em suas fases de desenvolvimento. É por esse motivo que a imperfectividade sempre está associada aos aspectos de fases¹⁶, tal como o aspecto inceptivo, objeto de estudo desta pesquisa.

Além da dualidade aspectual discutida no parágrafo anterior, outro par se relaciona à *Aktionsart* e ao aspecto: verbos *télicos* e verbos *atélicos*. *Telos*, uma palavra de origem grega, pode ser traduzida por “fim”. Analisando, pois, somente a etimologia das palavras, podemos associar a ideia de “fim” a uns verbos (télicos), mas não a outros (a-télicos). Mas o que isso significa na categoria aspectual? Comrie (1976) afirma que certas situações devem necessariamente chegar a um fim, enquanto outras situações não precisam de um fim delimitado. Para ilustrar suas explicações, o autor fornece o seguinte exemplo (p. 44):

- (6) João está cantando e João está fazendo uma cadeira. (COMRIE, 1976, p. 44, tradução nossa)¹⁷

Na primeira oração, Comrie (1976) afirma que a ação de *cantar* não tende a um fim específico: João pode parar de cantar quando assim o desejar ou precisar. Mesmo assim, o fato de João parar de cantar não implica que João não tenha cantado, ou seja, em qualquer

¹⁶ Os tipos de aspecto do português serão abordados na seção 1.3.

¹⁷Do original: “John is singing and John is making a chair” (COMRIE, 1976, p. 44).

momento que a ação for interrompida, o fato de que João cantou permanece inalterado. Já, na segunda oração, a ação de fazer uma cadeira tende a um fim delimitado: João, em algum momento, vai terminar de fazer a cadeira. Nesse caso, a ação interrompida em alguma parte de seu desenvolvimento não implica que João tenha feito a cadeira, ficando esta, portanto, incompleta. Logo, aplicando a terminologia apresentada, Comrie (1976) diz que *está cantando* é um evento *atélico*, enquanto *está fazendo uma cadeira* se configura como um evento *télico*. Contudo, essa classificação não é absoluta, como várias outras que perpassam os estudos do aspecto. Comrie (1976) e Travaglia (1985) alertam para a possibilidade de as situações mudarem de classe, comportando-se ora como situações atélicas, ora como télicas. O termo *situação*, nesse caso, não se refere ao verbo em si, mas ao contexto geral da sentença (morfofossintático, semântico e pragmático). Portanto, apesar de alguns verbos não terem sua telicidade alterada de nenhuma forma, outros podem ser influenciados pelas situações enunciativas e morfofossintáticas em que ocorrem, as quais podem mudar sua telicidade.

As noções de telicidade aqui discutidas tiveram origem nos estudos sobre o *Aktionsart*, pois, no decorrer das pesquisas, houve a necessidade de se classificar os verbos de acordo com sua “natureza” semântica (CASTILHO, 1968). Essa noção deu origem a diversos esquemas de classificação, com base nos semantemas dos verbos. Duas das tipologias mais conhecidas nesse campo são a de Vendler (1967) e a de Smith (1991).

Com base nas noções de telicidade e de duração, Vendler (1967) propôs uma classificação quadripartida¹⁸ com base na semântica dos verbos: há verbos que se configuram como *estados*, outros como *atividades*, outros como *achievements* e outros como *accomplishments*¹⁹. Segundo Wachowicz e Foltran (2006, p. 212), “a ideia de Vendler é a de que o uso do verbo pode sugerir uma forma particular de como tal verbo pressupõe e envolve a noção de tempo”. Vendler (1967 *apud* WACHOWICZ; FOLTRAN, 2006) define cada classe da seguinte maneira:

- **Estados:** não são agentivos e não indicam processos que se desenvolvem no tempo. Se uma situação é verdadeira em um intervalo específico de tempo, ela é verdadeira em qualquer outra subparte. Ex.: “Os alunos sabem matemática.” (em qualquer intervalo da situação, os alunos sabem matemática).

¹⁸ Essa classificação de Vendler (1967) remonta a Aristóteles (WACHOWICZ; FOLTRAN, 2006).

¹⁹ Alguns linguistas optam pela tradução dos termos *achievement* e *accomplishment* para *culminação* e *processo culminado*, respectivamente. No entanto, na maior parte da literatura por nós consultada, os termos são dados na língua inglesa. Portanto, optamos por acompanhar essa tendência da literatura.

- **Atividades:** processos que se desenvolvem no tempo, não tendendo, necessariamente, a um fim, para que sejam verdadeiros. Ao contrário dos estados, podem ser identificadas fases diferentes nos subintervalos das atividades. Ex.: “As crianças nadam bem.” (as crianças não nadam da mesma maneira em todos os intervalos da atividade; em algum momento, por exemplo, elas podem nadar em velocidades diferentes ou parar de nadar).
- **Accomplishments:** processos que se desenvolvem no tempo, mas que precisam de um fim delimitado para serem verdadeiros. Se um evento é verdadeiro em um intervalo, ele não o é em outros intervalos. Ex.: “A Teresa comeu duas maçãs.” (para a sentença ser verdadeira, é necessário que a segunda maçã seja finalizada; não é verdade, portanto, que Teresa comeu duas maçãs em todos os intervalos da ação de comer).
- **Achievements:** tendem a um fim delimitado, mas, ao contrário dos *accomplishments*, são pontuais. Ex.: “A Renata perdeu a caneta.” (evento instantâneo que não se desenvolve no tempo).

Essas classes ficaram conhecidas como *classes aspectuais*; porém, hoje, há autores que já não adotam mais essa categorização, utilizando, em seu lugar, a denominação *classes acionais* (WACHOWICZ; FOLTRAN, 2006). A acionalidade, de que trata o *Aktionsart*, portanto, “refere-se à natureza do evento, se ele é ou não durativo, estativo ou possui um ponto final previsível”, diferentemente do aspecto, que diz respeito “à representação do evento feita pelo falante, como conclusivo ou inconclusivo” (PIRES; BASSO, 2006 *apud* LISBOA DE LIZ, 2007, p. 3)²⁰.

Smith (1991) também propõe uma classificação semelhante à de Vendler (1967), mas acrescenta à tipologia mais uma categoria: a dos verbos *semelfactivos*. Um evento semelfactivo é muito semelhante a um *achievement*, com a única diferença de o primeiro ser um evento que não tende a um fim delimitado para ser verdadeiro, mesmo sendo instantâneo (ex.: “Maria tossiu muito”).

Numa descrição de traços, o quadro das classes acionais pode ser assim caracterizado:

²⁰ PIRES, Roberta O.; BASSO, Renato M. **Semântica** – Módulo 3 – O sintagma verbal – Tempo, aspecto e acionalidade. UFSC.

Quadro 1: Propriedades das classes acionais, segundo Smith (1991)

SITUAÇÕES	ESTÁTICO	DURATIVO	TÉLICO
<i>Estados</i>	+	+	-
<i>Atividades</i>	-	+	-
<i>Accomplishments</i>	-	+	+
<i>Semelfactivos</i>	-	-	-
<i>Achievements</i>	-	-	+

Fonte: Smith (1991, p. 20)

Como podemos perceber, a telicidade faz parte da descrição do *Aktionsart*, bem como as noções de *estático* e de *dinâmico* e de *durativo* e de *instantâneo*. Mesmo assim, tal classificação não é una. Vendler (1967) admite que há verbos que não se encaixam nas referidas classes acionais (PRESTES-RODRIGUES, 2013) e Smith (1991) salienta que a noção de instantaneidade, utilizada para definir as propriedades das classes, é uma idealização, uma conceptualização dos falantes.

Voltando à questão da divisão *Aktionsart* e *Aspekt*, entendemos que, se há realmente uma diferenciação estrita entre essas duas noções, tal diferenciação – pelo menos, no português – vale para classificar estruturas e significados aspectuais que se *complementam* na atualização da categoria aspectual. Almeida (1980), por exemplo, afirma que um dos principais problemas para todo linguista que estuda a categoria de aspecto é a distinção entre *Aktionsart* e *Aspekt*. O autor afirma que essa distinção, “se realmente veio a valer como oposição de distintos grupos de noções, nem sempre encontrou fórmulas felizes de traduzi-la, em virtude do que, para muitos, acabou por complicar a já tão difícil questão do aspecto” (p. 31). Opinião semelhante pode ser encontrada em vários outros estudiosos do aspecto em português, como Castilho (1968), Costa (1990) e Cunha (2004). De acordo com Costa (1990, p. 22-23),

alega-se que o Modo de Ação seria concernente a distinções quanto à natureza da entidade de segunda ordem²¹ (se um processo, se um estado, por exemplo), as quais se apresentariam no lexema verbal, enquanto ao Aspecto seriam reservados os recursos expressivos relativos sobretudo à morfologia ou à sintaxe. Não me parecem convincentes essas razões. Se se admite para uma língua a existência da categoria de aspecto enquanto possibilidade semântica, cabe automaticamente a investigação do(s) recurso(s) que a língua utiliza para a atualização da categoria em causa: se é uma categoria de expressão lexical, morfológica ou sintática; se é categoria nominal, verbal ou da frase, etc.

²¹ Os tipos de entidades de segunda ordem são, segundo Costa (1990, p. 24), “os processos, as atividades e os estados que normalmente atualizam a categoria de Aspecto através de seus lexemas porque portam o traço [+durativo]”.

Além da diferenciação não convincente tratada por Costa (1990), vemos, em Cunha (2004), que essa divisão no campo do aspecto seria adequada apenas às línguas em que a marcação aspectual é formalmente delimitada (como as línguas eslavas), fato que não ocorre com as línguas românicas.

Castilho (1968, p. 44) também faz suas considerações acerca da “dicotomia” *Aktionsart/Aspekt*, as quais, mesmo sendo de uma época anterior, segundo nossa avaliação, resumem satisfatoriamente as ideias defendidas por Almeida (1980), por Costa (1990) e por Cunha (2004):

Aprofundaram-se [...] as “diferenças” entre o aspecto e o modo da ação, tal como se este conceito fosse distinto do primeiro (e sabemos que o modo da ação engloba o aspecto, pois indica *também* duração e completamento). Mas o impasse gerado pelas discussões em torno do aspecto e do modo da ação anula-se se nos pomos no papel do falante que precise figurar espacialmente o processo verbal, valendo-se dos recursos que a língua lhe oferece, tanto léxicos quanto morfológicos ou sintáticos.

Como pudemos notar, o falante tem um papel fundamental, quando o assunto é marcar aspecto em sua língua. Dessa forma, a divisão entre aspecto e modo de ação, pelo menos no português, não se mostra estrita (como o é nas línguas eslavas), pois, no ato enunciativo, o falante se utiliza de todos os recursos aspectuais disponíveis (inclusive, em concomitância) para marcar essa categoria linguística de maneira eficaz em seu discurso.

Concordamos, portanto, com esse posicionamento defendido pelos autores mencionados, até mesmo porque, em nosso objeto de estudo, percebemos que o aspecto e o modo de ação estão imbricados, como acontece, por exemplo, nas perífrases inceptivas com *começar*, em que o auxiliar, além de carregar o significado de “início” em seu semantema (*Aktionsart*), ainda compõe sintaticamente uma construção com outro verbo (*Aspekt*) que, também, possui certo modo de ação (*Aktionsart*). Além disso, mesmo que o semantema seja importante para a categoria aspectual, ele não atua sozinho; o contexto enunciativo, e mesmo o sintático, influenciam na marcação do aspecto, enfraquecendo, com isso, as fronteiras entre aspecto e modo de ação²². Prova disso são as perífrases com *começar* conjugadas no futuro, como mostra o exemplo abaixo, extraído de nossos *corpora*:

²² No capítulo 2, será dada outra justificativa para a não diferenciação entre aspecto e modo de ação que adotamos nesta pesquisa. Optamos por não abordar essa justificativa aqui, pois acreditamos que ela se encaixa melhor dentro das ideias discutidas no capítulo seguinte, mas já antecipamos para o leitor que se relaciona ao conceito de *construção*.

- (7) “**Agora** sim, **começará** o nosso telegrapho **a trabalhar**, disse eu comigo mesmo erguendo-me para tornar-me mais saliente.” (MACEDO, 1844, grifos nossos)

Na sentença em (7), o semantema do VI da construção perifrástica *começar a trabalhar* indica, por si só, a ideia de início. No entanto, se não houver um adjunto adverbial indicando, com precisão, o início da ação (como é o caso do advérbio *agora*), o aspecto inceptivo não se manifesta, uma vez que o futuro, por si só, não indica que a situação vai ocorrer (se ela não ocorrer, não tem aspecto) (TRAVAGLIA, 1985)²³.

Portanto, tendo em vista todo esse movimento contrário à divisão estrita da categoria aspectual e nossa investigação sobre o aspecto inceptivo em português, não discorreremos sobre o aspecto e o *Aktionsart* separadamente nesta pesquisa, já que, em nossa concepção, tais categorias são complementares na língua portuguesa, em relação à marcação aspectual. Tal como Costa (1990) pontua, tudo deve ser analisado de maneira a contemplar o aspecto como um todo, o que tencionamos proporcionar por meio da investigação que fazemos aqui.

Após essa brevíssima discussão global acerca do aspecto, daremos início a uma seção mais específica, a qual tratará do aspecto na língua portuguesa.

1.3 TIPOS DE ASPECTO MANIFESTOS NA LÍNGUA PORTUGUESA

No início deste capítulo, vimos que o aspecto é a categoria linguística responsável pela descrição temporal interna de situações. Dentro dessa descrição, encontram-se as noções de desenvolvimento, de realização, de completamento, entre outras. Tendo em vista essas subcategorias do aspecto (ALMEIDA, 1980), alguns linguistas se dedicaram a descrever os tipos aspectuais em diversas línguas, com destaque para as línguas eslavas e seu sistema aspectual morfológicamente delimitado, de onde partiram todos os outros estudos sobre o aspecto na família linguística indo-europeia, conforme já informado.

Na literatura sobre o aspecto na língua portuguesa, pesquisadores como Castilho (1968), Almeida (1980) e Travaglia (1985) elaboraram alguns tratados, na tentativa de descrever os principais tipos aspectuais presentes nessa língua. Para esta seção, tomamos como base os trabalhos desses três autores, pois avaliamos que eles sistematizam as referidas categorias aspectuais de uma maneira didática e, relativamente, exaustiva.

²³ O papel dos adjuntos adverbiais na marcação aspectual será retomado na subseção 1.3.2.

Castilho (1968), um dos primeiros autores que se dedicaram a descrever, de modo mais aprofundado, o sistema aspectual do português, apresenta, em seu trabalho, alguns quadros com os principais tipos de aspecto que ocorrem na língua portuguesa. O autor salienta que a sistematização por ele feita não pretende mostrar valores aspectuais absolutos, o que realmente não acontece, se for considerada, por exemplo, a cumulação de aspecto que pode haver em uma mesma construção linguística²⁴ (fato lembrado pelo próprio linguista). O quadro abaixo, extraído de sua obra, descreve, resumidamente, os principais valores e significados aspectuais que se manifestam no português:

Quadro 2: Tipos aspectuais do português segundo Castilho (1968)

<i>Valores</i>	<i>Aspectos</i>
1. Duração	<i>Imperfectivo</i> Inceptivo Cursivo Terminativo
2. Completamento	<i>Perfectivo</i> Pontual Resultativo Cessativo
3. Repetição	<i>Iterativo</i> Iterativo imperfectivo Iterativo perfectivo
4. Negação da duração e do completamento	<i>Indeterminado</i>

Fonte: Castilho (1968, p. 51)

Observando esse quadro, percebemos que Castilho (1968) associa as noções de completude e de duração, respectivamente, aos aspectos perfectivo e imperfectivo. Isso acontece porque, tal como dissemos na seção anterior, o autor define a imperfectividade como a instância aspectual que expressa a duração dos fatos verbais, enquanto a perfectividade se refere à ação completamente decursa. Mesmo o aspecto iterativo, mostrado no quadro separadamente, é perpassado por noções perfectivas e imperfectivas, o que nos leva a concluir que essas duas instâncias aspectuais são as mais gerais, responsáveis por comandar todas as outras. É o que Almeida (1980, p. 39) quis ilustrar com sua subdivisão dos quadros aspectuais do português:

²⁴ A cumulação de aspecto será tratada na subseção 1.3.2.

O importante, pois, para nós, é reconhecer dentro do verbo português outra noção, além da de tempo, que localiza a época ou a perspectiva do processo, e da de modo, em que se revela a atitude do sujeito falante em relação ao processo: a visão espacial do processo, baseada fundamentalmente na dualidade «perfectividade / imperfectividade», com características diversificadas no atualizar da ação. [...] Se há um grupo predominante, o da dualidade «perfectivo/imperfectivo», parece-nos melhor que se considere como aspecto *latu sensu*, em oposição ao aspecto *strictu sensu*, que fundamentalmente se caracteriza pelas noções de inceptividade, de cursividade, de terminação, de pontualidade, de duração, de iteração e de globalidade.

A categorização proposta por Almeida (1980, p. 40) ficou da seguinte maneira:

- I- Aspectos *latu sensu***
 - 1. Perfectivo [...]
 - 2. Imperfectivo [...]
- II- Aspectos *strictu sensu***
 - A- *Aspectos de fase*[...]
 - 1. Inceptivo [...]
 - 2. Cursivo [...]
 - 3. Terminativo [...]
 - B- *Aspectos de extensão*[...]
 - 1. Pontual [...]
 - 2. Durativo [...]
 - 3. Iterativo [...]

Ao contrário de Almeida (1980), Castilho (1968) introduz subcategorias aspectuais dentro das macrocategorias *perfectivo* e *imperfectivo*, mas admite que algumas delas não correspondem, exatamente, a noções estritamente aspectuais, como, por exemplo, o cessamento e a resultatividade, ambos ligados ao aspecto perfectivo, de acordo com seu quadro aspectual.

Travaglia (1985), ao propor um quadro dos tipos aspectuais do português, aborda muitos pontos já tratados por Castilho (1968) e por Almeida (1980), mas faz um detalhamento de outras subcategorias de aspecto, ainda que elas estejam, de alguma maneira, conectadas umas às outras, conforme pode ser visto a seguir:

Quadro 3: Tipos aspectuais do português segundo Travaglia (1985)

Noções aspectuais			Aspectos	
I. Duração	1. Duração	A. Contínua	a. Limitada b. Ilimitada	Durativo Indeterminado
		B. Descontínua	a. Limitada b. Ilimitada	Iterativo Habitual
	2. Não-Duração ou Pontualidade		Pontual	
	II. Fases	1. Fases de Realização	A. Por começar	
B. Não-acabado ou começado				Não-Acabado ou Começado
C. Acabado				Acabado
2. Fases de Desenvolvimento		A. Início (no ponto de início ou nos primeiros momentos)		Inceptivo
		B. Meio		Cursivo
		C. Fim (no ponto de término ou nos últimos momentos)		Terminativo
3. Completamento		A. Completo		Perfectivo
	B. Incompleto		Imperfectivo	
Ausência de noções aspectuais			Aspecto não atualizado	

Fonte: Travaglia (1985, p. 97)

Pelo que podemos ver no quadro apresentado, mesmo que sejam propostas diversas categorias e nomeações, não se pode afirmar que a divisão feita por Travaglia (1985) seja fechada e indiscutível, colocando-a no mesmo patamar das divisões de Castilho (1968), de Almeida (1980) e – conforme já apresentamos – de tantos outros que se dedicaram a essa sistematização, tanto no português quanto em outras línguas. Percebe-se, por exemplo, que o imperfectivo está associado à noção de incompletude, mas o próprio autor salienta que, se o imperfectivo não indica uma situação em sua totalidade, é normal que ela seja tomada em uma de suas fases de desenvolvimento, apresentadas no quadro em outra subdivisão. Isso se

aplica também ao perfectivo, o qual se correlaciona a outros aspectos, como o pontual, mas que, no quadro, se liga apenas à noção de completude, ou situação vista em sua totalidade.

Voltando-nos, agora, para o aspecto inceptivo, tipo aspectual alvo de nossa investigação, percebemos que, mesmo com as diferenças existentes entre os esquemas apresentados por Castilho (1968), por Almeida (1980) e por Travaglia (1985), podemos verificar que o inceptivo se mantém estável, no sentido de pertencer a uma mesma classificação aspectual: é um aspecto que indica a fase inicial de uma situação durativa, sendo associado, portanto, ao aspecto imperfectivo²⁵, uma vez que ele se realiza mais facilmente com formas verbais imperfectivas. No entanto, mesmo que o aspecto de fase inicial se mantenha relativamente estável dentro do quadro aspectual do português, ele ainda traz, latentes, problemas que, a nosso ver, são de ordem terminológica. Na subseção seguinte, trataremos desse problema específico, bem como apresentaremos nossa proposta para tentar minimizar as divergências existentes.

1.3.1 Inceptivo *versus* incoativo: proposta terminológica

Na literatura sobre o aspecto, de modo geral, os termos *inceptivo* e *incoativo* podem ser encontrados como sinônimos de “início” ou de “começo”, quando o aspecto de fase inicial é apresentado. Isso é explicável, pois as raízes de tais palavras têm, de fato, esse significado (ALMEIDA, 1980)²⁶. No entanto, com o desenvolvimento dos estudos sobre a categoria aspectual, podemos perceber que os termos assumiram certos traços semânticos que, a nosso ver, precisam ser distinguidos, a fim de tornar mais precisos certos conceitos que se confundem.

Quando se referem à categoria de aspecto, os termos *incoativo* e *inceptivo* podem ser encontrados em diversos sítios eletrônicos que se dedicam a apresentar as regras do português²⁷, e também em compêndios gramaticais, como a gramática de Cunha e Cintra

²⁵ Mesmo que o aspecto inceptivo esteja dentro da ideia de imperfectividade, alguns autores, como Drzazgowska (2009), classificam as construções perifrásticas inceptivas como pontuais (portanto, perfectivas). Além disso, há autores que classificam certas situações pontuais como inceptivas, pois dão início a uma situação durativa, conforme mostra Travaglia (1985), no exemplo “O trem partiu.” – o fato pontual de *partir* deu início ao fato durativo de *seguir, correr, andar*. Não adentraremos nessa discussão, mas não deixamos de citar tais fatos aqui, pois eles ilustram as divergências que ainda existem nos estudos sobre o aspecto em português, uma vez que não há consenso sobre essas questões na literatura.

²⁶ Com base no dicionário etimológico de José Pedro Machado, Almeida (1980) cita alguns verbos que traduziam a ideia de “começar” no Latim, como as formas *incipere* e *inchoare*.

²⁷ Não nos detivemos ao julgamento da confiabilidade dos sítios; apenas verificamos o número de páginas que disponibilizam dados sobre a categoria aspectual.

(2013), e em outras obras notáveis, como o manual de comunicação de Garcia (2010) e o dicionário de Crystal (2008). Vejamos o que pode ser encontrado nessas três obras, bem como em um dos sítios eletrônicos consultados, sobre a terminologia citada:

3ª) ASPECTO INCOATIVO [...]. O aspecto incoativo exprime um **processo considerado em sua fase inicial** [...]. **Comecei a ler** *Os Lusíadas*. (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 397, grifo nosso)

aspecto(n.) (asp) Uma categoria usada na descrição gramatical dos verbos (juntamente com tempo e modo), referindo-se primariamente ao modo como a gramática marca a duração ou o tipo de atividade temporal denotada pelo verbo. [...] Outras construções do inglês têm sido, algumas vezes, analisadas em termos aspectuais, por exemplo, envolvendo contrastes habituais (como em *used to*); e, em outras línguas, mais distinções aspectuais podem ser encontradas, por exemplo, “iterativo” ou “frequentativo” (referindo-se a uma ação de ocorrência regular), **“incoativo” ou “inceptivo” (referindo-se ao começo de uma ação)**. [...] (CRYSTAL, 2008, p. 38, tradução e grifo nosso)²⁸

III *Incoação* - **A ideia de ação iniciada, mas ainda não concluída**, é, de regra, expressa numa perífrase formada pelo auxiliar *começar a* (ou seu equivalente), seguido de infinitivo: eles *começaram a* discutir. **É o aspecto incoativo ou inceptivo**. O sufixo *-ecer* ou *-escer* tem sentido incoativo: amanhecer, envelhecer, amadurecer, convalescer, recrudescer. *Envelhecer*, v.g., é *começar a ficar velho*. (GARCIA, 2010, p. 89, grifo nosso)

Aspecto inceptivo

Classificação: Morfologia; Semântica.

Equivalentes: Inglês: inceptive aspect

Termos Relacionados: aspecto / aspecto pontual

Definição: Valor aspectual pontual. Um estado de coisas localizado num dado intervalo de tempo, diferente do que ocorrera no intervalo de tempo anterior adjacente, nesse é apresentado como **começando a ocorrer no intervalo de tempo**.

Exemplo: começar, iniciar, partir.

Fonte: MATEUS et al.. (1983).(grifo nosso)²⁹

aspecto incoativo

Classificação: Morfologia; Semântica.

Equivalentes: Inglês: inchoativeaspect / Francês: aspectinchoatif

Termos Relacionados: aspecto / aspecto pontual

Definição: Valor aspectual pontual. **Passagem de um dado estado para outro estado**. É este o valor expresso por um grande número de predicadores de evento transicionais (geralmente chamados verbos incoativos). Exemplos: amanhecer, embranquecer, morrer, nascer.

Fonte: MATEUS et al.. (1983).(grifo nosso)³⁰

²⁸ “**aspect(n.) (asp)** A category used in the grammatical description of verbs (along with tense and mood), referring primarily to the way the grammar marks the duration or type of temporal activity denoted by the verb. [...] Other English constructions have sometimes been analysed in terms of aspect, e.g. involving habitual contrasts (as in *used to*); and in other languages further aspectual distinctions may be found, e.g. ‘iterative’ or ‘frequentative’ (referring to a regularly occurring action), ‘inchoative’ or ‘inceptive’ (referring to the beginning of an action). [...]”

²⁹ Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=1649>. Acesso em: 25/07/2015.

³⁰ Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=1650>. Acesso em: 25/07/2015.

Por meio da leitura desses poucos excertos, pode-se notar que há certa discrepância de usos e de definições do aspecto de fase inicial. Alguns autores, como Cunha e Cintra (2013), utilizam o termo *incoativo*, mas citam somente perífrases com o verbo auxiliar *começar*. Já outros autores, como Garcia (2010) e Crystal (2008), utilizam *inceptivo* e *incoativo* para designarem o aspecto de início de situação, e Garcia (2013) cita, como exemplos, tanto as perífrases com *começar* quanto os verbos típicos de mudança de estado final (CANÇADO; AMARAL, 2010), como *enegrecer*, *enferrujar*, *enrugar*, *amanhecer*, *escurecer*, etc. Por último, como se não bastassem as poucas divergências já discutidas, ainda se podem encontrar os termos *inceptivo* e *incoativo* designando tipos diferentes de aspecto, como mostram os dois últimos fragmentos, extraídos do dicionário de termos linguísticos do Portal da Língua Portuguesa (<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>).

Em meio a essa confusão terminológica, encontramos em Cançado e Amaral (2010) uma definição de verbos *incoativos* que corrobora nosso ponto de vista sobre esse termo. As referidas autoras tratam da incoatividade sob a ótica da Semântica. Ao discutirem sobre classes semânticas de verbos, as autoras fazem uma distinção sobre os verbos de mudança de estado, os quais são divididos em duas subclasses semânticas: verbos *incoativos* e verbos *causativos*. O primeiro grupo é definido, dentre outras características³¹, como verbos *monoargumentais* que denotam uma mudança de estado final, sendo exemplos os verbos citados no parágrafo anterior. Como se pode notar, a noção semântica de *mudança de estado* é a que predomina na caracterização dos verbos *incoativos*, e é justamente essa noção que, a nosso ver, distingue o referido termo de seu, até então, “correlato”: *inceptivo*.

Levando em conta todo o exposto até o momento, discordamos de Castilho (1968), quando o autor separa o aspecto de fase inicial em duas categorias: o *inceptivo propriamente dito* (“começo puro e simples de uma ação” – p. 62) e o *inceptivo incoativo* (“começo seguido de mudança de estado” – p. 62). Pautando-nos na metáfora “mudança é movimento”, de Lakoff (2006 [1979]), interpretamos que toda construção *inceptiva* (que possui a ideia de movimento em sua essência³²) é *incoativa*, pois assinala uma mudança de estado de *existência*³³, mas nem toda construção *incoativa* é *inceptiva*, visto que os verbos *incoativos*,

³¹ Não é nosso objetivo descrever minuciosamente os verbos *incoativos*, uma vez que pretendemos mostrar somente a questão da mudança de estado que está envolvida nessa classe de verbos. No entanto, no trabalho de Cançado e Amaral (2010), podem ser vistas diversas características sobre essa subclasse semântica de verbos, em contraste com os verbos *causativos*.

³² A metáfora do movimento presente na construção *inceptiva* será tratada no capítulo 2.

³³ Esse tipo de mudança de estado é tratado por Ciríaco (2007, p. 36), em sua discussão sobre o papel temático do afetado (paciente): “A propriedade de ser afetado por um processo é definida como a mudança de um estado A para um estado B. Nesta dissertação, adotamos uma noção bem ampla de mudança de estado, abrangendo a mudança de um lugar para o outro, ou seja, o deslocamento; a mudança de posses; a mudança de estado físico,

não necessariamente, indicam a fase inicial de uma situação. Para ilustrar essa afirmação, vejamos o exemplo a seguir, extraído de um dos textos que compõem nossas amostras:

- (8) “N’esse dia pela uma hora Jorge e Luzia acabavam d’almoçar, como na véspera da partida d’elle. Mas agora não pesava a faiscante inclemencia da calma, as janellas estavam abertas ao sol amavel d’outubro; já passavam no ar certas frescuras outonaes; havia uma pallidez meiga na luz; á tardinha já ‘sabiam bem’ os paletots; e tons amarelados **começavam a envelhecer** as verduras.” (QUEIRÓS, 1878, p. 407, grifo nosso)

Na perífrase assinalada, o verbo *começar* forma uma construção inceptiva juntamente com um típico verbo de mudança de estado (“envelhecer”), considerado, por muitos autores, como um verbo que transmite a ideia de *início* da mudança, assim como *começar*. Entretanto, se isso é fato, tal perífrase seria, no mínimo, redundante, pois estão sendo utilizadas duas estruturas inceptivas – “começavam a começar a ficar velho”, transpondo as palavras de Garcia (2010) para o exemplo aqui discutido. Percebe-se, com essa observação, que a inceptividade se encontra não no semantema do V2, mas no semantema do V1, isso porque o V2 indica um processo de mudança de estado (incoativo, portanto), mas não especifica o início do processo de maneira exata, fazendo-se necessária a inserção do V1 para indicar o início da situação indicada pelo V2.

Costa (1990) já havia mencionado, mesmo que de maneira tímida, essa questão suscitada pelo exemplo (6). Para ilustrar sua explanação, a autora fornece os seguintes exemplos (p. 42):

- (9) “Quantos quilos você *emagreceu*?”
 (10) “Acho que Maria mudou muito, *amadureceu*.”
 (11) “Eu não estou entendendo nada; você pode me *esclarecer* a questão?”
 (12) “Nossos cabelos *embranquecem* a olhos vistos.”

O sufixo *-ecer*, de acordo com Costa (1990), é bastante referido como indicativo de *começo de ação*. No entanto, segundo a autora, o que se observa com esses exemplos é a

ou seja, mudança de constituição física de pessoas e objetos; a mudança de estado de existência, ou seja, mudança do estado de não existir para o estado de passar a existir; a mudança de estado psicológico ou mental; etc.” (grifo nosso).

indicação de um *processo*, “a passagem gradativa de um estado a outro, sem se referir à fase em que o processo se encontra” (p. 42). Como o aspecto inceptivo diz respeito exatamente à fase inicial de uma situação, entendemos que não há, nesse caso, marcação de categoria aspectual, já que o começo da situação propriamente dito não se evidencia.

Encontramos, em Travaglia (1985), opinião semelhante à que apresentamos aqui a respeito da diferenciação entre inceptividade e incoatividade. De acordo com o autor, *incoação* é “a indicação de mudança de estado” (p. 66). No entanto, no decorrer de sua exposição, o autor afirma que a incoatividade indica o *começo* de um novo estado, o que justificaria o uso desse termo para indicar o aspecto de fase inicial por diversos linguistas, entre eles, Castilho (1968). Conforme demonstramos com o exemplo (6), não endossamos que o verbo incoativo indica o início do processo indicado pelo seu semantema; mesmo assim, concordamos com Travaglia (1985), quando este diz que a incoação é, talvez, a noção menos dependente de aspecto, dentre todas as listadas em sua obra, como resultatividade, progressividade, entre outras.

Portanto, no intuito de amenizar alguns problemas terminológicos na literatura sobre o aspecto, sugerimos a diferenciação entre os termos *incoativo* e *inceptivo*. O primeiro pode ser definido como a noção semântica de *mudança de estado* (que pode estar presente em vários verbos), e, o segundo, o tipo aspectual que denota, especificamente, o início de uma ação. Foi com base nessa diferenciação que excluímos verbos com os sufixos *-ecer* e *-izar*, por exemplo, dos nossos dados, uma vez que, tal como Costa (1990), acreditamos que eles denotam um processo (ou uma mudança de estado), mas não especificam, exatamente, a fase inicial desse processo.

Apresentada nossa proposta terminológica acerca do aspecto de fase inicial, a qual passaremos a adotar, discutiremos, na próxima subseção, os principais recursos de que a língua portuguesa dispõe para marcar a categoria aspectual em seu sistema. Como vimos na seção 1.1, as línguas românicas, ao contrário das eslavas, não possuem um sistema morfológico responsável pela marcação do aspecto. Em face disso, outros recursos entram em ação, quando se trata de marcar aspectualmente os enunciados nas línguas latinas.

1.3.2 Recursos de marcação aspectual do português

Assim como suas irmãs românicas, a língua portuguesa não dispõe de morfemas específicos para marcar a categoria aspectual, como o possui para marcar outras categorias

verbais como tempo, modo, número e pessoa. Para a expressão do aspecto, o português recorre a meios variáveis, tanto gramaticais quanto lexicais, sendo uns mais representativos, e outros, mais restritos (HLIBOWICKA-WEGLARZ, 1998).

Segundo Castilho (1968, p. 55), “o aspecto na língua portuguesa é maiormente representado pelo sentido próprio do verbo, pela flexão temporal, pelos adjuntos adverbiais e pelos tipos oracionais³⁴”. Essa variedade de recursos levou o autor a afirmar que o aspecto é uma categoria léxico-sintática, pois tais elementos interagem entre si, no contexto enunciativo, para que a categoria aspectual se manifeste. As perífrases verbais também são mencionadas pelo autor, mas somente no capítulo sobre a descrição dos tipos de aspecto da língua portuguesa. Isso é interessante de se observar, pois trabalhos posteriores, como os de Almeida (1980), de Travaglia (1985), de Costa (1990) e de Barroso (1994), tratam as construções perifrásticas aspectuais de maneira diferenciada, aperfeiçoando, dessa maneira, o trabalho pioneiro de Castilho (1968).

Entre os recursos de marcação aspectual presentes no português – alguns dos quais foram citados por Castilho (1968) –, o mais produtivo é, de acordo com Costa (1990) e com Barroso (1990), a perífrase verbal. Barroso (1990, p. 24) considera que

[...] este tipo de expressão (também denominada "conjugação perifrástica") veio suprir, de forma inequívoca e espetacular, a deficiência das formas verbais simples no tocante à expressão de certas modalidades [...] do verbo português, em particular, e do verbo românico, em geral, demonstrando também a tendência analítica (tão característica das línguas românicas) da flexão verbal – principalmente no que diz respeito à expressão da categoria aspecto –.

Essa visão das perífrases como os recursos mais expressivos de marcação aspectual fez com que grande parte da obra de Travaglia (1985) e da de Costa (1990) fossem dedicadas às construções perifrásticas, além de terem as obras completas de Almeida (1980) e de Barroso (1994) voltadas para a discussão acerca de diversos pontos relacionados a elas.

As construções perifrásticas³⁵, de modo geral, têm como característica principal a conjunção de dois verbos (V1 + V2), sendo V1 um verbo *auxiliar* (indicativo de categorias

³⁴ “Tipos oracionais” se referem, *a priori*, às orações subordinadas adverbiais temporais.

³⁵ Não estabelecemos, aqui, diferença entre locuções verbais e tempos compostos, tal como fazem alguns gramáticos tradicionais (PONTES, 1971). Neste trabalho, ambos os tipos de estruturas verbais são tratados sob o rótulo de *construções perifrásticas* ou de *perífrases verbais*.

gramaticais, como *pessoa*, *tempo* e *aspecto*, ou semânticos, como a *modalidade*³⁶) e V2 um verbo *pleno*, em sua forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio); tal estrutura V1 + V2 pode, ou não, ser conectada por um elemento gramatical, como as preposições.

É importante ressaltar que o valor das construções perifrásticas não deriva da soma dos significados individuais dos seus verbos constituintes, mas, sim, da análise global advinda da conjunção entre esses verbos, justificando-se, portanto, a adoção do termo *construção* para se referir a essas estruturas (DRZAZGOWSKA, 2012; SIGILIANO, 2013). Isso se torna mais evidente, se forem analisadas as perífrases inceptivas *não-canônicas*³⁷, ou seja, as perífrases em que, “diminuído o auxiliar da significação léxica, em favor da significação gramatical, a ideia inceptiva parte do conjunto «auxiliar, preposição e infinitivo»” (ALMEIDA, 1980, p. 42). Nessa subcategoria do aspecto de fase inicial, entram as construções *desatar a V2*, *desandar a V2*, *pôr-se a V2*, *passar a V2*, *danar a V2*, *dar para V2*, etc., em que nenhum de seus componentes carrega o traço semântico [+início], diferentemente de *começar a* e de *principiar a*, em que “a ideia inceptiva parte do próprio auxiliar” (ALMEIDA, 1980, p. 42).

Segundo Barroso (1994), de todas as perífrases aspectuais, a perífrase *inceptiva* é a que mais se destaca, pois ela é a que mais dispõe de combinações entre auxiliar e auxiliado para a expressão da categoria aspectual. O aspecto inceptivo, como mencionado, caracteriza-se por indicar o *início* de uma situação verbal e as várias combinações apresentadas pelas perífrases inceptivas marcam, cada uma com uma nuance diferente (semântica e/ou estilística), o começo dessa ação (BARROSO, 1994). A perífrase inceptiva é formada de um verbo auxiliar mais um verbo no infinitivo; a junção de outra forma nominal ao auxiliar inceptivo ou torna agramatical a construção, ou adquire outras significações. É o caso, por exemplo, da construção *começar + gerúndio* (*começou fazendo*, *começou dizendo...*), que não é aspectual, mas, sim, de ordenação³⁸. Segundo Almeida (1980, p. 28), “o sintagma auxiliar mais infinitivo domina o panorama da perífrase verbal na língua portuguesa, e é, portanto, onde o processo de auxiliação se faz mais constante e mais variado”, isso porque o infinitivo tem uma perspectiva de prospecção, ou seja, “traduz fenômeno observado na incidência, sem qualquer prolongamento até a decadência, com a ação pois (*sic*) considerada em perspectiva de cumprimento” (p. 17). O gerúndio e o particípio, por carregarem, respectivamente, as

³⁶ A modalidade, nesse caso, refere-se à categoria linguística que evidencia a atitude do falante, perante o conteúdo de um enunciado (GIVÓN, 2001). Os verbos *poder* e *dever* são alguns dos exemplos, em língua portuguesa, que se prestam a marcar a modalidade em construções perifrásticas.

³⁷ Expressão utilizada por Sigiliano (2013) e que adotamos nesta pesquisa.

³⁸ Barroso (1994) afirma que as perífrases com gerúndio, tais como as que citamos, são sinônimas das perífrases *começar por V2_{INFINITIVO}* e *principiar por V2_{INFINITIVO}*, sendo estas, também, construções de ordenação. No entanto, o autor classifica as construções de ordenação como tipos aspectuais, visão de que não partilhamos, pois, segundo nossa avaliação, a ordenação não indica a temporalidade interna das situações.

ideias de processo em desenvolvimento e de completude, não podem ser combinados em construções inceptivas, pois, se os fatos são colocados em seu início, seu desenvolvimento e seu completamento ainda não ocorreram³⁹.

As diferentes nuances das quais Barroso (1994) trata se referem, entre outras noções, à chamada *cumulação de aspecto* (VITRAL; COELHO, 2011). A cumulação de funções, algo comum às línguas flexionais, como é o caso do português, consiste na capacidade que certas estruturas morfossintáticas possuem de expressar mais de uma significação onde ocorrem. Os exemplos mais evidentes são os morfemas flexionais de tempo/modo e de número/pessoa dos verbos portugueses (NIDA, 1948 *apud* VITRAL; COELHO, 2011). No caso da categoria de aspecto, perífrases aspectuais não-canônicas, como as construções *(a)garrar a V2*, *destampar a V2* e *danar a V2*, além de indicarem o início do fato verbal, também cumulam o prolongamento intensificado do fato, característica do aspecto durativo (CASTILHO, 1968; VITRAL; COELHO, 2011; COELHO; PAULA, 2015).

Além das construções perifrásticas, outras estruturas que merecem atenção são os adjuntos adverbiais, especialmente os de tempo e os de frequência⁴⁰. Eles se relacionam com diversos tipos aspectuais, dentre eles o aspecto inceptivo. Isso acontece porque, em certos tempos e modos verbais, como no futuro do presente e no subjuntivo, a inceptividade só se manifesta, se houver a presença de um advérbio precisando o início do fato, como mostram os exemplos abaixo, retirados de Travaglia (1985, p. 267):

(13) “Sérgio **começará a preparar** o churrasco **quando você chegar**.” (grifos nossos)

(14) “Se eu **começar a copiar** isto **agora**, te entrego o caderno à tarde.” (grifos nossos)

Travaglia (1985) salienta que as possibilidades de expressão do aspecto são maiores entre os tempos do passado, pois, de acordo com o autor, estes são tempos mais objetivos e, com isso, fornecem mais nitidez à expressão aspectual. Isso se estende aos demais tempos do modo indicativo, rareando no subjuntivo, pois o primeiro é o modo da certeza, da objetividade, traço totalmente compatível com o aspecto, uma categoria *a priori* objetiva. Travaglia (1985) ressalta, entretanto, que o futuro não é de todo incompatível com a categoria aspectual na língua portuguesa, mas afirma que essa compatibilidade parcial só existe devido

³⁹ Essa restrição de combinações será retomada no capítulo 2.

⁴⁰ Travaglia (1985) afirma que advérbios de lugar também podem atuar sobre o aspecto, mas, em muitos casos, uma transposição para um advérbio de tempo é possível de ser feita. O exemplo dado pelo autor para ilustrar essa transposição é “Jorge tem ficado calado nas reuniões”, em que “nas reuniões” é “facilmente convertível em adjunto adverbial de tempo” (p. 292).

à atuação conjunta de elementos, tais como os adjuntos adverbiais e as perífrases. Isso endossa, mais uma vez, a afirmação de Castilho (1968) sobre o aspecto ser uma categoria léxico-sintática.

O semantema dos verbos (“sentido próprio”, nas palavras de Castilho (1968)) também pode portar traços aspectuais. Nesse caso, o aspecto coincide com *Aktionsart* (CASTILHO, 1968), o que levou muitos linguistas a classificarem os verbos, de acordo com o modo da ação que expressam (estados, atividades, *achievements*, *accomplishments* e semelfactivos) e com a telicidade, conforme discutimos na seção 1.2. Contudo, no caso específico do aspecto inceptivo, constatamos que o sentido do verbo, por si só, não atua sozinho na marcação aspectual, mesmo com o auxílio de adjuntos adverbiais precisando o ponto de início. Tal fato, portanto, aponta para uma atuação mais expressiva do contexto (seja ele sintático, semântico e/ou pragmático) na predicação do verbo – uma das características de uma construção linguística, sobre a qual falaremos, de forma mais aprofundada, no segundo capítulo.

Para alguns estudiosos, como Cunha e Cintra (2013), por exemplo, os morfemas derivacionais ou afixos também marcam aspecto na língua portuguesa. No entanto, quando se trata de marcar o aspecto *inceptivo* especificamente, essas estruturas suscitam discussões, conforme já expusemos na seção anterior. Os substantivos e os adjetivos também podem carregar noções aspectuais (COSTA, 1990). Entretanto, Travaglia (1985) ressalta que muitos dos nomes que marcam aspecto são derivados de verbos, por isso dizer que a categoria aspectual é característica da classe verbal. Não entraremos no mérito dessa discussão, nem aprofundaremos na apresentação dos recursos citados, pois esse procedimento foge ao escopo de nossa análise e, por isso, limitamo-nos a apenas registrá-la.

Outros recursos de expressão da categoria aspectual existentes na língua portuguesa são a repetição do verbo (*andava, andava, andava...*), a ênfase entoacional (*andaaaaava...*), o uso de certas preposições, que podem acarretar noções aspectuais diferentes aos enunciados, e os argumentos do verbo (TRAVAGLIA, 1985; PAULA, 2014). Também não adentraremos na exposição desses recursos, pois o aspecto inceptivo, objeto desta pesquisa, não se manifesta por meio deles e, em virtude da delimitação de nosso estudo, optamos por abordar apenas as questões que se relacionam diretamente a ele. De qualquer maneira, avaliamos que a menção a tais elementos é válida, uma vez que eles também são importantes para a marcação do aspecto em português.

Diante de tudo o que expusemos até aqui, percebe-se que a epígrafe deste capítulo parece resumir adequadamente o campo de estudo com o qual lidamos nesta pesquisa. De fato, o aspecto é algo de notável complexidade e amplitude, sendo, por isso, uma categoria em constante estudo e aperfeiçoamento. Podemos dizer que essa abrangência da categoria aspectual também tangencia outras áreas da linguística, como a vertente de estudos conhecida como Gramática de Construções, o que justifica a adoção do termo *construção* para nos referirmos, por exemplo, às perífrases verbais. Tendo em vista esse fato, o capítulo a seguir é dedicado à apresentação da relação entre aspecto e construção linguística.

CAPÍTULO 2

GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES

“Qual é a natureza do significado do verbo e qual é sua relação com o significado da sentença?” (GOLDBERG, 1995, p. 1, tradução nossa)⁴¹

A epígrafe deste capítulo foi extraída das três primeiras linhas da introdução do trabalho de Goldberg (1995), uma das autoras mais representativas da vertente cognitiva da Linguística conhecida como Gramática de Construções (doravante GC). Escolhemos tal excerto, pois, de certo modo, o questionamento levantado pela autora justifica a escolha da GC para tratar da categoria aspectual. Antes, contudo, de adentrarmos nessa relação entre a GC e o aspecto, apresentamos um breve histórico da GC dentro dos estudos linguísticos, bem como suas características basilares, a fim de contextualizar o leitor neste quadro teórico.

2.1 GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS POSTULADOS

Segundo Ferrari (2014), a GC surgiu no seio da Linguística Cognitiva (LC), no final da década de 1980, sendo Fillmore (1988) e Fillmore, O’Connor e Kay (1988) os precursores das discussões. A LC, por sua vez, surgiu no contexto do Gerativismo, corrente de estudos que, àquela altura, estava em seu auge de produtividade. A expressão *linguística cognitiva* já existia no cenário linguístico desde a década de 1960, estando presente, inclusive, na teoria gerativa (isso pode ser comprovado, por exemplo, com as questões do inatismo da linguagem e da modularidade da mente defendidas por essa vertente teórica). No entanto, devido à força da nova perspectiva de estudo da língua surgida no final dos anos 1980, ela se estabeleceu com mais expressividade nessa época (FERRARI, 2014).

O nascimento da LC se deve à insatisfação de alguns pesquisadores, como o próprio Fillmore, sobre o tratamento dado à semântica e à pragmática dentro da teoria gerativa. Por conta disso, certos postulados gerativistas foram questionados, o que fez surgir outros, os

⁴¹ Do original: “What is the nature of verb meaning and what is its relation to sentential meaning?” (GOLDBERG, 1995, p. 1).

quais dão base aos estudos no campo da LC. Segundo Salomão (2007; 2009) e Ferrari (2014), as principais diferenças entre as duas vertentes teóricas são

- a. **a modularidade da mente:** enquanto, na teoria gerativa, a mente é tida como modular, na qual o módulo da linguagem atua independentemente dos outros, na LC, rejeita-se essa hipótese, já que, nessa corrente, acredita-se que os módulos interagem entre si a todo o momento, o que faz a LC ser conhecida como teoria não-modular da mente.
- b. **a primazia de módulos:** na teoria gerativa, o módulo sintático apresenta princípios próprios e independentes dos atuantes em outros módulos (como o fonológico e o semântico). Na LC, por outro lado, acredita-se que a mente é controlada por princípios cognitivos gerais que atuam em diversas áreas, incluindo a da linguagem.
- c. **a apreensão do significado:** a teoria gerativa postula que o significado é um reflexo da realidade, podendo ser interpretado como falso ou verdadeiro. Já a LC tem, como uma de suas principais premissas, a questão da experenciação humana, a qual perpassa o significado das coisas. Isso significa que os sentidos da linguagem não são meros reflexos da realidade; eles são, ao contrário, mediados pela cognição, por meio da qual o mundo é apreendido e experienciado.

Dentro da LC, podem ser listados diversos aspectos que são de interesse para a área. Geeraerts (1995 *apud* FERRARI, 2014, p. 15)⁴² cita, por exemplo, a questão da categorização nas línguas naturais, com seus processos metafóricos, polissêmicos e de prototipicidade; a organização linguística, dentro da qual se encontra a iconicidade; a interface sintaxe-semântica (uma das principais premissas das gramáticas desenvolvidas no âmbito da LC); a base experiencial e a pragmática, e a relação entre linguagem e pensamento.

A LC, tal como mostramos anteriormente, considera que não há separação entre os módulos da mente, inclusive entre os módulos da linguagem entre si, como o sintático e o lexical. Isso é apoiado pela hipótese, aventada na área, de pareamento entre forma e significado, que ocorre nos níveis lexical, morfológico e sintático (FERRARI, 2014). Esse

⁴² GEERAERTS, Dirk. Cognitive linguistics. In: VERSCHUEREN, Jef; ÖSTMAN, Jan-Ola; BLOMMAERT, Jan. **Handbook of Pragmatics: Manual**. Amsterdã: John Benjamins, 1995, p. 111-116.

postulado da LC é o principal pressuposto da GC, uma vez que esse paradigma “propõe que as expressões linguísticas, desde as mais simples até as mais complexas, constituem unidades simbólicas baseadas em correspondências entre forma e significado” (FERRARI, 2014, p. 129). Esse postulado, portanto, se afasta da teoria gerativa, por rejeitar a separação entre morfologia e sintaxe, colocando-as, assim, sob uma perspectiva de continuidade.

Tendo em vista essa continuidade léxico-sintaxe, a GC propõe que a língua é uma grande rede construcional, formada pelas relações (sintáticas, semânticas, morfológicas etc.) existentes entre as construções. O quadro abaixo, extraído de Croft (2007), ilustra esse esquema de continuidade, baseado tanto no tamanho quanto na complexidade das construções linguísticas:

Quadro 4: O *continuum* léxico-sintaxe

Tipo de construção	Nome tradicional	Exemplos
Complexa e (maioria) esquemática	Sintaxe	[SBJ be-TNS VERB-en by OBJ]
Complexa e (maioria) específica	Expressão idiomática	[pull-TNS NP-‘s leg]
Complexa mas ligada	Morfologia	[NOUN-S] [VERB-TNS]
Atômica e esquemática	Categoria sintática	[DEM] [ADJ]
Atômica e específica	Palavra/léxico	[this] [green]

Fonte: Croft (2007, p. 471, tradução nossa⁴³).

Com base nesse quadro, Croft (2007, p. 471, tradução nossa⁴⁴) explica que

as regras sintáticas (e as regras acompanhantes de interpretação semântica) são construções esquemáticas e complexas. As expressões idiomáticas são construções complexas e (pelo menos em parte) substantivas. A morfologia descreve construções complexas, mas construções com morfemas ligados. As palavras no léxico são construções substantivas atômicas, enquanto as categorias sintáticas são construções esquemáticas atômicas. Em outras palavras, o conhecimento gramatical representa um *continuum* em duas dimensões, do substantivo ao esquemático e do atômico ao complexo.

Partindo, pois, da perspectiva de continuidade léxico-sintaxe e da correspondência forma/significado em destaque na LC, vários dos estudiosos da área, como Fillmore (1988),

⁴³ Devido à composição gráfica da figura, não pudemos inserir, aqui, o texto original em inglês.

⁴⁴ Do original: “syntactic rules (and the accompanying rules of semantic interpretation) are schematic, complex constructions. Idioms are complex and (at least partly) substantive constructions. Morphology describes complex constructions, but constructions of bound morphemes. Words in the lexicon are atomic substantive constructions, while syntactic categories are schematic atomic constructions. In other words, grammatical knowledge represents a *continuum* on two dimensions, from the substantive to the schematic and from the atomic to the complex” (CROFT, 2007, p. 471).

Goldberg (1995; 2006) e Croft (2007), formularam conceitos sobre o que seriam as construções linguísticas. Dentre os postulados da GC sobre as construções, citamos aqui somente os pontos convergentes entre os denominados *construction grammarians*, uma vez que, tal como ocorre na questão do aspecto, ainda há certas diferenças de abordagem e algumas divergências dentro da GC, o que é previsível, se considerarmos que se trata de um modelo teórico relativamente recente e, portanto, em fase de (re)elaboração e de aprimoramento.

O conceito mais clássico de construção linguística foi elaborado por Fillmore (1988). De acordo com esse autor, uma construção pode ser definida como “qualquer padrão sintático ao qual é atribuída uma ou mais funções convencionais em uma língua, juntamente com tudo o que é linguisticamente convencionalizado sobre sua contribuição para o significado ou para o uso das estruturas que o contêm”⁴⁵ (FILLMORE, 1988, p. 36, tradução nossa).

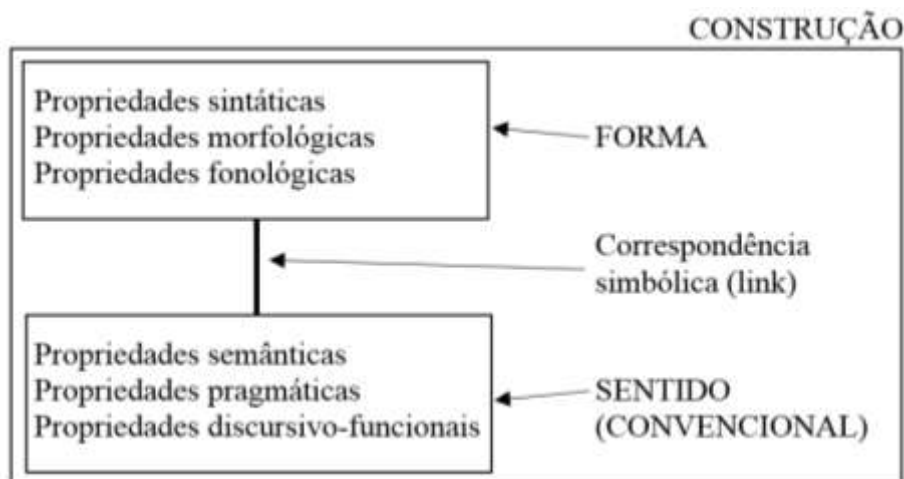
Com o passar dos anos, por meio das diversas pesquisas que foram desenvolvidas na área, a definição de construção foi sendo reelaborada. Goldberg (1995) foi uma das autoras que participaram da reformulação do conceito de construção; a definição proposta por ela é, até hoje, uma das mais utilizadas nas pesquisas que se baseiam nos pressupostos da GC. Segundo Goldberg (1995), uma construção, de maneira geral, pode ser vista como uma associação entre forma e significado que existe independentemente dos itens lexicais que a compõem. Além disso, uma construção existe se uma ou mais de suas propriedades não são estritamente previsíveis a partir do conhecimento de outras construções existentes na língua. A autora também salienta que “padrões são armazenados como construções, mesmo que sejam totalmente predizíveis, desde que ocorram com suficiente frequência”⁴⁶ (GOLDBERG, 2006, p. 5, tradução nossa).

Croft (2007, p. 472, tradução nossa⁴⁷) elaborou um esquema para representar as partes componentes de uma construção, o qual pode ser visto a seguir:

⁴⁵ Do original: “any syntactic pattern which is assigned one or more conventional functions in a language, together with whatever is linguistically conventionalized about its contribution to the meaning or the use of structures containing it” (FILLMORE, 1988, p. 36).

⁴⁶ Do original: “[...] patterns are stored as constructions even if they are fully predictable as long as they occur with sufficient frequency” (GOLDBERG, 2006, p. 5).

⁴⁷ Devido à composição gráfica da figura, não pudemos inserir, aqui, o texto original em inglês.

Figura 1: Estrutura simbólica de uma construção

Fonte: Croft (2007, p. 472, tradução nossa).

Na definição de Croft (2007, p. 471), “as construções, num sentido geral, são unidades linguísticas convencionais – mais precisamente, unidades linguísticas simbólicas.”⁴⁸ Portanto, como se pode ver no esquema anterior, o pareamento forma/sentido das construções é convencional, conectado por uma correspondência simbólica, o que não ocorre, por exemplo, no modelo gerativo de descrição das línguas.

Goldberg (1995) não descarta que muitas das informações contidas nas construções são veiculadas por itens lexicais individuais; no entanto, para a autora, uma abordagem baseada somente no campo lexical é falha frente ao grande escopo de dados da língua. Croft (2007, p. 470, tradução nossa⁴⁹) também endossa essa perspectiva:

As construções, exceto as expressões idiomáticas, são composicionais, isto é, os significados das partes da construção são combinados para formar o significado de toda a construção. A razão para que elas devam ser representadas como construções independentes não é o fato de que a construção não é composicional, mas sim que as regras de interpretação semântica associadas com a construção são únicas dessa construção, não sendo derivadas de outro padrão sintático mais geral, conforme os gramáticos construcionistas salientam cuidadosamente.

⁴⁸ Do original: “constructions in generalized sense are conventional linguistic units – more precisely, symbolic linguistic units”.

⁴⁹ Do original: “Constructions other than idiomatic phrases are compositional; that is, the meanings of the parts of the construction are combined to form the meaning of the whole construction. The reason that they must be represented as independent constructions is not that the construction is noncompositional, but that the semantic interpretation rules associated with the construction are unique to that construction and not derived from another more general syntactic pattern, as construction grammarians carefully note”.

Essa visão também vai de encontro ao modelo gerativo, que foca bastante na composicionalidade das sentenças. Segundo Ferrari (2014, p. 130), esse posicionamento de Goldberg (1995; 2006) e de outros construcionistas remonta ao signo linguístico de Ferdinand de Saussure:

Esse modelo, centrado na noção de construção, retoma a tese saussureana de que o signo linguístico reflete uma relação estreita entre significante e significado, estendendo-a para construções complexas. O significado das construções gramaticais passou, desse modo, a ser visto como independente, em parte, das palavras que a constituem.

As expressões idiomáticas, citadas por Croft (2007), foram as construções que fomentaram os primeiros estudos na perspectiva da GC, sendo abordadas nos trabalhos pioneiros de Fillmore (1988) e de Fillmore, Kay e O'Connor (1988). Croft (2007) afirma que a GC surgiu do problema acarretado pelas expressões idiomáticas dentro do modelo composicional de estudos da língua, uma vez que tais expressões são sintática e/ou semanticamente idiossincráticas e maiores do que palavras, não podendo ser, simplesmente, arroladas dentro do léxico sem algum tipo de mecanismo especial. O problema para o modelo composicional vem, portanto, dessa idiossincrasia das expressões idiomáticas:

As expressões idiomáticas representam um problema para o modelo componencial porque a sua idiossincrasia requer a inclusão de informações de vários componentes, apesar de elas serem complexas e, muitas vezes, em parte, governadas por regras próprias; portanto, parecem pertencer a um componente individual, não ao léxico. Em outras palavras, não há um lugar apropriado, no modelo componencial, para as expressões idiomáticas (CROFT, 2007, p. 466, tradução nossa⁵⁰).

Além das expressões idiomáticas, as construções de estrutura argumental também ganharam foco na GC. Goldberg (1995) afirma que as construções de estrutura argumental – seus objetos de análise – são uma subclasse especial de construções que fornecem os sentidos básicos de uma expressão sentencial em uma língua. Em uma abordagem construcional para as construções de estrutura argumental, segundo a autora, “as diferenças sistemáticas de significado entre o mesmo verbo em diferentes construções são atribuídas diretamente às construções em particular” (p. 4, tradução nossa⁵¹). No entanto, a autora salienta que essas

⁵⁰ Do original: “Idioms pose a problem to the componencial model because their idiosyncrasy requires inclusion of information from multiple components, yet they are complex and often partly rule-governed and therefore appear to belong in an individual component, not the lexicon. In other words, there is no proper place in the componencial model for idioms” (CROFT, 2007, p. 466).

⁵¹ Do original: “On a construcional approach to argument structure, systematic differences in meaning between the same verb in different constructions are attributed directly to the particular constructions” (GOLDBERG, 1995, p. 4).

diferenças podem estar associadas a uma família de sentidos distintos, mas correlatos, algo parecido com a polissemia dos itens lexicais.

Mesmo com seu enfoque nas construções de estrutura argumental, Goldberg (1995) também pontua que os morfemas são instâncias claras de construções, por eles formarem pares de forma e significado não previsíveis. A consequência dessa definição, portanto, é a de que o léxico não pode ser diferenciado do restante da gramática.

Citando Langacker (1987), Croft (2007, p. 476, tradução nossa⁵²) afirma que “as construções não são meramente uma lista sem estruturação na Gramática de Construções. As construções formam um inventário estruturado do conhecimento do falante sobre as convenções de sua língua”. Esse fato, de acordo com Croft (2007), leva à hipótese fundamental da GC: a de que existe uma representação uniforme de todo o conhecimento gramatical na mente do falante sob a forma de construções gerais. Isso significa dizer que tudo, desde as palavras até as regras sintáticas e semânticas, pode ser representado como construções. Por esse motivo, Goldberg (1995) considera que as construções são cruciais para a descrição da língua, o que, para a autora, poderia levá-las a serem reconhecidas como entidades teóricas. Outros pesquisadores, incluindo Fillmore (1988), já haviam se alinhado a essa premissa, ao estudarem as expressões idiomáticas, as quais, de acordo com o autor, são entidades linguísticas irregulares que podem explicar os fenômenos regulares. De acordo com esses estudiosos, portanto, a análise linguística centrada na noção de construção pode trazer generalizações e simplificações de certos fenômenos que, para muitos, poderiam significar algo muito mais complexo.

O modelo construcionista de análise linguística, para Goldberg (1995), oferece ao pesquisador certas vantagens. Uma delas é a possibilidade de se evitar a atribuição de vários sentidos a um mesmo verbo, o que acabaria por gerar sentidos implausíveis. Essa vantagem leva a outra: há uma economia semântica, já que o verbo se mantém com o mesmo significado, sendo as diferenças de sentido das sentenças resultado de padrões construcionais distintos nos quais tal verbo ocorre. Isso faz com que a GC tenha seu enfoque voltado para a construção sintática em si, e não apenas para o verbo. Goldberg (1995), inclusive, afirma que o verbo não é o único predicador da construção, uma das grandes contribuições de sua abordagem, de acordo com Croft (2007). As palavras, portanto, têm sua parcela de contribuição para a significação das sentenças, mas elas, sozinhas, não carregam todo o

⁵² Do original: “Constructions are not merely an unstructured list in construction grammar. Constructions form a structured inventory of a speaker’s knowledge of the conventions of their language (LANGACKER, 1987, 63-76)”.

significado das construções. É o que acontece, por exemplo, com as construções verbais perifrásticas que têm, como auxiliares, os verbos *começar* e *principiar*. Conforme citamos no primeiro capítulo, tais verbos dependem de outros elementos, como os adjuntos adverbiais de tempo, para marcarem o aspecto inceptivo, mesmo carregando o sema “início” em suas raízes. Esse fato, portanto, reforça a perspectiva não-composicional da GC.

Nesta seção, apresentamos, brevemente e, portanto, de forma geral, os aspectos históricos e os pressupostos teóricos básicos da Gramática de Construções. No entanto, apesar de termos feito uma síntese, salientamos que a GC, assim como a LC, também se caracteriza por ser uma área de estudos radial, pois, dentro dela, há abordagens diversas sobre as construções linguísticas. Dentre essas abordagens, segundo Goldberg (2006), destacam-se a Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987), a Gramática Cognitiva de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006), a Gramática de Construções Radical (CROFT, 2001), a Gramática das Construções de Unificação (FILLMORE; KAY, 1999), dentre outras. Não nos detivemos na apresentação completa de cada uma das abordagens citadas somente porque a diferenciação entre elas não acrescentará ao objeto de estudo desta pesquisa, visto que, apesar de cada uma se diferenciar no foco das análises, todas compartilham, de uma forma ou de outra, os princípios básicos das construções linguísticas citados aqui.

Apresentada a GC, passemos, agora, a articular uma relação entre ela e a subcategoria de aspecto inceptivo, tema principal desta pesquisa.

2.2 A CONSTRUÇÃO ASPECTUAL INCEPTIVA

A construção aspectual inceptiva (CI) já foi abordada em outras pesquisas, tais como a de Gonçalves *et al.* (2007), que lida com processos de gramaticalização, e a de Sigiliano (2013), a qual trata de mecanismos cognitivos, como a metáfora, juntamente com a gramaticalização, para a descrição da CI formada por verbos não-canônicos. Nesta seção, apresentamos alguns dos pontos discutidos por esses autores, e acrescentamos outros aspectos sobre a CI que circulam pela literatura. Convém registrar que a CI de que tratam os pesquisadores aqui citados é a perifrástica⁵³, a qual foi descrita no capítulo primeiro desta dissertação.

⁵³ As construções diferentes das perifrásticas serão retomadas no capítulo sobre a descrição da metodologia, uma vez que lidamos com elas na exclusão de alguns dos dados coletados previamente.

Sigiliano (2013), em seu estudo sobre as CIs, afirma que tais construções são instanciações de uma construção genérica⁵⁴, formada pela presença de um verbo finito e de um verbo obrigatoriamente no infinitivo, intermediados, opcionalmente, por uma preposição. O esquema da CI fica, portanto, da seguinte maneira:

[(SN) V1_{FIN} (Prep) V2_{INF}]

O exemplo a seguir, retirado dos *corpora* desta pesquisa, ilustra tal construção preenchida:

(15) E então **desato a tocar** sozinho nem sei o quê... (BRANDÃO, 1923, grifo nosso)

Sigiliano (2013) salienta que esse esquema também representa outras construções aspectuais, como em *continuar a V2* (aspecto durativo), *acabar de V2* (aspecto terminativo), entre outras. Esse fato comprova, segundo a autora, a afirmação de Goldberg (1995) sobre a existência de uma construção independer dos itens individuais que podem preenchê-la. Além disso, percebe-se, também, a possibilidade de uma rede construcional, integrada pelas realizações da construção genérica, assim como a possibilidade da economia de descrição linguística (GOLDBERG, 1995), uma vez que há somente uma estrutura de construção a se descrever, mesmo sendo preenchida por diversos elementos – o que determina construções diferentes é, portanto, uma alteração na forma ou no significado provinda desse preenchimento.

No esquema apresentado, o V1 representa o verbo auxiliar, responsável por marcar as categorias gramaticais que ocorrem nas construções perifrásticas, como o tempo, o modo e o aspecto. O processo de auxiliação dos verbos que ocorrem nas CIs é associado ao fenômeno da gramaticalização, que, de maneira genérica, diz respeito à passagem de um item lexical a um item gramatical, ou de um item gramatical a um item mais gramatical (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; HEINE, 2003)⁵⁵. Nas CIs, especialmente nas não-canônicas, o V1, por meio de processos metafóricos, tem sua significação léxica diminuída (nas palavras de ALMEIDA (1980)) e passa a assumir traços aspectuais, uma categoria gramatical

⁵⁴ Segundo Croft (2007), a estrutura interna de uma construção é dada pela estrutura morfossintática das sentenças que instanciam a construção.

⁵⁵ Não trataremos do processo de gramaticalização de cada V1 que compõe a CI, pois o tema se desvia dos objetivos do nosso trabalho. No entanto, salientamos que Gonçalves *et al.* (2007), Sigiliano (2013) e Paula (2014) fazem descrições minuciosas sobre esse fenômeno, as quais consideramos importantes para o estudo do aspecto inceptivo, de modo geral.

(SIGILIANO, 2013). Os exemplos abaixo, retirados de Paula (2014), ilustram essa mudança de categoria do verbo *danar*, um dos verbos que podem compor a CI:

(16)“Ler no escuro pode **danar** a vista.” (HOUAISS, 2001 *apud* PAULA, 2014, grifo da autora)

(17)“Se eu não ficar na internet vou me **danar** a comer e ficar com azia depois (TWITTER *apud* PAULA, 2014, grifo da autora)

O sentido de *prejudicar*, pertencente à etimologia do verbo *danar*, fica mais abstrato no segundo exemplo, apesar de ele ainda estar presente no sentido geral da sentença: começar a comer, comer demais e passar mal depois – um prejuízo à saúde. A própria alternância *danar/prejudicar* não é licenciada no segundo exemplo, algo perfeitamente aceitável no primeiro. No segundo exemplo, percebe-se, portanto, que o verbo *danar* perdeu traços semânticos, no que diz respeito à sua significação primeira, e passou a assumir uma posição de auxiliar de uma perífrase que indica o início e o prolongamento da ação de comer. Ressaltamos que nem todas as ocorrências desse tipo de CI permitem uma interpretação como a que fazemos aqui, devido aos diferentes graus de perda semântica que podem ocorrer em qualquer item em processo de gramaticalização.

A preposição, outro elemento da CI, pode ou não aparecer na realização do aspecto inceptivo. A preposição mais recorrente é *a*, mas também podem ser identificadas perífrases com *de*, *para* e *em*, como mostram os exemplos abaixo, três deles encontrados em nossos *corpora* e um extraído de Almeida (1980):

(18)“Quando eu **comecei trabalhar**, parece que era [mil]- mil cento e poucos cruzeiros, acho que nem era isso! Mas pelo menos já era alguma coisa.” (PEUL, 1980, grifo nosso)

(19)“Na repartição, os pequenos empregados, amanuenses e escreventes, tendo notícia desse seu estudo do idioma tupiniquim, **deram** não se sabe porque **em chamal-o** – Ubirajara.” (BARRETO, 1915, grifo nosso)

(20)“Ella, coitada! tinha muito medo sempre que o via n’esse gosto, porque o demonio do homem **dava** então **para brigar**, mexia com quem passava, mettia a bengala nos cocheiros e quebrava com os pés tudo que encontrasse no caminho.” (AZEVEDO, 1884, grifo nosso)

(21) “E, estando elle ã tam grande perigo, uyohũũ pouco de mel que destilaua da aruor e logo lhe esqueceu os periigos ã que estava e lançou mããopello mel e **começou de comer** delle.” (ALMEIDA, 1980, grifo do autor)

Como último elemento da CI, vem o V2 obrigatoriamente no infinitivo. Tal como relatamos no primeiro capítulo, essa obrigatoriedade do infinitivo se dá em oposição ao gerúndio e ao particípio, formas nominais que, por si só, já pressupõem um evento em andamento (gerúndio) ou acabado (particípio) (ALMEIDA, 1980; COSTA, 1990; COELHO, 2006). Como o aspecto inceptivo se refere ao início de um fato verbal, o desenvolvimento e o completamento desse fato ainda não ocorreram. Portanto, dá-se a seleção obrigatória do infinitivo, em virtude da necessidade de se manter a compatibilidade dos traços aspectuais das formas constituintes da construção.

Adentrando mais nessa questão de incompatibilidade e de restrição de traços, citamos Goldberg (1995), que afirma que a construção não pode ser preenchida por qualquer tipo de item lexical ou gramatical. A compatibilidade de traços das construções, segundo Goldberg (1995), se liga, basicamente, a dois princípios: ao *Princípio da Coerência Semântica* e ao *Princípio da Correspondência*. De acordo com o primeiro princípio, apenas papéis semânticos compatíveis podem ser fundidos. Por exemplo, o papel de “chutador”, perfilado pelo verbo “chutar”, é uma instância do papel de “agente”, perfilado pela construção transitiva. O segundo princípio, por sua vez, postula que os papéis perfilados pelos verbos (chamados *papéis participantes*) devem se fundir, um a um, com os papéis perfilados pelas construções (denominados *papéis argumentais*); pode haver, entretanto, papéis argumentais que não são fundidos com papéis participantes, como é caso dos adjuntos.

Essa fusão de papéis pode ser vista nas CIs, tanto canônicas quanto não-canônicas, tal como apresenta Sigiliano (2013). Em primeiro lugar, o V1 tem que carregar, em seu semantema, a ideia de início (como ocorre com os verbos canônicos) ou precisa conter a abstração metafórica de movimento (caso dos verbos não-canônicos), uma vez que o início de um fato pressupõe, por si só, um movimento abstrato (início > desenvolvimento > fim), sendo o ponto final desse movimento algo não obrigatório, em alguns casos. O mesmo acontece com as preposições. Todas as que podem ocorrer em uma CI têm ligação com a noção de movimento, como, por exemplo, *de* (lugar de origem-destino), *para* (transferência de posse), *a* (movimento) e *em* (concorrente de *a*, pelo menos, no PB). Por último, o V2 precisa ser um infinitivo, pois, se movimento pressupõe duração, e o aspecto inceptivo corresponde ao início

de situações durativas, as formas infinitivas, por não pressuporem uma situação já em curso (gerúndio) ou acabada (particípio), tornam-se compatíveis com a construção.

A restrição do V2, no padrão construcional da CI, parece ser, contudo, menos rígida, pelo menos, quando ele se combina com as formas canônicas de V1. Essa restrição mais livre pode estar relacionada ao fato de que quase todas as situações verbais pressupõem um começo (REICH, 2011). Dessa maneira, o V2, com base nas classes acionais de Vendler (1967), pode ser uma atividade, um *accomplishment*, um *achievement* (em caso de “câmera lenta”) e, em alguns casos, até um estado, sendo este de combinação mais restrita. Os exemplos a seguir, fornecidos por Reich (2011, p. 119), ilustram essa afirmação:

- (22) Os alunos **começaram a reclamar** antes da reunião. (*atividade* – grifo nosso)
- (23) *Maria **começou a estar** doente às 14 horas. (*estado* – grifo nosso)
- (24) João **começou a ser** tolerante este ano. (*estado* – grifo nosso)
- (25) Carlos **começou a limpar** o auditório às nove horas. (*accomplishment* – grifo nosso)
- (26) Pedro **começou a alcançar** o pico da montanha neste exato momento. (*achievement* – grifo nosso)

No entanto, mesmo com essa abertura no preenchimento do V2 na CI, salientamos que a restrição ainda existe, pois, se forem observadas as CIs não-canônicas, percebemos que o V2 diminui sua possibilidade de ocorrência (aparentemente, devido à abstração do V1), tornando-se mais restritivo, conforme mostram os exemplos abaixo, retirados da internet:

- (27) “WordPress 4.2 **começou a nascer** ontem.”⁵⁶ (grifo nosso)
- (27a)?WordPress 4.2 **(a)garrou a nascer** ontem. (grifo nosso)
- (28) “Reportagem da Folha diz que *impeachment* já **começou a morrer**.”⁵⁷ (grifo nosso)
- (28a)?Reportagem da Folha diz que *impeachment* já **desatou a morrer**. (grifo nosso)

⁵⁶ Título de postagem sobre o desenvolvimento do Wordpress 4.2. Sentença extraída de: <http://wp-portugal.com/2015/01/22/wordpress-4-2-comecou-nascer-ontem/>. Acesso em: 21/10/2015.

⁵⁷ Título de postagem sobre o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Sentença extraída de: <http://www.ocafezinho.com/2015/10/14/reportagem-da-folha-diz-que-impeachment-ja-comecou-a-morrer/>. Acesso em: 21/10/2015.

Em (27) e em (28), percebemos que as CIs são preenchidas, na posição do V2, por verbos cuja classe acional (*achievements*), normalmente, não admite fases, salvo alguns casos de “câmera lenta” (ex. (26)). Entretanto, o uso metafórico das formas verbais *nascer* e *morrer* e os objetivos pragmáticos de cada sentença parecem licenciar a combinação com um auxiliar indicador de fases, como o são os auxiliares de aspecto inceptivo. Nos dois casos, contudo, pode-se perceber que nem todos os auxiliares inceptivos, especialmente os cumulativos, podem se combinar com tais formas em V2, mesmo com o contexto de uso conotativo, causando, com isso, certo estranhamento, representado graficamente pelo sinal de interrogação em (27a) e em (28a).

Apesar de haver essa grande restrição de combinação entre verbos inceptivos não-canônicos e certas classes acionais, como a dos *achievements* e a dos estados, podem ser encontrados casos em que essa junção é possível. É o que acontece, por exemplo, com o V1 *dar*, conforme ilustram os exemplos abaixo, retirados de Silva e Coelho (2014, p. 35 e 37):

- (29)“(...) teve uma época que os colegas dele **deram para morrer**, quando eu perguntava, de que morreu esse seu amigo? ele dizia que foi de repente.” (SILVA; COELHO, 2014, grifo das autoras)
- (30)“Lá num canto, Dentinho de Arroz descobriu caruru. **Deu para nascer** também beldroega.” (SILVA; COELHO, 2014, grifo das autoras)
- (31)“(...) se casou rico e **deu para ser** católico praticante.” (SILVA; COELHO, 2014, grifo das autoras)

Em (29) e em (30), os V2 foram empregados em seu sentido literal, diferentemente das sentenças em (27) e em (28). Contudo, segundo Silva e Coelho (2014), tais combinações só foram possíveis porque os sujeitos sobre os quais recaem as situações verbais não são os mesmos – há uma ideia de pluralidade nos SNs envolvidos –, algo também evidenciado por Almeida (1980). As autoras registram que tais preenchimentos da construção inceptiva não são produtivos no *corpus* que elas utilizaram, e que as ocorrências encontradas são subordinadas a esse contexto especial de iteração. Já, em (31), há um V2 correspondente a um estado; porém, percebe-se também a ideia de plural evocada pelo SN *católico praticante* (nesse caso, são os *atos* como católico praticante). De acordo com Silva e Coelho (2014), essa combinação é compatível com o esquema semântico da CI, pois a extensão de usos do verbo *dar*, possibilitada pela abstração metafórica de movimento e, conseqüentemente, pela ideia de

mudança de estado, neutraliza o caráter [-dinâmico] das construções de estado (nesse caso, com o verbo *ser*).

Com base em alguns dos trabalhos que citamos e cotejamos aqui, como o de Sigiliano (2013) e o de Coelho (2014), acreditamos que essas restrições do V2 diante de verbos não-canônicos se dão, *a priori*, por dois motivos. O primeiro deles diz respeito à cumulação de aspecto das CIs não-canônicas, assunto do qual tratamos no capítulo primeiro. Isso significa que quase todos os fatos verbais de V2 pressupõem um começo, mas nem todos pressupõem o traço semântico de prolongamento intensivo que possa ser marcado aspectualmente pelo V1. Além disso, há, no processo, a influência do chamado *chunking* linguístico (BYBEE, 2013), processo cognitivo de armazenamento de unidades que, a nosso ver, também restringe a combinação aspectual com um V1 não-canônico. Por conta do *chunking*, o falante armazena certas estruturas complexas como únicas, passando a ativá-las como um único bloco linguístico; em consequência disso, outras combinações tornam-se agramaticais ou causam, no mínimo, algum estranhamento. Isso pode ser visto no trabalho de Sigiliano (2013), em que a autora analisa o percurso diacrônico das estruturas e percebe que as combinações com verbos não-canônicos passam a ser interpretadas como *chunks*. Isso justifica, portanto, a descrição de Almeida (1980) sobre alguns tipos de V1 das CIs, como em:

- a) *Desatar a, romper a, desandar a*: algo inesperado, repentino, incontrolável. Processo que se desenvolve no sujeito após certa contenção.
- b) *Deitar a*: ação súbita.
- c) *Pegar a*: ideia de iteração.
- d) *Passar a*: mudança de atitude, de transformação.
- e) *Dar para*: atitude fora do comum, mania adquirida.

Almeida (1980) descreve o contexto pragmático das construções com base nos dados de sua pesquisa, o mesmo que ocorre no estudo de Sigiliano (2013), no qual também pode ser identificado certo padrão de uso similar ao da descrição de Almeida (1980) – uma espécie de especialização de *chunks*, aparentemente. Tais observações não são categóricas, mas podem explicar as diferenças de uso das CIs em cada contexto. Entretanto, há que se fazer estudos mais aprofundados, pois pode haver influência, também, de fatores sociais e estilísticos no uso de uma forma em detrimento de outra (GONÇALVES *et al.*, 2007).

É interessante observar que todos os elementos envolvidos dentro da CI e ao redor dela exercem influência no resultado final da construção. Para começar, o próprio verbo

auxiliar tem seu papel na predicação, uma vez que, segundo Coelho (2006), é ele o responsável pela seleção do V2 na construção verbal perifrástica. Esse processo é oriundo, segundo a autora, de um processo de extensão de sentidos (processo metonímico) desencadeado pela gramaticalização do verbo auxiliar. Essa questão atua, pois, na compatibilidade de traços semânticos que deve haver para que uma construção seja instanciada. Por exemplo, no caso da CI, os auxiliares só selecionam verbos plenos em sua forma infinitiva, devido à compatibilidade de traços que deve haver para se preencher tal construção (denotação de movimento – e, conseqüentemente, de mudança de estado –, evento em prospecção e passível de ser dividido em fases, dentre outros traços já citados anteriormente). Essa observação, de certa maneira, vai ao encontro da tese de Goldberg (1995), quando a autora afirma que o verbo não é o único predicador das construções. A diferença está no fato de que, no caso aqui discutido, o verbo continua atuando na predicação, mas não é o verbo lexical, pleno de conteúdo nocional, e sim o verbo auxiliar, esvaziado semanticamente e, à primeira vista, incapaz de selecionar argumentos⁵⁸.

A combinação bem sucedida dos elementos da CI também pode ser vista de outros pontos. Por exemplo, o verbo auxiliar pode conter, em seu semantema, um traço compatível com a ideia de início (tal como ocorre com os verbos *começar* e *principiar*), mas os outros elementos que atuam como papéis participantes da construção (como os advérbios, em alguns casos) têm influência no sentido final desse verbo. Para ilustrarmos essa proposição, retomamos a argumentação de Travaglia (1985), apresentada no capítulo primeiro, sobre a marcação de aspecto no futuro: caso não haja um adjunto adverbial especificando o momento exato do início da situação, mesmo com o V1 da perífrase verbal portando o sema [+início], o aspecto não se manifesta, uma vez que a situação ainda não ocorreu (portanto, uma situação hipotética que pode ou não ter início). Se apenas os verbos auxiliares fossem responsáveis pela marcação do aspecto, todas as construções com V1 canônicos, perifrásticas ou não, que encontramos em nossos *corpora* marcariam, sem nenhuma restrição, o aspecto inceptivo⁵⁹. Ressaltamos aqui, também, a influência dos semas dos componentes da construção, outro ponto que, a nosso ver, também tem importância na atualização da categoria aspectual na

⁵⁸Segundo Coelho (2006; 2013), a seleção argumental do verbo auxiliar é, na verdade, um resquício da forma plena do qual ele se originou, o qual não se perdeu no processo de gramaticalização, tanto por fazer parte da estrutura argumental do verbo (um traço formal forte) quanto por estar arraigada na competência linguística do falante (portanto, uma estrutura fortemente adquirida). Dessa maneira, o verbo principal, responsável por selecionar os outros argumentos da construção maior, ocupa a posição de complemento da forma auxiliar, na construção perifrástica.

⁵⁹ Esse assunto será retomado na descrição da metodologia.

língua portuguesa⁶⁰. Ainda cabem ser citados os verbos auxiliares não-canônicos: em seus semantemas, não há nenhum traço que indique, explicitamente, a ideia de começo; contudo, por meio de laços metafóricos de movimento, tais verbos se tornam compatíveis com a CI (SIGILIANO, 2013).

Como já expusemos na seção anterior, a integração de todos os constituintes da construção para expressar uma unidade de forma e sentido é um dos principais postulados da GC; portanto, pode-se dizer que o aspecto é uma categoria apropriadamente descrita no campo das construções linguísticas, pois é possível de se ver, conforme demonstrado, a atuação conjunta dos elementos construcionais na marcação aspectual. Esse é mais um dos motivos pelos quais não fazemos, nesta pesquisa, a diferenciação entre aspecto gramatical e *Aktionsart*, pois verificamos que ambos atuam na CI, juntamente com outras estruturas das quais tratamos no decorrer destes capítulos teóricos. Portanto, analisando todo o exposto neste capítulo e no capítulo anterior, entendemos que o aspecto é uma categoria que depende tanto da natureza do verbo quanto da construção em que ele se insere, respondendo, pois, ao questionamento em destaque na epígrafe deste capítulo, e justificando, assim, o uso da GC na descrição dessa categoria linguística – uma categoria léxico-sintática, como já disse Castilho (1968), muito antes de a GC emergir nos estudos linguísticos.

Após essa concisa apresentação da GC e da relação entre construções linguísticas e categoria aspectual, passemos à descrição da metodologia adotada neste estudo.

⁶⁰ Esse assunto será retomado na descrição da metodologia.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

“Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade” (CERVO; BERVIAN, 1978, p. 17).

Neste trabalho, analisamos a marcação do aspecto inceptivo realizada pelas construções perifrásticas nas variedades brasileira e europeia da língua portuguesa. Restringimos os dados somente a essas estruturas linguísticas, pois, durante uma análise preliminar, identificamos certos problemas e restrições quanto à manifestação da inceptividade em outras construções, assunto que será tratado adiante, na seção sobre a coleta dos dados.

Foram adotadas nesta pesquisa duas perspectivas metodológicas: a **qualitativa** e a **quantitativa**. Tais perspectivas não são, contudo, estanques; elas são complementares, visto que, conforme aponta Schiffrin (1987, *apud* SIGILIANO, 2013, p. 21-22)⁶¹, toda análise quantitativa abarca algum tipo de análise qualitativa (descrição dos dados, por exemplo), e que toda análise qualitativa tem seu cunho quantitativo (o número elevado de ocorrências de certo dado, por exemplo, pode indicar ao pesquisador se sua análise está correta ou não). No estudo aqui empreendido, a perspectiva qualitativa envolveu as discussões de cunho interpretativo que foram feitas com base nos resultados obtidos. Já a perspectiva quantitativa foi representada pelos índices percentuais e pelo tratamento estatístico ao qual os dados foram submetidos: o teste de significância qui-quadrado⁶².

A escolha do aspecto inceptivo, em particular, se deu por três motivos. O primeiro deles é de ordem mais prática: para delimitar o objeto de estudo. No entanto, essa delimitação foi norteadada por uma característica especial dessa categoria aspectual, que constituiu o

⁶¹ SCHIFFRIN, D. **Discourse Markers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

⁶² Na grande maioria das áreas que se utilizam desse teste, o coeficiente de significância básico (α) utilizado é de 0,05 (5%). Todos os índices que se encontram acima dessa taxa são considerados, pelo teste, como representantes de uma distribuição normal, isto é, uma distribuição possível de acontecer no mundo real sem nenhuma variável interferindo no fenômeno. Já os índices menores que 0,05 são considerados, estatisticamente, significativos, uma vez que eles não se encontram em uma distribuição normal, podendo haver variáveis independentes que atuam sobre o fenômeno em análise – esse, portanto, é o índice em que nos pautamos em todas as aplicações que fazemos do qui-quadrado nesta pesquisa.

segundo motivo: de acordo com Barroso (1994), o aspecto inceptivo é o que dispõe de mais recursos para ser marcado na língua portuguesa, o que – pensamos a princípio – poderia nos fornecer dados em profusão para nossa pesquisa. O terceiro motivo – o qual, na verdade, foi o pontapé inicial para este estudo – foi a hipótese aventada no trabalho de Coelho (2014). A autora aponta uma distinção de padrões entre o PB e o PE, em relação à marcação aspectual por meio de perífrases, a partir de suas análises acerca das perífrases verbais (*a*)*garrar a V2*, *danar a V2*, *desandar a V2* e *desatar a V2*, as quais indicam *a priori* o início de uma situação verbal, sendo, por isso, arroladas dentre as CIs.

3.1 CORPORA COMPILADOS

As análises foram feitas com base em dados de uso real da língua portuguesa do Brasil e de Portugal. Para isso, fizemos a compilação de alguns *corpora* para contemplar tais variedades do português.

Primeiramente, estabelecemos que as amostras deveriam pertencer às modalidades *oral* e *escrita* da língua portuguesa, e que deveria haver o mesmo número de obras e de textos de fala para cada período compreendido entre os séculos XIX e XXI (isso para evitar, por exemplo, que um único texto fosse representativo e que o estilo do autor enviesasse os dados). O século XIX foi escolhido como ponto de partida, pois, de acordo com estudiosos da história da língua portuguesa, como Tarallo ([1993] 1996), a variedade brasileira se estabeleceu no território d'aquém-mar, de fato, após os anos 1800, época em que ocorreram mudanças significativas, em diversas áreas, na história do país e, conseqüentemente, na língua. Além disso, esse mesmo período de tempo foi utilizado por Coelho (2014) em sua pesquisa, cuja hipótese testamos neste trabalho. A coleta dos *corpora*, portanto, se deu diacronicamente, sendo a distância temporal adotada satisfatória para a análise em tempo real que empreendemos (mínima de três séculos) (LABOV, 2008 [1972]; BAILEY, 2002). A fim de facilitar a coleta dos textos, procedemos a alguns recortes sincrônicos dentro desses três séculos, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Recortes sincrônicos das amostras

Recortes sincrônicos		
Século XIX	1801-1850	1851-1900
Século XX	1901-1950	1951-2000
Século XXI	2001-2013	

Estabelecidos esses recortes, coletamos os textos de modo semelhante em cada metade dos séculos selecionados, evitando, assim, o uso de textos pertencentes a apenas uma metade como representativa do século por inteiro. Tentamos, ao máximo, coletar os textos nas suas primeiras edições, como é o caso das peças teatrais e dos romances, e em datas mais ou menos equidistantes de gravação e edição, como é o caso dos textos transcritos diretamente da fala, para mantermos certa correspondência temporal entre os dados compilados.

A equiparação do número de palavras e de caracteres não foi adotada como critério metodológico preponderante, já que o tratamento estatístico do qui-quadrado se encarrega de resolver esse problema, por meio de testes de significância dos resultados. Mesmo assim, tentamos compilar os *corpora* do modo mais equiparado possível, a partir dos padrões que os dados nos ofereceram, os quais foram os seguintes:

- a. a quantidade de textos (foi coletado o mesmo número de arquivos para cada sincronia e localidade, mantendo-se, ao máximo, a equiparação do número de páginas); e
- b. a forma como os textos se apresentavam (por exemplo, os textos teatrais escritos sob a forma de poemas foram descartados, uma vez que não se pode verificar nesse gênero características de oralidade).

Ressaltamos que não foi um de nossos critérios obter uma frequência robusta de dados, com o objetivo de coletar muitas ocorrências de cada umas das CIs listadas na literatura consultada nesta pesquisa. Extraímos as CIs das amostras tal como elas ocorreram, para verificarmos a proporção real em que essa categoria aspectual se manifesta na língua portuguesa, tanto na modalidade escrita quanto na oral.

Para a coleta dos textos que compõem as amostras aqui construídas, foram consultados acervos de bibliotecas digitais e acervos disponíveis em bibliotecas físicas, bem como

corpora já estabelecidos por algumas universidades brasileiras e portuguesas. A tabela abaixo traz, em detalhes, todos os sítios eletrônicos e locais físicos acessados para a coleta dos textos orais e escritos, bem como o número de textos coletados em cada um:

Tabela 2: Discriminação dos dados coletados para as amostras

Acervos / Bancos de dados	Número de textos coletados	Local acessado (físico ou eletrônico)	País de origem
Biblioteca Nacional de Portugal	2 peças de teatro 2 romances	http://purl.pt/index/geral/PT/index.html	Portugal
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	2 peças de teatro	http://alfclul.clul.ul.pt/clulsite/Bibliotecnica/Livronicos_e-books.htm	Portugal
C-ORAL-ROM	18 conversas privadas / familiares – 2 conversas públicas ⁶³	Laboratório de Estudos Empíricos e Experimentais da Linguagem – Faculdade de Letras da UFMG	Portugal
<i>Corpus</i> de Referência do Português Contemporâneo – sub-corpus oral espontâneo (CRPC)	20 entrevistas	http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc	Portugal
Biblioteca Guita e José Mindlin - Brasileira USP	5 peças de teatro 3 romances	http://www.bbm.usp.br/	Brasil
Biblioteca da Faculdade de Letras da UFMG	4 romances	Faculdade de Letras da UFMG	Brasil
<i>Corpus</i> Tycho Brahe	2 peças de teatro	http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/	Brasil
Biblioteca Digital das Artes do Espetáculo	1 peça de teatro	http://www.bjksdigital.museusegall.org.br/pesquisa.html	Brasil
C-ORAL-BRASIL	20 conversas privadas / familiares	Laboratório de Estudos Empíricos e Experimentais da Linguagem – Faculdade de Letras da UFMG	Brasil
Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)	20 entrevistas	http://www.lettras.ufrj.br/peul/cen80texto.html	Brasil
Acervo pessoal da pesquisadora	1 romance	Biblioteca pessoal	Brasil

⁶³ Ver nota 70.

Na maior parte desses sítios, há uma ferramenta de busca própria, por meio da qual pudemos pesquisar, seguindo padrões diferentes (autor, data, tipo de obra etc.), os textos que procurávamos. Quando não havia essa possibilidade de pesquisa no próprio sítio, utilizamos a ferramenta de busca do Google, para verificarmos se haveria textos disponíveis em outros endereços eletrônicos; não encontramos, todavia, nenhum dado utilizável com esse tipo de busca, até o momento em que as amostras foram estabelecidas.

Para obtermos informações sobre todos esses sítios e locais, utilizamos, também, a ferramenta de busca do Google. A partir dos diversos resultados obtidos, eliminamos os sítios que, à primeira vista, não continham textos provindos de fontes confiáveis, especialmente, no caso das obras não fac-similares. Tomamos o cuidado de sempre procurar sítios que apresentassem textos com indícios de confiabilidade, como o são os endereços eletrônicos de universidades e de órgãos públicos, como certas bibliotecas, para não haver o risco de invalidação das amostras por conta das fontes dos dados. Consideramos como provindos de fontes confiáveis os textos que apresentaram o nome da editora e/ou dos organizadores, notas sobre a edição e sobre direitos autorais, dados de bibliotecas ou de projetos de universidades (quando aplicáveis) e uma apresentação visual dos textos (layout, tipografia, números de páginas etc.) satisfatória.

3.1.1 *Corpora* orais compilados

Para compor os *corpora* da modalidade oral, selecionamos tanto entrevistas sociolinguísticas e dados de fala espontânea, quanto textos de peças teatrais, uma vez que, para o século XIX e metade do século XX, não há dados de fala autênticos disponíveis; o texto dramático, portanto, é o que mais se aproxima da modalidade oral da língua, sendo utilizado em várias pesquisas com essa representatividade (BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008; DUARTE, 2012). Optamos por esses gêneros por termos a hipótese de que certas estruturas inceptivas são mais produtivas na oralidade, principalmente as perífrases compostas por verbos auxiliares não-canônicos. Na tabela a seguir, as peças de teatro e os *corpora* utilizados são caracterizados em detalhes:

Tabela 3: Textos orais selecionados para o estudo

Localidade	Título ⁶⁴	Ano	Nº de páginas ⁶⁵	Edição
Brasil	Juiz de Paz na Roça	1871 (1838) ⁶⁶	±42	--- ⁶⁷
	O Noviço	1853 (1845) ⁶⁸	±121	1
	Verso e Reverso	1864	±95	2
	O Caminho da Porta	1863	±50	1
	Malazarte	1911	±195	1
	O Chá do Sabugueiro	1931	±60	1
	Entrevistas – PEUL ⁶⁹	Década de 1980	40	---
	Diálogos informais privados/familiares - C-ORAL-BRASIL ⁷⁰	Década de 2000	155	---
Portugal	Frei Luiz de Sousa	1844	±134	1
	A Sobrinha do Marquês	1848	±162	1
	A Morgadinha de Valflor	1869	±174	1
	A Morgadinha de Val D'Amores	1871	±130	1
	O Gebo e a Sombra	1923	±100	1 ⁷¹
	O Avejão	1929	±35	1 ⁷²
	Entrevistas – CRPC ⁷³	Década de 1970	51	---
	Diálogos informais privados/familiares ⁷⁴ - C-ORAL-ROM	Década de 2000	95	---

Fonte: Amostra da pesquisa.

⁶⁴ As referências completas dos títulos mencionados se encontram ao final deste trabalho. Uma cópia de cada exemplar também está disponível no CD que acompanha esta dissertação. Em respeito aos direitos autorais, apenas as obras já disponíveis em domínio público foram copiadas por inteiro. Os textos pertencentes ao C-ORAL-ROM não estão disponíveis no CD, devido a um acordo, feito entre o LEEL/UFMG e a Universidade de Lisboa, que restringe a divulgação dos textos.

⁶⁵ O símbolo \pm indica que os números precedidos por ele são aproximados, pois as obras de referência são fac-similares, o que pode interferir na quantidade de páginas (algumas podem não ser do livro, propriamente).

⁶⁶ A peça em questão é de 1838, mas a edição coletada (a única fac-similar que conseguimos) é datada de 1871. As datas foram conferidas no sítio da Academia Brasileira de Letras (ABL) e no sítio da Brasileira USP digital, de onde o exemplar foi retirado.

⁶⁷ Os traços indicam que a edição não foi informada ou não se aplica ao arquivo consultado.

⁶⁸ A peça foi escrita em 1845, mas só foi publicada como livro em 1853 (MOISÉS, 2005).

⁶⁹ Foram coletadas 20 entrevistas para se manter certa compatibilidade de páginas com as peças teatrais. No caso do PEUL, a procura pelos dados se deu até a segunda página de cada arquivo selecionado, já que as entrevistas desse *corpus* são bem maiores e mais densas do que as do CRPC, *corpus* português paralelo.

⁷⁰ Foram coletados 20 diálogos para se manter certa compatibilidade de páginas com as peças teatrais. Cada arquivo contém de uma a vinte páginas, número bastante variável dentre os arquivos selecionados.

⁷¹ Edição feita pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, publicada em 2007. Conforme a nota editorial, toda a ortografia e as gralhas foram mantidas tal como elas se encontram na primeira edição.

⁷² Edição feita pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, publicada em 2013. Conforme a nota editorial, toda a ortografia e as gralhas foram mantidas tal como elas se encontram na primeira edição.

⁷³ Foram coletadas 20 entrevistas para se manter certa compatibilidade de páginas com as peças teatrais. Cada arquivo contém de uma a cinco páginas, número bastante variável dentre os arquivos selecionados.

⁷⁴ Foram coletados 20 diálogos para se manter certa compatibilidade de páginas com as peças teatrais. Cada arquivo contém de 1 a 10 páginas, número bastante variável dentre os arquivos selecionados. Em virtude de a amostra informal do C-ORAL-ROM dispor de apenas 18 diálogos privados/familiares pertencentes ao século XXI, selecionamos dois diálogos públicos para completar essa parte da amostra. Salientamos, contudo, que essa diferença não teve influência nos resultados obtidos com a busca dos dados.

Não há uma compatibilidade direta das entrevistas do PEUL e do CRPC com as falas das peças teatrais e das conversações espontâneas que selecionamos, pois as entrevistas não trazem muitas pessoas interagindo linguisticamente. Entretanto, como elas também constituem dados de fala genuínos, justifica-se selecioná-las para compor as amostras de fala que compilamos. Foram selecionados os dados que ocorreram apenas nas falas dos entrevistados, devido à impossibilidade de se obter informações sobre a nacionalidade dos entrevistadores, cujas falas eram bem poucas, se comparadas às dos informantes. No caso deste estudo, informações sobre a nacionalidade dos informantes foram importantes, uma vez que a análise diatópica embasou o estudo comparativo que apresentamos aqui.

O PEUL não deixa claro, no cabeçalho das entrevistas, o gênero do falante. Dessa maneira, lançamos mão de outros recursos linguísticos para a identificação dos gêneros, como os morfemas flexionais. Foram selecionadas, aleatoriamente, dez entrevistas femininas e dez masculinas da amostra de 1980, divisão que também se aplica aos dados do CRPC, para a década de 1970.

No C-ORAL-BRASIL e no C-ORAL-ROM, os *diálogos* foram selecionados, dentre os monólogos e as conversações disponibilizadas, pois, nos diálogos, a fala dos informantes se mostrou menos “quebrada” do que nas conversações, e mais variada do que nos monólogos, por haver mais de uma pessoa na interação. Como esses dois *corpora* são, praticamente, equânimes quanto aos procedimentos metodológicos de coleta e de organização dos textos (RASO; MELLO; MITTMANN, 2012), fizemos a coleta dos dados utilizados nesta pesquisa da mesma maneira em ambos.

Sobre os textos dramáticos selecionados, não lidamos com o número de páginas de cada um, pelo fato de eles já serem pequenos. Não há, contudo, grande diferença de páginas entre as peças brasileiras e as portuguesas.

Gostaríamos de registrar que a compilação da amostra de fala foi muito mais complexa do que a da modalidade escrita, devido tanto ao alto grau de variabilidade de dados orais quanto à problemática da compatibilidade entre eles (textos dramáticos, entrevistas sociolinguísticas e gravações de fala espontânea). Entretanto, não pudemos fugir a essa questão, pois reunir dados da oralidade é, de fato, uma tarefa bastante complexa (MELLO, 2012).

3.1.2 *Corpora* escritos compilados

Para compor os *corpora* da modalidade escrita, foram selecionados textos do gênero *romance*, tanto brasileiros quanto portugueses. O romance foi escolhido por ser composto, predominantemente, pelos tipos textuais *narrativo* e *descritivo*, os quais se constroem com o uso recorrente de verbos. Como o aspecto é uma categoria essencialmente verbal, acreditamos, a princípio, que os romances favoreceriam a ocorrência dos dados necessários para as pesquisas que lidam com essa categoria linguística. Na tabela a seguir, encontra-se uma descrição pormenorizada dos romances selecionados para compor o *corpus*:

Tabela 4: Textos escritos selecionados para o estudo

Localidade	Título ⁷⁵	Ano	Nº de páginas ⁷⁶	Páginas selecionadas	Edição
Brasil	A Moreninha	1844	±250	9-109	1
	Casa de Pensão	1884	±367	5-105	3 (Ed. Pop.)
	Triste fim de Policarpo Quaresma	1915	±350	9-109	1
	Hitler Manda Lembranças	1984	430	11-111	3
	Onze Minutos	2003	256	13-113	1
Portugal	Eurico, o Presbítero	1847	±329	1-101	2
	O Primo Basílio	1878	±610	5-105	2
	Vindima	1945	268	9-109	1
	História do Cerco de Lisboa	1989	350	11-111	2
	Ontem não te vi em Babilónia	2006	480	13-113	2

Fonte: Amostra da pesquisa.

Dada a delimitação do *corpus* e a impossibilidade de se trabalhar com os textos na íntegra, foram selecionadas as primeiras cem páginas de cada romance (conforme mostra a tabela 4), a partir da primeira página do texto *ficcional*, para se evitar o favorecimento das ocorrências dos dados em uma ou outra obra, em virtude da discrepância do número de páginas.

À primeira vista, o número de páginas poderia ser um problema, pois as amostras de escrita possuem mais páginas do que as amostras de oralidade. Contudo, no decorrer dos nossos testes, percebemos que as ocorrências das CIs objetos de nosso estudo⁷⁷ se

⁷⁵ As referências completas dos títulos mencionados se encontram ao final deste trabalho. Uma cópia de cada exemplar também está disponível no CD que acompanha esta dissertação. Em respeito aos direitos autorais, apenas as obras já disponíveis em domínio público foram copiadas por inteiro.

⁷⁶ O símbolo ± indica que os números precedidos por ele são aproximados, pois as obras de referência são fac-similares, o que pode interferir na quantidade de páginas (algumas podem não ser do livro, propriamente).

⁷⁷ Ver quadro 5.

mostraram muito semelhantes (apêndices A e B), o que não enviesou as comparações que tecemos nas análises feitas neste trabalho.

3.2 COLETA DOS DADOS: CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS

Para identificarmos o objeto de estudo desta pesquisa nos *corpora* compilados, utilizamos as ferramentas de busca dos *softwares* de texto MS Word (versões 2007 e 2013) e Adobe Reader XI. Porém, para que isso fosse feito, foi preciso converter alguns dos textos coletados, visto que eles foram previamente salvos como imagens, em arquivos próprios de texto (.docx e .pdf), para que a ferramenta de busca de cada *software* de texto fosse aplicada. O programa computacional utilizado para essa conversão de imagem em texto foi o OCR⁷⁸.

Após essas etapas, fizemos a limpeza dos textos (o OCR pode não ler corretamente os caracteres) e, por fim, utilizamos as ferramentas de busca (Ctrl+U, para o MS Word, e Ctrl+F, para o Adobe Reader) para identificarmos nosso objeto de estudo. Foram considerados como dados válidos apenas as ocorrências encabeçadas pelas CIs perifrásticas. Tal como argumentamos no capítulo primeiro, não consideramos os chamados verbos incoativos (*amanhecer, amadurecer, escurecer* etc.) como marcadores de inceptividade, pelo fato de eles não indicarem, propriamente, a situação em sua fase inicial (TRAVAGLIA, 1985; COSTA, 1990). Também não procuramos por circunstanciais temporais específicos, pois, conforme constatamos em Travaglia (1985), tais elementos, quando se referem ao início de um fato verbal, encontram-se combinados com a perífrase verbal inceptiva. Por fim, optamos por não trabalhar com as construções em que os verbos *começar, iniciar(-se)* e *principiar* aparecem sozinhos, pois, conforme argumentaremos mais adiante, acreditamos que haja outras questões intra e extralinguísticas que precisam ser estudadas para se poder afirmar ou não que tais construções marcam aspectualmente o início de uma situação.

Em relação às perífrases inceptivas, as quais possuem a maior quantidade de significantes dentre as outras perífrases aspectuais (BARROSO, 1994), procuramos nos textos selecionados, com base em Travaglia (1985) e em Barroso (1994)⁷⁹, as seguintes construções:

⁷⁸ OCR (*Optical Character Recognition*): tecnologia de reconhecimento de caracteres aplicável a arquivos de imagem ou mapas de bits (escaneados, escritos à mão, datilografados ou impressos). Por meio do OCR, é possível obter um arquivo de texto editável por um computador (informações extraídas de https://pt.wikipedia.org/wiki/Reconhecimento_%C3%B3tico_de_caracteres. Acesso em: 23/09/2015).

⁷⁹ Os dois autores foram escolhidos para que pudéssemos contemplar a literatura especializada de ambas as localidades pesquisadas e para que o leque de possibilidades de CIs fosse expandido, permitindo que fizéssemos uma análise mais ampla dos dados.

Quadro 5: Especificações das CIs procuradas nos *corpora*

CIs	Formas buscadas
<i>(re)começar a V2</i>	comes / comec
<i>principiar a V2</i>	princip / prinsip
<i>passar a V2</i>	pass
<i>pôr-se a V2</i>	poe / pos / poz / pus / puz / ponh / punh / por
<i>agarrar a V2</i>	garr
<i>deitar a V2</i>	deit
<i>desatar a V2</i>	desat / dezat
<i>pegar a V2</i>	Peg
<i>despejar a V2</i>	despej
<i>cair a V2</i>	cai / cahi
<i>romper a V2</i>	romp
<i>desandar a V2</i>	desand / dezand
<i>entrar a V2</i>	entr
<i>disparar a V2</i>	dispar
<i>danar a V2</i>	dan
<i>destampar a V2</i>	destamp
<i>dar p(a)ra V2</i>	da / de / dou
<i>meter-se a V2</i>	met
<i>largar a V2</i>	larg

Tal como pode ser visto na tabela acima, para procedermos à coleta das expressões buscadas, tivemos de recorrer a alguns critérios ortográficos, como a busca por sílabas de certos verbos, e morfológicos, como a busca pelas raízes dos verbos, em virtude das peculiaridades de cada século, no que se refere à língua portuguesa escrita. Por exemplo, para que fossem localizadas as respectivas formas não-finitas e conjugadas das perífrases, adotamos estratégias de busca para localizar apenas os radicais dos verbos. Quando isso não foi possível, como foi o caso da construção *dar para V2*, buscamos apenas *da*, *de* e *dou*⁸⁰, sílabas que aparecem nas formas conjugadas do V1 em questão, e procuramos os verbos requeridos em meio a todas as ocorrências de tais sílabas. Além disso, nas obras do século XIX, a grafia de alguns dos verbos procurados não era padronizada, pois, àquela altura, ainda

⁸⁰ A sílaba em questão corresponde a uma única conjugação do verbo *dar*, que é a de primeira pessoa do singular do presente do indicativo. As conjugações deste verbo e de todos os outros do paradigma irregular foram consultadas em www.conjuga-me.net.

não havia se estabelecido um acordo ortográfico da língua portuguesa⁸¹. Sendo assim, procuramos alguns dos radicais dos verbos listados em todas as suas grafias possíveis, observando, para isso, a fonética e a fonologia da língua.

Para compor os dados, foram selecionadas as perífrases que apresentaram o VI conjugado, de acordo com os tempos e modos verbais necessários para a marcação do aspecto inceptivo (TRAVAGLIA, 1985). Além dessas formas conjugadas, também se encontram, entre os dados, as formas nominais de gerúndio e de particípio das CIs perifrásticas. Optamos por incluir tais formas na contagem, pois elas não marcam tempo, mas atualizam aspecto, sendo, por isso, mais amplamente usadas para expressar essa categoria em língua portuguesa, ao comporem as perífrases verbais (COSTA, 1990). As formas infinitivas, quando não acompanhadas do futuro perifrástico juntamente com um adjunto adverbial de tempo, foram retiradas, pois elas direcionam o foco da atenção apenas para a situação em si, não havendo qualquer referência ao tempo interno envolvido na ocorrência do fato e, portanto, não atualizando aspecto (TRAVAGLIA, 1985).

Para coletarmos os dados que se encaixavam nos padrões descritos anteriormente, não estabelecemos distinção entre dados característicos de fala e dados característicos de escrita dentro de uma mesma modalidade da língua. Por exemplo, nas peças teatrais, existem tanto as falas das personagens quanto as partes de narração/descrição das cenas e das ações, algo que ocorre, de modo semelhante, nos romances, uma vez que neles há, também, diálogos entre os personagens se misturando com as partes narradas. A separação entre modalidade oral e modalidade escrita foi feita, portanto, com base nos suportes midiáticos (normalmente, romances são publicados como livros, e peças teatrais são mais encenadas do que impressas), e não nas características intratextuais apresentadas pelos textos de fala e de escrita selecionados.

Ressaltamos que o *gênero*, assim como as outras variáveis que compõem a variação diastrática (*faixa etária* e *escolaridade*, por exemplo), não constituíram variáveis de análise no estudo aqui feito, pois nossos *corpora*, de certa maneira, limitaram a extração dessas informações. Na modalidade escrita, por exemplo, não foi possível, muitas vezes, identificar o gênero dos narradores e de alguns personagens, algo que aconteceu, de modo semelhante, com as peças de teatro, que também não trouxeram informações sobre idade e grau de escolaridade dos personagens e dos narradores. Como lidamos com as modalidades oral e

⁸¹O primeiro acordo ortográfico estabelecido para a língua portuguesa se deu em 1911, já no século XX. Mais informações sobre esse e outros acordos em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>.

escrita, acreditamos que a análise da variação diastrática em nossa amostra ficaria enviesada, por conta dessa lacuna de informações apresentada pelos textos compilados.

3.2.1 Eliminação de dados: esclarecimentos

Durante a coleta dos dados, encontramos certas ocorrências que, de certa maneira, não estavam nos planos iniciais de busca. Dessa maneira, para não enviesar as análises, tivemos de adotar alguns critérios não previstos inicialmente, baseando-nos, principalmente, na perspectiva construcionista de estudos teóricos sobre a linguagem, cujos princípios apresentamos no capítulo anterior.

Para começar, não incluímos, nos dados coletados, construções que, de alguma forma, não se encaixavam nas descrições de inceptividade verbal, tais como os verbos substantivados (“o romper do dia”) e os substantivos deverbais *início*, *começo* e *princípio*, quando acompanhados do verbo leve⁸² *dar* (*deu começo a...*, *deu início a...*); isso porque a construção V_{DAR}+SN parece pertencer a uma construção causativa, o que, a nosso ver, pode influenciar na marcação de aspecto, conforme discorreremos mais adiante. O participio também só foi considerado quando acompanhado de um verbo auxiliar; casos em que essa forma nominal apareceu como um nome (adjuntos adnominais, por exemplo) não foram considerados – o aspecto em nomes, portanto, não foi abordado nas análises.

Logo após essa primeira eliminação de dados, surgiram outras questões problemáticas sobre o que considerar como dado válido para este estudo. Intentávamos coletar o máximo de dados possível, mas, ao longo de nossas observações, percebemos certas peculiaridades que foram se transformando em várias outras, mais minuciosas, a ponto de, em um dado momento, não termos certeza do que marcava o aspecto inceptivo, de fato. Essa dúvida não se manifestou nas construções perifrásticas, de modo geral, pois, na literatura, há explicações sobre os contextos em que tais construções marcam ou não a inceptividade aspectual⁸³. O que nos chamou a atenção foram as construções em que os verbos cujo semantema indicam

⁸² Segundo Scher (2003), as construções com verbos leves possuem, dentre outras, as seguintes características: 1- o verbo é semanticamente vago; 2- o núcleo do complemento nominal é, em geral, deverbal, e denota uma ação que é responsável pela predicação dos eventos; 3- a construção com verbos leves pode ser parafraseada por um verbo simples que corresponde ao núcleo do complemento nominal. Além disso, Silva e Coelho (2014) salientam que a estrutura argumental dos verbos leves permanece a mesma dos seus correspondentes plenos, parte do significado do verbo pleno é preservada no verbo leve, e o argumento externo é selecionado pelo verbo leve; tais características indicam que a subclasse dos verbos leves ainda pertence ao campo do léxico, diferentemente dos verbos auxiliares, que se prestam a funções gramaticais.

⁸³ Conforme tratado no capítulo 1, subseção 1.3.2.

“início” (*começar, iniciar e principiar*) aparecem sozinhos na predicação⁸⁴, como mostram os exemplos a seguir, com o verbo *começar*:

- (32) “Esses caras aqui que **começaram** com esse lance de arquitetura artística.” (C-ORAL-BRASIL, grifo nosso)
- (33) “**Começou** a abertura...” (MACEDO, 1844, grifo nosso)
- (34) “Nos aniversários de nascimento, era um soneto que **começava** sempre por – salve! – e acabava também por – salve! Tres vezes salve!” (BARRETO, 1915, grifo nosso).

Não encontramos explicações contundentes sobre a marcação da inceptividade dessas construções, uma vez que o foco da literatura se encontra na descrição das perífrases⁸⁵. Por esse motivo, ampliamos o escopo de observação para o contexto, especialmente o sintático, para verificarmos se havia algum traço que pudesse nos ajudar a sanar nossa dúvida. Devido a isso, optamos pela GC de Goldberg (1995; 2006) para fundamentar nossa pesquisa, já que o objeto de estudo dessa autora foram as construções de estrutura argumental.

Uma das principais contribuições da GC de Goldberg (1995; 2006), de acordo com Croft (2007), é a percepção de que o verbo não é o único predicador da construção; os outros elementos que co-ocorrem com ele também têm sua participação na predicação. Partindo, pois, dessa premissa, e baseando-nos nas nossas observações sobre os dados que coletamos, lançamos a hipótese de que o aspecto inceptivo não se manifestava em todas as construções em que os verbos *começar, iniciar e principiar* aparecem sozinhos, pois a construção influencia no sentido do verbo. Por conta disso, fizemos outra pesquisa (RAFAEL, manuscrito), paralela a esta, tomando, como objeto de estudo, o verbo *começar* (o mais prototípico) no português do Brasil, para verificarmos se nossa hipótese se confirmava ou não.

Analisando os resultados dessa pesquisa paralela, que pretendia ser breve, deparamo-nos com uma série de peculiaridades que, na nossa concepção, precisam ser estudadas em

⁸⁴ Alguns verbos não-canônicos também ocorreram, nos nossos *corpora*, fora da construção perifrástica. Contudo, optamos por descrever, nesta subseção, somente os verbos canônicos, pois a frequência de uso deles se mostrou bastante superior aos seus concorrentes não-canônicos, o que nos poderia ajudar nas análises. De qualquer maneira, é possível encontrar verbos não-canônicos compondo construções diferentes das perifrásticas, como ocorre na sentença a seguir, pertencente aos *corpora* desta pesquisa: “Eu chegava, sentava-me à beira dela, puxava do instrumento e **desatava piu... piu... piu...**” (BRANDÃO, 1923, grifo nosso). Esse assunto é tratado por Vitral e Coelho (2011), cujos resultados também evidenciam a existência da construção V+SN como marcadora de aspecto inceptivo, a qual, aparentemente, é mais antiga do que a construção verbal perifrástica.

⁸⁵ Travaglia (1985) aborda algumas dessas construções como marcadoras de aspecto inceptivo. No entanto, o autor não traz maiores explicações sobre o que as fazem marcar aspecto e outras não, e algumas das que encontramos em nossos *corpora* não estão presentes nessa obra consultada.

maior profundidade. Para começar, identificamos, pelo menos, seis tipos diferentes de padrões construcionais com o verbo *começar*, estando inclusas, nessa lista, tanto as construções que trazem o *começar* como auxiliar (as perífrases), quanto as construções em que ele atua como verbo principal. Os três exemplos apresentados anteriormente representam, cada um, um tipo de construção; retomamo-los aqui e citamos os outros tipos que também foram encontrados:

- (35) “**Comecei a pensar** na Stela.” (DRUMMOND, 1984, grifo nosso)
- (36) “**Começou** a ouvertura...” (MACEDO, 1844, grifo nosso)
- (37) “A Rue de Berne **começava** em uma igreja.” (COELHO, 2003, grifo nosso)
- (38) “Nos aniversários de nascimento, era um soneto que **começava** sempre **por** – salve! – e acabava também por – salve! Tres vezes salve!” (BARRETO, 1915, grifo nosso).
- (39) “**Tinham começado** a partida, quando dona Quinota, uma das filhas do general, atravessou a sala e foi beber água.” (BARRETO, 1915, grifo nosso)
- (40) “Pia, quando **começa**, minha filha...” (C-ORAL-BRASIL, 2000–, grifo nosso)
- (41) “Esses caras aqui que **começaram** com esse lance de arquitetura artística.” (C-ORAL-BRASIL, 2000–, grifo nosso)

A primeira sentença, em que aparece a construção perifrástica, é a mais prototípica e frequente. As duas sentenças seguintes apresentam as características de uma construção inacusativa⁸⁶ de perspectiva ergativa (sujeito cujo papel temático é o de afetado e sem objeto direto), com sujeitos concretos (“A Rue de Berne”) e abstratos (“a ouvertura”). A sentença em (38) representa uma construção que optamos por denominar, com base em Barroso (1994), de *construção de ordenação*, já que indica uma ordem de acontecimentos na linha do tempo. As sentenças (39) e (40) se configuram, aparentemente, como construções transitivas, com a diferença de uma explicitar o objeto direto, e a outra, não. Por último, a sentença (41) possui as características de uma construção causativa⁸⁷ (“esses caras” [evento-causa] causaram o início do “lance de arquitetura artística” [evento-efeito]). É importante ressaltar que nem todas as construções que encontramos se encaixaram nos padrões que conseguimos identificar. De

⁸⁶ Os verbos inacusativos não possuem sujeito em estrutura profunda e selecionam um argumento externo com o papel temático de afetado (ou paciente, como tratam alguns) (CIRÍACO, 2007).

⁸⁷ Uma situação causativa pode ser definida como a relação entre dois eventos, um evento-causa e um evento-efeito, em que o evento-feito é totalmente dependente do efeito-causa (GIVÓN, 1975; SHIBATANI, 1976 *apud* ARRAIS, 1985, p. 42).

fato, não esperávamos encontrar tantos tipos de construção diferentes, e isso nos fez repensar os dados do estudo que ora descrevemos.

As dificuldades também surgiram após identificarmos os padrões construcionais mencionados. À primeira vista, algumas construções não deixam claras as diferenças entre si. Por exemplo, a construção de ordenação, quando é composta de dois verbos [V1_{COMEÇAR} + SPre_{POR} + V2], pode ter o sintagma preposicionado substituído por um gerúndio (*começar por fazer/ começar fazendo*), sem mudança semântica e/ou pragmática aparente. A construção ergativa também impôs desafios à análise, pois, apesar de ela ser citada na literatura sobre aspecto inceptivo (TRAVAGLIA, 1985), alguns tipos de traço semântico do sujeito parecem influenciar na aspectualidade da sentença (um sujeito concreto, por exemplo, parece restringir o aspecto – ex. (37)). O evento-causa, no caso da construção causativa (também listada por Travaglia (1985)), também parece não se combinar com a marcação de aspecto, pois, a nosso ver, a causa não necessariamente marca o início do evento-efeito, podendo este ter seu início (portanto, o aspecto inceptivo) bem depois de ser causado ou, até mesmo, indefinido (ex. (41)); o falante, nesse caso, parece direcionar o foco para a causa, e não para as características do efeito, como sua duração.

Esses e outros problemas que encontramos em nossas análises evidenciaram que o campo de estudos dessas minúcias é bastante vasto. Por esse motivo, optamos por não abordar as construções verbais diferentes das perifrásticas neste trabalho, pois acreditamos que há muito que ser estudado sobre elas, para que se possa ter certeza do que marca, de fato, o aspecto inceptivo (num trabalho da envergadura de mestrado, não dispomos de tempo para tanto). Mesmo assim, tal constatação serviu para refutarmos parte de nossa segunda hipótese, em que dissemos que os verbos cujos semantemas indicam “início” marcam o aspecto inceptivo. Ainda que não saibamos dizer até que ponto tais construções não atualizam aspecto (mesmo porque, na literatura sobre a categoria aspectual em português, existem algumas dessas construções no rol de marcadoras aspectuais, como pode ser visto em Travaglia (1985)), verificamos, com o auxílio do arcabouço teórico da GC, que o semantema não é condição única para atualizar o aspecto inceptivo.

Descritos todos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, passemos ao capítulo referente à apresentação dos resultados que obtivemos com a coleta dos dados e às análises que pudemos fazer com base neles.

CAPÍTULO 4

O ASPECTO INCEPTIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

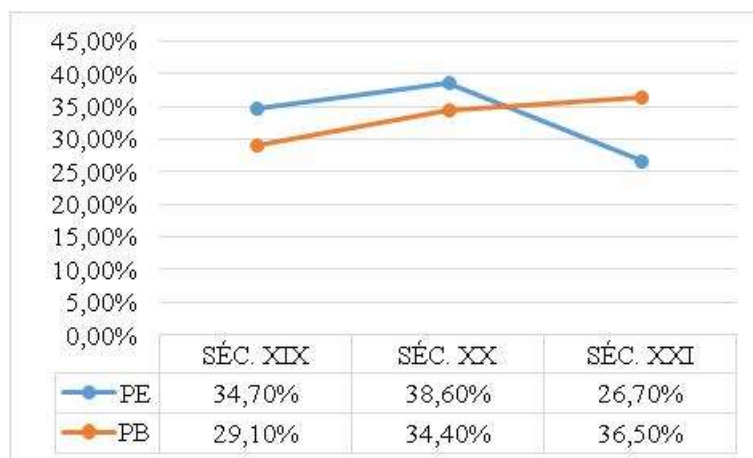
“[...] o aspecto verbal oferece campo fértil à elaboração de teorias linguísticas” (CASTILHO, 1968, p. 11).

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise dos dados coletados, bem como as generalizações que conseguimos extrair deles, a partir do estudo comparativo que nos propusemos a fazer. Na primeira seção, tecemos nossas discussões acerca das análises quantitativas oriundas da coleta dos dados, a fim de testarmos a primeira hipótese que lançamos, cuja base se encontra em Coelho (2014). Uma vez que nossa segunda hipótese foi refutada ainda durante a fase de coleta preliminar dos dados, direcionamos nossas discussões às próximas hipóteses, referentes à variação diafásica e à diamésica, especificamente. Já a partir da segunda seção, são abordadas questões de caráter mais qualitativo, a saber, a descrição morfosintática e semântica das CIs e dos recursos envolvidos na marcação do aspecto inceptivo. Iniciamos este capítulo, portanto, com uma visão geral sobre os dados e encaminhamos nossas discussões para especificidades suscitadas pelos resultados obtidos.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

Nesta seção, dedicamo-nos, especialmente, à exposição quantitativa dos dados e às análises dos resultados obtidos, de acordo com os percentuais e com os índices apontados pelo teste de significância estatística qui-quadrado.

Após todos os procedimentos de coleta e de eliminação dos dados que descrevemos no capítulo sobre a metodologia, conseguimos reunir, no total, 365 CIs, sendo 176 delas pertencentes ao PE e 189 ao PB. O gráfico a seguir registra a frequência total de CIs, durante o intervalo de três séculos que estabelecemos para o estudo diacrônico.

Gráfico 1: Distribuição total de CIs no PE e no PB por século⁸⁸

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme podemos verificar no gráfico acima, tanto o PE quanto o PB apresentaram curvas ascendentes de uso das CIs entre os séculos XIX e XX, sendo o PE a variedade que mais utilizou essas construções; dessa forma, podemos afirmar que, nesse intervalo de tempo, o uso dessas construções se expandiu em ambas as variedades do português aqui comparadas. A configuração gráfica correspondente a esse intervalo temporal, portanto, está de acordo com os resultados obtidos por Coelho (2014), com a diferença de que, nesta pesquisa, são englobadas mais instâncias da construção inceptiva (duas representantes das CIs canônicas e 17 das não-canônicas). Coelho (2014), entretanto, abre um precedente para investigações futuras, ao ponderar que julga importante agregar amostras do século XXI na verificação dos resultados de sua pesquisa. Dessa maneira, agregamos às nossas amostras dados do século XXI e obtivemos a configuração mostrada no gráfico 1, entre os séculos XX e XXI: uma queda no uso de CIs na variedade europeia do português e um ligeiro aumento na variedade brasileira, o que poderia sinalizar um processo de mudança linguística distinto nas duas línguas.

Por conta dessa mudança de perfil que os dados apontaram na passagem do século XX para o XXI, optamos por calcular a significância dos índices obtidos, para verificar se a discrepância entre eles é relevante, no que diz respeito a uma possível variação entre o PE e o PB. Assim, com base na nossa hipótese de variação diatópica e considerando $\alpha=0,05$, constatamos que a distribuição dos dados por século se encontra dentro de uma distribuição

⁸⁸ Para uma melhor visualização dos dados, optamos por apresentar, neste capítulo, gráficos com índices percentuais. Entretanto, disponibilizamos, ao final do trabalho, as tabelas com os números absolutos que geraram as porcentagens (APÊNDICES A e B).

normal⁸⁹ (p-valor = 0,13). Frente a tais valores, nossa hipótese de variação entre o PE e o PB (a qual se fundamenta em Coelho (2014)), aparentemente, foi refutada, uma vez que o índice apontado pelo qui-quadrado não se mostrou significativo nesse primeiro cálculo.

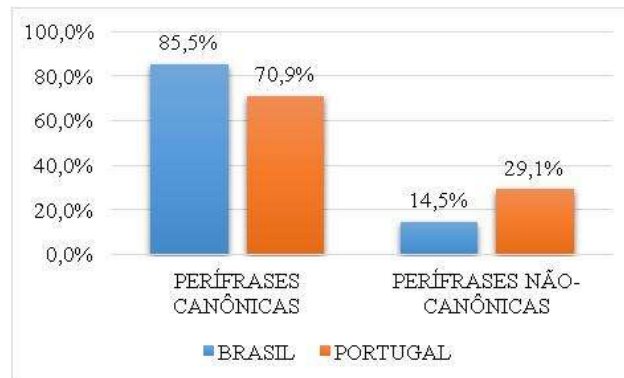
Coelho (2014), entretanto, lança a hipótese que fomentou esta pesquisa baseando-se somente em quatro instanciações não-canônicas da CI ((*a*)*garrar a, desandar a, desatar a e danar a*). Assim, como estendemos nossa amostra para outras instanciações não-canônicas e, também, para as canônicas, julgamos pertinente analisar tais tipos de CI separadamente, com os propósitos de (i) verificar como se deu a distribuição de cada uma das CIs que procuramos em nossos *corpora*, de (ii) analisar se tal distribuição é, de alguma forma, significativa, no que diz respeito à variação linguística em outros níveis (inclusive, no diatópico), e de (iii) descrever possíveis padrões de uso nas modalidades oral e escrita de cada variedade do português estudada (de acordo com Chafe (1982 *apud* BARROS, 2000) e com Andrade (2011), a oralidade e a escrita se constroem de maneiras diferentes, inclusive no lado têmico-aspectual⁹⁰).

4.1.1 Distribuição das CIs canônicas e das CIs não-canônicas no PE e no PB por modalidade da língua

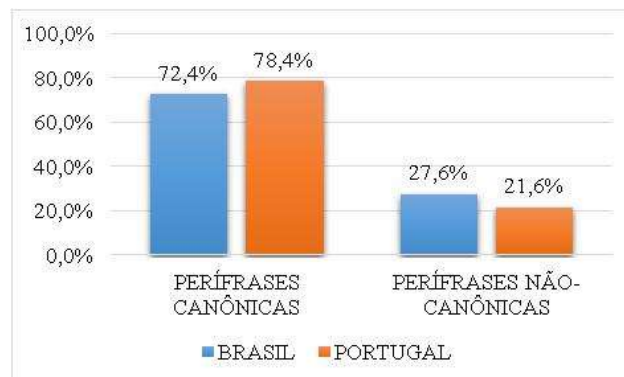
Ao coletarmos os dados no PE e no PB, verificamos que há uma diferença de frequência de uso muito grande entre as CIs canônicas e as não-canônicas, embora ambas sejam registradas nas duas variedades da língua portuguesa. Com base nesse fato, cogitamos a hipótese de não ser a variação diatópica a responsável pela diferença de frequência identificada, mas as diferenças entre a escrita e a oralidade, em relação ao estabelecimento dos textos. Assim, visando a testar a adequação dessa hipótese, separamos os dois tipos de CI de acordo com a oralidade e com a escrita do PE e do PB e elaboramos os gráficos a seguir, a fim de evidenciarmos nossas constatações:

⁸⁹ A amostra, na grande maioria das pesquisas, não representa a totalidade da população objeto de estudo. O termo *população*, nesse caso, refere-se ao conjunto real ao qual os dados pertencem (por exemplo, nesta pesquisa, a população é composta pelos usos do aspecto inceptivo na língua portuguesa, de modo geral). A distribuição normal, assim, serve para apontar a probabilidade de o fenômeno em estudo ocorrer no mundo real sem influência de variáveis independentes, o que leva o pesquisador a aceitar a hipótese nula (H_0), que diz que nada está ocorrendo (GUY; ZILLES, 2007).

⁹⁰ Termo utilizado por Barroso (1999).

Gráfico 2: Distribuição de CIs canônicas e não-canônicas na oralidade do PE e do PB

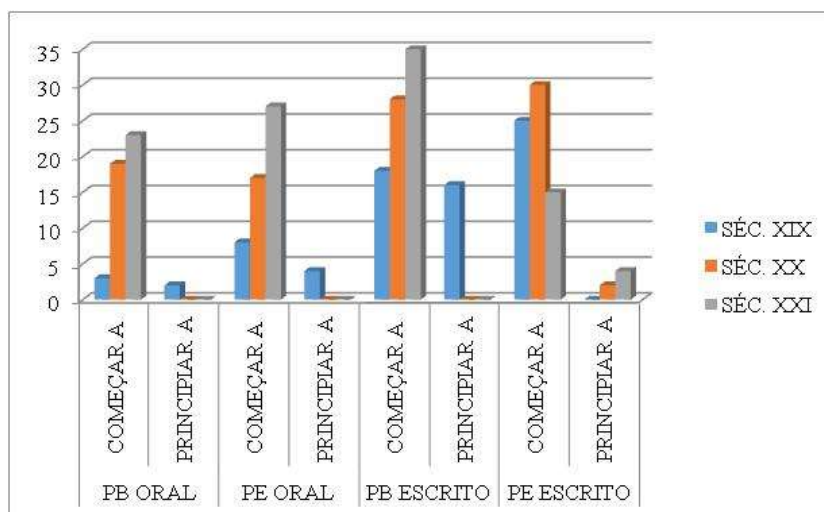
Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 3: Distribuição de CIs canônicas e não-canônicas na escrita do PE e do PB

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da observação dos gráficos acima, percebe-se que o uso das CIs canônicas é bastante superior em ambas as variedades do português, tanto na oralidade quanto na escrita. Começamos, então, nossas análises pelas referidas CIs, as quais são compostas de duas variantes: *começar a V2* e *principiar a V2*.

A CI canônica mais recorrente e, portanto, a preferida pelos falantes das duas variedades de português foi *começar a V2*, como se pode verificar no gráfico seguinte:

Gráfico 4: Distribuição de CIs canônicas no PE e no PB por século

Fonte: Dados da pesquisa.

Na modalidade escrita, *começar a V2* teve sua ocorrência aumentada no PB e uma pequena queda no PE do século XXI, o que não alterou, entretanto, o uso preferido dessa CI, em relação à sua variante (*principciar a V2*). Já, na oralidade, a frequência de *começar a V2* aumentou em ambas as variedades da língua portuguesa estudadas.

De certa maneira, pode-se dizer que essa preferência pela CI *começar a V2* é uma tendência previsível no PE e no PB, devido ao “bom grau de gramaticalização” (TRAVAGLIA, 2006, p. 526) apresentado pelo verbo auxiliar que a encabeça. De acordo com os postulados que regem o fenômeno da gramaticalização, o avançar do processo acarreta aumento da frequência do item⁹¹ e também maior previsibilidade na construção, uma vez que a substituição de tais elementos no paradigma fica mais restrita, já que o contexto semântico-pragmático pode se alterar com essa substituição ou, até mesmo, tornar-se agramatical (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Além disso, retomamos aqui a afirmação de Reich (2011) sobre o fato de que grande parte das situações tem um início, salvo alguns verbos de estado (nas classes vendlerianas), o que parece ser mais um motivo para que *começar a V2* seja bastante recorrente. Mesmo a limitação frente a verbos estativos é relativa, pelo que pudemos observar em nossos *corpora*:

⁹¹ O critério da frequência é amplamente utilizado em estudos sobre gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

(42) “Aos trinta annos, pobre, com dividas, sem clientella, **começava a estar** farto do seu quarto andar na Baixa, dos seus jantares de doze vintens, do seu paletot coçado d’alamares [...]” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso)

(43) “Fez-se má; beliscava crianças até lhe ennodoar a pelle; e se lhe ralhavam, a sua colera rompia em rajadas. **Começou a ser** despedida.” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso)

Tais construções com V2 estativos não foram muito recorrentes em nossos dados, mas se trata de um fato interessante de se registrar, pois ele pode alavancar estudos futuros, no sentido de se verificar, de modo mais aprofundado, a questão da restrição de traços das CIs, de maneira geral.

Nos dados da oralidade, a CI *começar a V2* ocorreu, com uma frequência mais acentuada, nos dados do final do século XX e início do século XXI, os quais, em nossos *corpora*, são representados pelos dados do PEUL e do C-ORAL-BRASIL, correspondentes à variedade brasileira do português, e do CRPC e do C-ORAL-ROM, pertencentes à variedade europeia. Esse fato ocorreu, de modo semelhante, na modalidade escrita do PB, em que *começar a* se destacou no século XXI. Essa constatação nos chamou a atenção especialmente nos dados do século XXI, pois este é o período de menor intervalo de tempo, dentre os três séculos analisados, mas que apresentou os maiores índices de uso de *começar a V2*. Tal fato corrobora, pois, a questão da boa gramaticalização do verbo *começar* indicada por Travaglia (2006), que registra que o referido verbo possui um uso mais gramatical do que lexical na atualidade, especialmente no que diz respeito à marcação aspectual, além de sinalizar uma expansão do processo de mudança linguística dessa construção inceptiva na língua portuguesa.

A CI *principiar a V2*, tida como variante de *começar a V2*, apresentou uma frequência quase nula em nossos *corpora*, ocorrendo somente nas peças de teatro do PE e do PB e nos romances mais antigos do PB; no PE escrito, tal construção apareceu nos romances mais recentes. Isso parece estar relacionado à questão do estilo individual de cada autor, uma vez que a CI em questão é tratada como uma variante estilística na literatura sobre o aspecto em português (TRAVAGLIA, 1985; BARROSO, 1994). A renovação lexical também pode estar ligada a esse quase desaparecimento de *principiar a V2* indicado pelos nossos dados, uma vez que, em qualquer língua, em virtude das características culturais e temporais da comunidade de fala, palavras caem em desuso e são substituídas por outras, tidas como suas sinônimas. Podemos dizer, então, que houve uma concorrência entre as duas CIs canônicas na língua

portuguesa, e esse processo levou à vitória de uma delas⁹², restringindo a outra a pouquíssimos contextos estilísticos.

Voltando nossas análises, agora, para as CIs não-canônicas, verificamos que as taxas de uso dessas construções foram muito baixas, ao contrário das CIs canônicas, levando-se em conta o recorte diacrônico estabelecido para esta pesquisa e também as amostras coletadas. Os índices percentuais referentes aos seus usos na oralidade e na escrita do PE e do PB foram, respectivamente, 25% e 23,8% do total de perífrases encontradas em cada variedade. Faz-se necessário salientar que os números correspondentes às CIs não-canônicas dizem respeito ao conjunto de todas as instanciações desse tipo de CI por nós pesquisadas, as quais foram apresentadas na descrição da metodologia – um total de 17 subtipos. Sendo assim, os índices percentuais que obtivemos em nossa amostra podem ser considerados realmente baixos, se forem comparados aos índices das CIs canônicas, que são compostas de, apenas, dois subtipos.

A baixa recorrência dessas perífrases (fato atestado também por Paula (2014), no processo de amostragem de sua pesquisa sobre a CI *danar a*), entretanto, também é previsível, levando-se em conta o processo de gramaticalização dos verbos que preenchem a posição de V1:

Por não ser de uso obrigatório (ou mesmo preferido) na tarefa de qualificar aspectualmente um estado-de-coisas, pode-se considerar que esses verbos [...] participam escassamente do paradigma dos verbos aspectualizadores, o que, em princípio, revela-os como itens fracamente gramaticalizados, quando comparados a sua principal forma concorrente *começar* (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 75).

Nesse contexto, cabe considerar o que Coelho (2014, p. 15) denominou “especificidades culturais do léxico”. Isso significa dizer que os auxiliares inceptivos não-canônicos, além de serem menos gramaticalizados que os canônicos, ainda sofrem variação lexical no PE e no PB e, por conta disso, podem apresentar graus distintos de lexicalização, fenômeno de expansão semântica também decorrente da abstração de itens lexicais que pode influenciar a gramaticalização desses itens⁹³. Tendo em vista esse fato, cremos que os verbos auxiliares das CIs não-canônicas podem estar em etapas diferentes de gramaticalização, se

⁹² Para verificarmos a aplicabilidade dessa afirmação, consultamos o Corpus do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006–) e, em uma busca informal, constatamos a queda no uso da CI *principiar a V2*, cujo apogeu se encontra entre os séculos XVIII e XIX (período de certa instabilidade da língua portuguesa, por questões sócio-culturais), e um aumento considerável na frequência da CI *começar a V2*, especialmente na oralidade. Essas informações se encontram no apêndice C desta dissertação.

⁹³ Coelho (2006) salienta que a lexicalização e a gramaticalização não são fenômenos opostos, mas complementares, visto que os efeitos de um fenômeno podem influenciar ou serem influenciados pelo outro fenômeno.

comparados aos auxiliares canônicos, o que pode estar relacionado tanto ao fenômeno da lexicalização, quanto ao maior ou ao menor uso de um ou de outro verbo no PE e no PB, em decorrência da variação lexical. Ademais, um ou mais verbos podem ser mais frequentes em uma variedade e não o ser em outra, o que interfere no processo de expansão semântica dessas formas, já que a frequência é um parâmetro importante para uma forma adquirir novas facetas de significado lexical ou, até mesmo, se gramaticalizar (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; COELHO, 2006).

Outro fator que, a nosso ver, também contribui para essa baixa frequência das CIs não-canônicas é a restrição de combinações que os verbos auxiliares dessas CIs acarretam para as construções argumentais nas quais eles ocorrem, e vice-versa, fato que discutimos no segundo capítulo (exemplos (27a) e (28a)⁹⁴). Isso parece estar subordinado à função cumulativa que as CIs não-canônicas têm na marcação aspectual: uma vez que elas marcam outros tipos de aspecto, para além do inceptivo (VITRAL; COELHO, 2011), a compatibilidade dos traços exigidos pela construção fica mais restrita, por conta das exigências dos outros aspectos. Ainda cabe mencionar a influência do *chunking* linguístico, o qual, em alguns casos, restringe ainda mais os contextos de uso de cada variante. Para ilustrarmos essa tese, vejamos os exemplos (44) e (45), extraídos de nossos *corpora*, e as sentenças que criamos a partir deles, para fins de ilustração do que estamos propondo:

(44) “Delicada, entretanto, supportava a mania de Ricardo, mesmo porque já **começava a ter** uma ponta de estima pelo famoso trovador dos suburbanos.”
(BARRETO, 1915, grifo nosso)

(44a) ?Delicada, entretanto, supportava a mania de Ricardo, mesmo porque já **desatava a ter** uma ponta de estima pelo famoso trovador dos suburbanos.

(44b) ?Delicada, entretanto, supportava a mania de Ricardo, mesmo porque já **rompia a ter** uma ponta de estima pelo famoso trovador dos suburbanos.

(45) “Já nas bocas d’algumas dessas estradas movediças, os cadáveres amontoados **começavam a embargar** os passos dos vivos.” (HERCULANO, 1847, grifo nosso)

(45a) ?Já nas bocas d’algumas dessas estradas movediças, os cadáveres amontoados **rompiam a embargar** os passos dos vivos.

⁹⁴ Para a comodidade do leitor, retomamos aqui os referidos exemplos: (27a) ?WordPress 4.2 (a)garrou a nascer ontem. (grifo nosso) / (28a) ?Reportagem da Folha diz que *impeachment* já **desatou a morrer**. (grifo nosso)

(45b) ?Já nas bocas d'algumas dessas estradas movediças, os cadáveres amontoados **davam para embargar** os passos dos vivos.

Nos exemplos (44) e (45), com a substituição no paradigma de V1, podemos notar que o valor de verdade da construção não foi preservado. Isso demonstra que as funções dos auxiliares não-canônicos são distintas daquelas dos auxiliares canônicos, já que, num paradigma, exige-se a mesma função para figurar no mesmo lugar. Como esses verbos não têm a mesma função que V1 canônico, não podem figurar no mesmo contexto, pois o sentido se altera. Na sentença (44a), por exemplo, o entendimento fica comprometido, pois, na frase original, não há indícios de que a situação descrita pela CI canônica teve sua duração prolongada, uma das características das CIs cumulativas. Além disso, o *chunking*⁹⁵ parece restringir a CI com os auxiliares *desatar* (44a) e *romper* (44b) a contextos de atitudes repentinas, começadas após certa contenção (ALMEIDA, 1980), o que não se aplica à sentença original, pois a estima não existia na personagem para ficar contida. Interpretações semelhantes podem ser feitas a partir das sentenças duvidosas provindas do exemplo (45). Na frase original, a CI canônica é aceitável, pois ela apresenta uma ampla capacidade de se combinar com diversos traços semânticos da estrutura argumental maior (a qual inclui as exigências do V2), podendo, por exemplo, ocorrer tanto com papéis argumentais com o traço [+animado] (ex.: Maria começou a estudar.) quanto com o traço [-animado] (ex.: começou a chover ontem.). Já a CI de auxiliar *romper*, segundo os usos provindos do *chunking*, parece ocorrer somente em contextos de papéis argumentais do V2 que sejam portadores do traço [+animado], pois, à semelhança de *desatar a V2*, tal CI indica situações – especialmente emoções – que se iniciaram de repente, de modo incontrolável, após contenção, o que não se aplica à sentença original, uma vez que os mortos não possuem mais a capacidade de conter sentimentos. O próprio V2 também restringe o auxiliar *romper*, pois ele não indica emoção ou outra situação que é passível de ser contida. O auxiliar *dar* também se torna incompatível com o traço [-animado] do sujeito, pois os mortos também não desenvolvem manias ou hábitos, ideia veiculada pelo *chunking* do referido auxiliar. Por fim, não há indicações, na sentença original, de que a situação era iterativa ou teve sua ação prolongada, fato que poderia licenciar uma CI cumulativa. Ressaltamos que, mesmo com essas interpretações, temos ciência de que

⁹⁵ Relembramos ao leitor que o *chunking* é o processo cognitivo de armazenamento de estruturas linguísticas complexas como blocos únicos de sentido, a ponto de o falante sempre ativá-las no conjunto (BYBEE, 2013). No caso das CIs, pode-se perceber a atuação desse processo cognitivo, ao se verificar, por exemplo, que algumas estruturas são ativadas, na grande maioria das vezes, em contextos de verbos que exprimem emoção, como é o caso de *romper a V2* (SIGILIANO, 2013).

pode haver combinações de outras CIs não-canônicas nas sentenças que tomamos como exemplos, pois, conforme argumentamos anteriormente, a variação lexical e a expansão semântica podem influenciar essas combinações. Entretanto, consideramos importante mostrar que, em alguns contextos, a permutação entre CIs canônicas e não-canônicas não é válida, em virtude da compatibilidade de traços que cada uma dessas construções carrega, especialmente as CIs não-canônicas, as quais são cumulativas e, portanto, mais dotadas de traços semânticos que restringem a construção.

Além da baixa frequência, a distribuição das CIs não-canônicas se mostrou bastante irregular em nossos *corpora* e o conjunto dos 17 subtipos também não foi produtivo, de modo equivalente, no PE e no PB, fatos que, conforme apontamos anteriormente, podem estar ligados aos processos de lexicalização, de variação lexical, de *chunking* e de restrição de traços aspectuais existentes nas CIs não-canônicas. No quadro a seguir, apresentamos o conjunto de variantes que ocorreu em cada variedade do português analisada, bem como o contexto diacrônico de uso de cada CI por modalidade da língua.

Tabela 5: Uso das variantes da CI não-canônica por modalidade da língua no PE e no PB

	PB			PE		
	<i>CI</i>	<i>Diacronia</i>	<i>Nº ocor.</i>	<i>CI</i>	<i>Diacronia</i>	<i>Nº ocor.</i>
Oral	Passar a	mais recente	3	Passar a	mais recente	3
	Pôr-se a	apenas teatro	2	Pôr-se a	apenas teatro	10
	Entrar a	apenas teatro	2	Deitar a	apenas teatro	2
	Meter-se a	apenas teatro	1	Desatar a	apenas teatro	6
	---	---	---	Romper a	apenas teatro	1
	---	---	---	Meter-se a	apenas teatro	1
Escrito	Passar a	três séculos	19	Passar a	mais recente	4
	Pôr-se a	decadente até séc. XX	9	Pôr-se a	decadente até séc. XX	16
	Deitar a	romance antigo	1	Entrar a	romance antigo	1
	Desatar a	romance antigo	3	---	---	---
	Desandar a	romance antigo	1	---	---	---
	Dar para	romance antigo	4	---	---	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se, por meio das informações dispostas no quadro anterior, que há uma inversão de uso das variantes não-canônicas: enquanto, no PE oral, há mais formas sendo utilizadas do que no PB oral, na escrita, o PB é a variedade que lidera os usos das formas

inovadoras, ficando o PE com apenas três subtipos. Todavia, mesmo com uma ocorrência bastante dispersa e irregular, conseguimos identificar um padrão no uso das CIs não-canônicas em nossos *corpora*: tanto na variedade brasileira do português quanto na europeia, as perífrases em questão aparecerem somente em textos antigos (até a primeira metade do século XX, na oralidade e na escrita), com exceção, apenas, da CI encabeçada pelo VI *passar*, a qual se mostrou relativamente irregular na distribuição diacrônica. Não descartamos a possibilidade de esse padrão ser uma característica somente dos nossos dados; contudo, tal configuração nos levou a cogitar sobre as diferenças entre a oralidade e a escrita, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento têmico-aspectual de cada modalidade, já que constatamos que o registro escrito, pelo qual passaram as peças teatrais e os romances, se sobressaiu nas ocorrências das CIs não-canônicas.

A tabela seguinte mostra o total de CIs não-canônicas que foram encontradas nas amostras de oralidade e de escrita utilizadas neste estudo:

Tabela 6: Frequência das CIs não-canônicas por modalidade da língua no PE e no PB

Séc.	PE				PB			
	Oral		Escrito		Oral		Escrito	
	<i>n</i> °	%	<i>n</i> °	%	<i>n</i> °	%	<i>n</i> °	%
XIX	9	20,5	15	34,1	0	0	16	35,6
XX	13	29,5	6	13,6	8	17,8	10	22,2
XXI	1	2,3	0	0	0	0	11	24,4
Total	44 (100%)				45 (100%)			

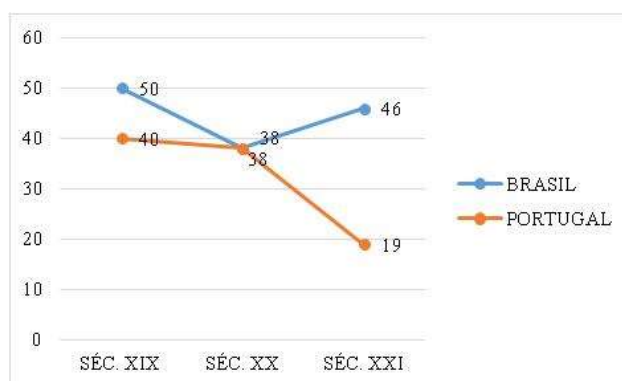
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisarmos os dados sistematizados na tabela acima, notamos que as CIs não-canônicas não são recursos exclusivos da modalidade oral da língua portuguesa. Isso fica mais evidente quando são comparados os índices da variedade brasileira, em que houve ocorrências nulas. Tal fato, à primeira vista, parece contradizer, por exemplo, o que Paula (2014) encontrou em suas análises sobre a CI *danar a* no Twitter, rede social na qual, segundo a autora, são postados textos escritos que se aproximam muito da oralidade informal. Entretanto, se fizermos uma observação mais voltada para o *continuum* fala/escrita, podemos notar que, mesmo o Twitter apresentando esse perfil próximo da oralidade informal, ele ainda é um registro escrito em sua essência. Partindo, pois, dessa constatação, percebemos que o padrão de uso das CIs não-canônicas que encontramos em nossos *corpora* está consonante com o trabalho de Paula (2014), já que sua maior ocorrência apareceu nos romances, um gênero típico da modalidade escrita, e nas peças de teatro, as quais, mesmo representando a

oralidade, também passaram previamente pelo registro escrito (um texto escrito para ser falado, conforme aponta Travaglia (2006)).

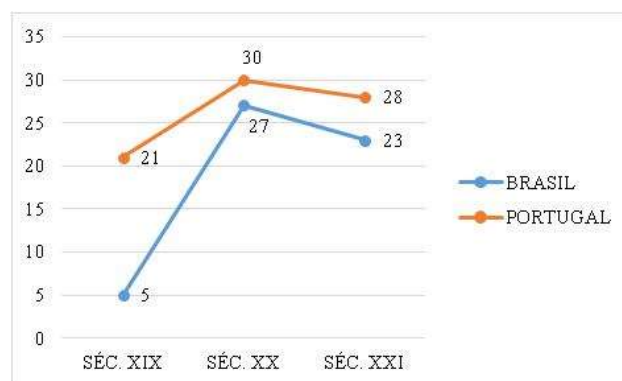
Assim, tendo em vista as observações sobre a oralidade e a escrita que fizemos nos parágrafos anteriores, voltamos nosso olhar para a variável *modalidade da língua*, a qual será nosso foco, a partir de agora. Fizemos isso, pois acreditamos que as diferenças de estabelecimento dos textos em cada modalidade interferem nas ocorrências das CIs, o que nos levou a eleger a modalidade da língua como uma variável do estudo. Para começarmos as análises dentro dessa variável, voltamo-nos novamente para a distribuição total das CIs que encontramos em nossos *corpora*, com a diferença de que, dessa vez, analisaremos o percurso temporal de uso dessas construções em *cada* modalidade da língua.

Gráfico 5: Distribuição diacrônica de CIs na modalidade escrita do PE e do PB



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 6: Distribuição diacrônica de CIs na modalidade oral do PE e do PB



Fonte: Dados da pesquisa.

Pela leitura dos gráficos anteriores, percebemos que a modalidade escrita, além de apresentar mais ocorrências de CIs, também evidencia certa irregularidade de distribuição dos usos, fato atestado pela configuração destoante das curvas do gráfico 5, em relação ao gráfico

6, da oralidade, o qual apresenta curvas semelhantes para as duas variedades do português analisadas. Frente a tais resultados, optamos por aplicar o teste qui-quadrado, para verificarmos se as curvas irregulares da modalidade escrita seriam significativas, em relação à modalidade oral. Aplicamos os cálculos considerando, separadamente, as CIs canônicas e as CIs não-canônicas, devido às diferenças de gramaticalização e de combinação de traços que elas apresentam entre si, o que poderia influenciar nos usos de cada uma na fala e na escrita. Nessa etapa, foram consideradas, também separadamente, a oralidade e a escrita do PE e do PB, não havendo cruzamento de dados entre as duas modalidades de língua. A tabela a seguir apresenta a configuração desses cálculos e seus respectivos p-valores aproximados:

Tabela 7: Resultados do qui-quadrado para CIs canônicas e não-canônicas por modalidade da língua no PE e no PB

	CIs canônicas		CIs não-canônicas	
	<i>Oralidade</i>	<i>Escrita</i>	<i>Oralidade</i>	<i>Escrita</i>
PE	p ≈ 0,27	p ≈ 0,14	p ≈ 0,08	p ≈ 0,02
PB				

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos com o qui-quadrado nesse novo cálculo acusaram uma distribuição normal das CIs canônicas tanto para a escrita quanto para a oralidade do PE e do PB (p-valores 0,14 e 0,27, respectivamente). Em contrapartida, as taxas obtidas para as CIs não-canônicas acusaram certa relevância na distribuição dos dados; na oralidade, o p-valor ficou em 0,08 (índice bem próximo do α), e, na escrita, a taxa foi de 0,02, índice estatisticamente significativo. Dessa maneira, podemos dizer que há uma variação diatópica ocorrendo, em relação ao uso das CIs não-canônicas na escrita e uma possível variação diatópica, menos expressiva, na oralidade.

Após verificarmos que os índices apontados pelo qui-quadrado para as CIs não-canônicas se mostraram semelhantemente significantes na oralidade e na escrita do PE e do PB – acusando, pois, a variação diatópica que, a nosso ver, inicialmente mostrou-se opaca pela alta frequência das CIs canônicas – aplicamos, mais uma vez, o teste de significância, dessa vez, cruzando os dados de oralidade com os dados de escrita, sem separação entre as variedades europeia e brasileira do português. Optamos por fazer esse cálculo sem a separação entre PE e PB, pois os índices gerais que obtivemos no início de nossas análises quantitativas não acusaram, de imediato, uma variação no nível diatópico. Os índices obtidos

com essa nova aplicação do qui-quadrado evidenciaram uma significância (p -valor = 0,0005), que aponta, pois, para uma variação entre a fala e a escrita na língua portuguesa, no que concerne, novamente, somente ao uso das CIs não-canônicas. Cabe-nos, portanto, tentar explicar por que acontece essa variação no nível diamésico apontada pelos nossos dados.

Como se pode ver nos gráficos 5 e 6, a modalidade escrita, de maneira geral, apresentou mais CIs do que a oralidade. A nosso ver, essa diferenciação pode estar relacionada às características de cada modalidade da língua, em relação à aspectualização do tempo. Chafe (1982 *apud* BARROS, 2000) descreve a língua escrita como um conjunto de unidades mais longas e mais complexas do que a língua oral, esta que, segundo o autor, ocorre em jatos, sendo, por isso, fragmentada (o uso de entoações próprias e pausas, portanto, é mais frequente). Conseqüentemente, a escrita permite maior liberdade de (re)formulação do discurso, o que não acontece na oralidade, pois, nesta, a elocução é simultânea ao pensamento (*on-line*), e, naquela, as palavras não precisam ser, necessariamente, escritas imediatamente após sua mentalização (*off-line*). Tendo em vista esses fatores, Chafe (1982 *apud* BARROS, 2000) afirma que o tempo da escrita é contínuo, caracterizado pela duração, enquanto o da oralidade é descontínuo, marcado pela pontualidade. Segundo nossa interpretação, esse fato influencia na marcação aspectual, pois, se a escrita é *off-line*, temporalmente contínua e mais livre, no que diz respeito às escolhas discursivo-pragmáticas dos usuários da língua, a marcação aspectual recebe mais atenção por parte do falante, explicando, com isso, a maior ocorrência de CIs, de modo geral, nessa modalidade da língua. A oralidade, por outro lado, por ser *on-line*, pontual e descontínua, parece não propiciar ao falante o tempo necessário para acessar construções aspectuais mais complexas (caso das CIs cumulativas) com grande frequência, fazendo com que as construções pontuais, e mesmo as durativas mais simples (caso de *começar a V2*), emirjam com mais recorrência em seu discurso, por serem mais fáceis de ser lembradas (característica do *chunking*) durante o tempo disponível para a produção do enunciado. Esse fato pode ser uma justificativa para a quase ausência de CIs não-canônicas e para a grande frequência de *começar a V2* nos textos previamente falados (entrevistas sociolinguísticas do século XX e conversações espontâneas do século XXI), ao contrário das peças de teatro, textos que são primeiramente escritos. Em síntese, acreditamos que, mesmo que alguns textos previamente escritos se aproximem da oralidade, o processo da escrita permite ao usuário da língua elaborar mais seu texto, direcionando uma maior atenção às escolhas lexicais e morfossintáticas de seu enunciado, o que pode levá-lo a utilizar construções (inclusive as aspectuais), por vezes, mais complexas e, por conseguinte, mais difíceis de ser utilizadas na fala espontânea.

Não descartamos, contudo, a possibilidade de outros fatores, como o tipo de texto e o estilo do falante, atuarem na ocorrência de construções aspectuais. Todos os dados desta pesquisa pertencem ao tipo textual narrativo⁹⁶, o qual apresenta uma marcação enfática tanto da categoria de tempo quanto da categoria de aspecto (AZEVEDO, 2006), especialmente na modalidade escrita, devido à liberdade de (re)formulação discursiva característica dessa modalidade de língua. Essa marcação frequente das categorias de tempo e de aspecto apresentada pela narrativa pode ser justificada pela função do domínio narrativo na cognição humana: “quando alguém está narrando, está justamente apresentando sua VISÃO de determinado ocorrido, permitindo que seu ouvinte tente visualizar o fato de fora da situação ocorrida” (PAULA, 2014, p. 80). Como o aspecto é, em sua essência, a visão dos fatos em sua dimensão interna, a narrativa – que tem, como um de seus objetivos primordiais, a sequenciação de fatos no tempo – se torna um ambiente favorável para a marcação aspectual. Não negamos que haja manifestação de aspecto em outros tipos de texto, como os dissertativos e os injuntivos⁹⁷; no entanto, no caso desses tipos textuais, o uso de verbos conjugados no subjuntivo (modo das hipóteses, da incerteza) e no imperativo (modo das ordens, dos conselhos, etc.) é constante; por esse motivo, a marcação aspectual fica mais limitada, uma vez que o aspecto, como categoria linguística objetiva que é, manifesta-se com grande frequência nos tempos do modo indicativo (TRAVAGLIA, 1985), o modo da certeza e da objetividade, utilizado frequentemente nos textos de caráter narrativo.

O estilo individual⁹⁸ (com todas as suas implicações na escolha do registro linguístico⁹⁹) também parece atuar na marcação aspectual do enunciado (conforme Costa (1990) pontua), especialmente, do texto escrito. Fazemos essa observação com base na similaridade das curvas do gráfico 6 e nas observações que fizemos dos dados de escrita. O estilo, de acordo com Hora e Wetzels (2011, p. 148), “é visto como uma restrição que pode favorecer ou não a escolha de uma dentre as diferentes variantes que constituem uma variável”. Enquanto, na escrita, o estilo pode variar muito de um autor para o outro, por causa da liberdade temporal e discursiva dessa modalidade de língua, na oralidade, o falante, por

⁹⁶ Optamos por englobar as partes descritivas no domínio narrativo, devido às noções de figura e de fundo das quais trataremos na seção seguinte.

⁹⁷ Araujo e Freitag (2012), por exemplo, trabalham com a questão aspectual em textos narrativos e opinativos.

⁹⁸ Segundo Hora e Wetzels (2011, p. 149), “a variação estilística envolve variação na fala de falantes individuais mais do que em grupos de falantes, ou seja, ela está mais presente intrafalante do que entre falantes, muito embora saibamos que, para termos a primeira, necessariamente, teremos que ter a segunda”. Essa definição se aproxima, pois, da definição de *parole* saussureana: um ato individual, utilizado pelo falante para exprimir seu pensamento pessoal (SAUSSURE, 2012 [1916]).

⁹⁹ Na estilística e na Sociolinguística, o registro diz respeito aos usos da língua em contextos sociais específicos, os quais, em linhas gerais, se encontram em um *continuum* que vai dos usos mais formais aos mais informais (TRUDGILL, 2000 [1974]; CRYSTAL, 2008).

vezes, pode não direcionar sua atenção, com grande ênfase, para o monitoramento estilístico do seu enunciado, muitas vezes por não ter tempo de fazê-lo, de modo mais enfático, simultaneamente à elocução. Para nós, isso faz com que a distribuição dos dados do PE e do PB fique mais semelhante entre si na oralidade e destoante na escrita. O estilo, assim, parece estar diretamente ligado à marcação aspectual mais acentuada na modalidade escrita de caráter narrativo. Tendo em vista esse fato, a hipótese que motivou a metodologia adotada, em relação à seleção dos textos de oralidade, não se comprovou, uma vez que acreditávamos que a marcação não-canônica do aspecto inceptivo seria mais produtiva na fala.

Em suma, levando em conta todos os resultados quantitativos aqui obtidos e as análises que conseguimos tecer sobre eles, podemos dizer que parece haver, de fato, uma variação no PE e no PB, no que tange ao uso das CIs não-canônicas, tal como sugere Coelho (2014). Essa variação no nível diatópico, segundo nossas interpretações das análises quantitativas, deve-se à variação no nível diamésico, esta que, por sua vez, é provocada por questões linguísticas (compatibilidade de traços, *chunking* e lexicalização), pela variação lexical e, especialmente, pela variação diafásica, uma vez que o estilo individual dos usuários da língua parece atuar sobre o uso das CIs não-canônicas no PE e no PB, especialmente na modalidade escrita, devido ao seu caráter mais livre de construção textual e, portanto, mais sujeito a intervenções estilísticas do escritor. Constatamos, contudo, que foi somente o tipo textual narrativo, por conta de suas características básicas, que forneceu os dados para esta pesquisa, o que pode suscitar trabalhos futuros, para testar se a variação diatópica e a diamésica ocorrem em tipos textuais diferentes. É importante salientar que as questões de estilo não vão de encontro aos estudos sobre o aspecto, pois, conforme mostramos no capítulo primeiro, a categoria aspectual é objetiva, em relação à categoria de tempo, mas sua marcação na língua é subjetiva, uma vez que depende do que o falante quer expressar em seu discurso – o estilo, portanto, está intimamente ligado a essas escolhas linguísticas (COMRIE, 1976; COSTA, 1990).

4.2 CARACTERÍSTICAS MORFOSSINTÁTICAS E SEMÂNTICAS DAS CIs

Ao procedermos a esta parte das análises, intentávamos organizar o texto de maneira semelhante à primeira seção, separando os dados do PE e do PB o máximo possível. Contudo, ao iniciarmos, de fato, as observações acerca da configuração morfofossintática e semântica das CIs, percebemos que tanto a variedade brasileira do português quanto a europeia são bastante

próximas. Desse modo, optamos por analisar as características formais das CIs no PE e no PB de maneira conjunta, focando nas CIs não-canônicas e, também, em uma ou outra variedade do português em particular, quando consideramos relevante fazê-lo em função de alguma especificidade que pudesse sinalizar algum padrão distinto entre as duas variedades de língua. Por uma questão de delimitação, selecionamos quatro tipos de configuração morfossintática e semântica para tratarmos nesta dissertação; entretanto, ressaltamos que ainda podem ser feitas muitas outras interpretações além das que fazemos aqui, uma vez que o aspecto é um campo de estudo fértil, nas palavras de Castilho (1968). Nesta parte das análises, portanto, tratamos dos seguintes aspectos formais das CIs, nesta ordem: (1) uso e tipo da preposição; (2) recursos morfossintáticos e semânticos que integram as CIs; (3) tempos e modos verbais utilizados; e (4) tipologia do V2.

4.2.1 Uso e tipo da preposição

A preposição utilizada por excelência nos dados do PE e do PB que coletamos foi *a* (98,4% dos dados), a qual é, de fato, a preposição mais recorrente nas CIs, segundo outros trabalhos, como os de Almeida (1980) e de Sigiliano (2013). Além de *a*, a preposição *para* também apareceu em nossos dados do PB (0,8% dos dados), pois ela acompanha a CI de V1 *dar*. Não houve ocorrências de *para* no PE, pois a variante não-canônica da CI que se utiliza dessa preposição não apareceu nas nossas amostras da variedade portuguesa.

No PB, houve apenas uma ocorrência de *em* (0,3% dos dados), em contexto em que também ocorreu *para*:

- (46) “Na repartição, os pequenos empregados, amanuenses e escreventes, tendo notícia desse seu estudo do idioma tupiniquim, **deram** não se sabe porque **em chamal-o** – Ubirajara.” (BARRETO, 1915, grifo nosso)

A preposição *em*, conforme apontamos no segundo capítulo deste trabalho, não deixa de “obedecer” às restrições de combinação da CI, pois ela também indica movimento, metáfora que rege a referida construção aspectual, segundo Sigiliano (2013). Essa única ocorrência pertence ao PB, variedade em que a preposição *em* concorre com a preposição *a*, em contextos de movimento (ex.: vou ao médico / vou no médico) (SIGILIANO, 2013).

Além dessa única ocorrência de preposição menos frequente na CI, o PB também apresentou duas ocorrências de CIs com a preposição elíptica (0,5%), conforme ilustram os excertos a seguir:

(47) “Quando eu **comecei trabalhar**, parece que era [mil]- mil cento e poucos cruzeiros, acho que nem era isso! Mas pelo menos já era alguma coisa.” (PEUL, 1980, grifo nosso)

(48) “Meu pai era construtor [...] eu ia para a obra com meu pai [...] **comecei ajudar** meu pai, pintava uma parede, pintava isso, pintava aquilo.” (PEUL, 1980, grifo nosso)

No exemplo (48), há uma fusão da preposição *a* com a vogal inicial do V2. Esse fenômeno fonético – a crase – é bastante produtivo na língua portuguesa. Tal fenômeno, contudo, não acontece em (47), o que mostra que há, ainda, outros processos fonéticos que atuam na omissão da preposição da CI.

As duas modalidades do PE apresentaram CIs com a preposição *a* explícita. Contudo, não cremos que a elipse da preposição seja uma característica exclusiva do PB, assim como o uso de preposições diferentes também não o é¹⁰⁰. Mesmo assim, tal fato pode fomentar pesquisas futuras, no intuito de verificar se, de fato, a elipse da preposição é um fenômeno que também ocorre no PE, tentando explicar que outros fenômenos linguísticos atuam nessa omissão. Salientamos aqui que a omissão da preposição é, de acordo com alguns pesquisadores, como Travaglia (2006), característica de estágios mais avançados de gramaticalização, como ocorre com a CI *começar a V2* (TRAVAGLIA, 2006).

4.2.2 Recursos morfossintáticos e semânticos que integram as CIs

As CIs que ocorreram no PE e no PB também apresentaram características semelhantes, no que diz respeito ao uso de recursos morfossintáticos e semânticos – intervenientes ou não – acompanhando as construções perifrásticas.

Como elementos intervenientes, encontramos SNs na função de sujeito, alguns dos quais apresentamos a seguir:

¹⁰⁰ Almeida (1980) utiliza exemplos do PE arcaico para mostrar algumas das preposições que ocorriam na CI, conforme apresentamos no segundo capítulo.

- (49) “Ia para casa rezar estações, impunha-se penitencias de muitas corôas á Virgem; mas apenas as orações findavam, **começava o temperamento a latejar.**” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso)
- (50) “Não tem coragem p’ra nada: **começam as mãos a tremer-lhe**, a seccar-se-lhe a bocca... É mulher, é muito mulher!” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso)
- (51) “Agora sim, **começará nosso telégrafo a trabalhar**, disse eu comigo mesmo erguendo-me para tornar-me mais saliente.” (MACEDO, 1844, grifo nosso)
- (52) “E desde então **começou o nosso estudante a demorar** seus olhares naquelle rosto, que com tanta injustiça taxára de irregular e feio.” (MACEDO, 1844, grifo nosso)

Foram poucas as ocorrências desse tipo de material interveniente: duas no PB escrito do século XIX, duas no PE escrito do século XIX, uma no PB escrito do século XX, uma no PB oral também do século XX, duas no PE escrito do século XXI e duas no PE oral também do século XXI. A diferença que notamos nas ocorrências da oralidade é que o SN sujeito apareceu como pronomes resumidores; de qualquer maneira, a referência do sujeito foi dada anteriormente no discurso, sendo o sujeito, portanto, pré-verbal, conforme se pode ver no exemplo a seguir:

- (53) “garantido é que / logo a seguir de jantar / nove e tal / dez / pá / **o pessoal começa-se todo a encontrar** na / na / praça / pá //” (C-ORAL-ROM, 2000–, grifo nosso)

O SN sujeito interveniente ocorreu, em nossas amostras, apenas com a CI canônica *começar a V2*. Essa posposição do SN sujeito pode ser resquício da construção inacusativa na qual o verbo *começar* pleno pode figurar. Em construções inacusativas, o processamento de elementos pós-verbais, como o SN sujeito, acontece de maneira um pouco mais rápida do que com os elementos prepostos ao verbo, conforme verificado pela pesquisa de Souza *et al.* (2014). Dessa maneira, com a gramaticalização do verbo *começar*, o traço inacusativo pode ter permanecido nas construções mais gramaticalizadas (como é o caso das construções aspectuais), o que permite a esse verbo intercalar o sujeito na perífrase. Faz-se importante citar esse fato, pois ele endossa a chamada *rede de construções*: as construções linguísticas formam uma grande rede construcional, dentro da qual há diversas relações de herança de traços (GOLDBERG, 1995, 2006). Não estamos assumindo, contudo, que essa seja uma

característica exclusiva da referida CI canônica, pois nossos *corpora* não nos forneceram dados das CIs não-canônicas suficientes para fazermos esse tipo de generalização. Além disso, ressaltamos que o SN sujeito também ocorreu na posição pré-verbal na grande maioria das CIs, tanto canônicas quanto não-canônicas (97,3% do total dos dados), o que parece indicar que o SN sujeito interveniente não é uma configuração sintática produtiva nas CIs do português contemporâneo.

Além dos SNs, verificamos, em nossos dados, outros tipos de material interveniente, como certos adjuntos adverbiais (ex.: “E passaram então a fallar de estudos [...] E passaram de novo a fallar de estudos” (AZEVEDO, 1884, grifos nossos) e uma ocorrência de oração intercalada (ex.: “deram não se sabe porque em chamal-o – Ubirajára.” (BARRETO, 1915, grifo nosso). Entretanto, da mesma maneira que ocorreu com os SNs sujeitos, essas configurações sintáticas não foram produtivas em nossas amostras: os advérbios ocorreram em diversas posições, devido à sua flutuação de posicionamento nas orações, e a sentença intercalada foi a única ocorrência que encontramos em nossas amostras.

Outros tipos de material que integraram as CIs, tanto as canônicas quanto as não-canônicas, foram os clíticos, intervenientes ou não. Houve ocorrências de clíticos acusativos, dativos, reflexivos e apassivadores. Vejamos, abaixo, alguns exemplos dessa configuração morfossintática:

- (54) “O urubú, que tem um genio do diabo, ficou bravo e entrou a me picar feio e forte...” (ARANHA, 1911, grifo nosso – *acusativo*)
- (55) “Um calor molle continuo cahia do forro; começou a faltar-lhe o ar.” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso – *dativo*)
- (56) “Começava então a servir-se a sobremesa.” (MACEDO, 1844, grifo nosso – *apassivador*)
- (57) “Começou a fazer-se timida, e depois triste, como o gemido da rola.” (MACEDO, 1844, grifo nosso – *reflexivo*)

Os clíticos são materiais previsíveis, principalmente se considerarmos as normas de colocação pronominal nas construções verbais, que preveem a ocorrência do complemento clítico tanto em posição enclítica quanto proclítica ao verbo principal (com exceção do participípio). Em nossos dados, além da ocorrência do clítico com V2 (ex. (54) a (57)), também encontramos próclises e ênclises ao V1 (com exceção de *pôr-se a V2* e de *meter-se a V2*, em

que o clítico já faz parte das CIs), com as funções descritas no parágrafo anterior, além da chamada *partícula de realce*, conforme os exemplos abaixo indicam:

- (58) “Deus me perdoe!.. nem eu sei... – e d’ahi **começou-me a crescer**, a olhar para mim com aquelles olhos...” (GARRETT, 1844, grifo nosso – *partícula de realce*)
- (59) “Sou hoje mais assiduo do que era ha um mez, e a razão é que ha um mez que **começas-te¹⁰¹ a fazer-lhe** corte.” (ASSIS, 1863, grifo nosso – *partícula de realce*)
- (60) “Não tarde por aí... Já **se começam a acender** os lampiões da estrada.” (BRANDÃO, 1923, grifo nosso - *apassivador*)
- (61) “Lá no Redondo tá lá uma senhora que é precisamente a cara dum homem: muitas barbas e um bigode grande! E já duro! Porque ela **começou-o a tirar**, quer dizer, ainda não usavam aqueles processos [...]” (CRPC, 1970, grifo nosso - *acusativo*)

Com exceção da CI *pôr-se a V2* e de *meter-se a V2*, não identificamos esse posicionamento do clítico junto do auxiliar em outras CIs não-canônicas; contudo, conforme dissemos anteriormente, nossas amostras não forneceram dados em profusão para que fizéssemos observações mais aprofundadas nesse sentido.

Os adjuntos adverbiais de tempo, dentre todas as estruturas que mencionamos até agora, foram as mais recorrentes em nossos dados (aproxim. 27,7% do total). Essas estruturas adverbiais, que ocorreram tanto na escrita quanto na oralidade das variedades do português comparadas, assumiram, em nossos *corpora*, funções que vão desde o licenciamento da marcação do aspecto inceptivo (no caso das perífrases de futuro e do modo subjuntivo) até a delimitação da situação, segundo os objetivos discursivo-pragmáticos do falante, tal como ilustram os excertos a seguir:

- (62) “**Agora sim, começará** nosso telégrafo **a trabalhar**, disse eu comigo mesmo, erguendo-me para tornar-me mais saliente.” (MACEDO, 1844, grifos nossos)
- (63) “**Hontem de tarde não: mas ésta noite começava a raiar-lhe** no espirito alguma falsa luz d’essa van esperança.” (GARRETT, 1844, grifos nossos)

¹⁰¹ O hífen de “começas-te” consta na edição da obra que consultamos. No trecho, não há indicação de que esse item gráfico é utilizado para separar a grafia do verbo “começaste” (o hífen não se encontra no final da linha, e, sim, no meio dela).

Na primeira sentença, devido ao uso do tempo futuro, os adjuntos adverbiais são condições necessárias para que o aspecto inceptivo seja marcado, já que o futuro do presente pertence a um campo temporal em que não se pode ter certeza de que as situações irão ocorrer; o adjunto, portanto, funciona como um marco temporal a partir do qual parece certo que a situação irá se concretizar, o que constitui condição para que o aspecto inceptivo se manifeste. Já na segunda sentença, mesmo não havendo a necessidade de se dar certeza à concretização da situação (ela, de fato, já ocorreu), o enunciador valeu-se dos adjuntos adverbiais para chamar a atenção do leitor para o seu ponto de vista em relação à narração dos fatos (não foi ontem, mas hoje que a situação ocorreu). Percebemos, com isso, que os adjuntos adverbiais de tempo, nos contextos do aspecto inceptivo, podem ser utilizados com finalidades outras, além da função de determinar a marcação aspectual, sendo, por isso, bastante recorrentes. Não despreveremos aqui todos os advérbios de tempo que ocorreram em nossos dados, um a um, em suas especificidades comunicativas. Mesmo assim, é interessante de se observar o quanto essa classe gramatical é produtiva em contextos aspectuais, mesmo que, *a priori*, os adjuntos adverbiais não sejam papéis exigidos pelas CIs¹⁰².

Como última observação desta subseção, voltamo-nos para a própria constituição da CI. Encontramos, em nossos *corpora*, CIs em que os verbos principais se encontram em coordenação com um único V1, tanto canônico quanto não-canônico, no PE e no PB (ex.: “Desandou a chorar, a berrar, a arrancar os cabelos, como se tivesse perdido a mulher ou um filho [...]” (BARRETO, 1915, grifos nossos)). Na coleta dos dados, optamos por considerar tais tipos de construção como uma única CI; mesmo assim, consideramos válido mostrar essa configuração sintática das CIs, no intuito de acrescentar dados à descrição das CIs nos estudos sobre o aspecto.

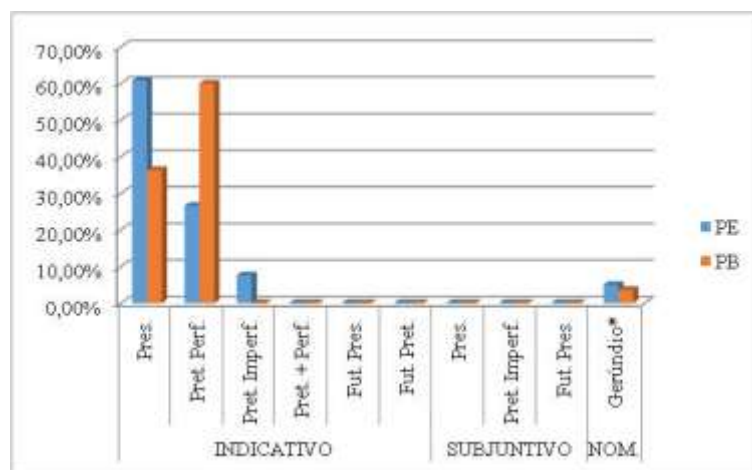
4.2.3 Tempos e modos verbais utilizados

O uso dos tempos e dos modos verbais, dentre os quesitos que analisamos nesta seção, foram os que se mostraram mais semelhantes entre o PE e o PB, tanto na oralidade quanto na escrita. A primeira semelhança que percebemos foi o predomínio do modo indicativo – previsível devido ao caráter objetivo da categoria aspectual, que é compatível com a

¹⁰² A própria tradição gramatical trata os adjuntos como termos acessórios da oração, aqueles que não são exigidos pelas sentenças para que elas sejam estabelecidas na língua.

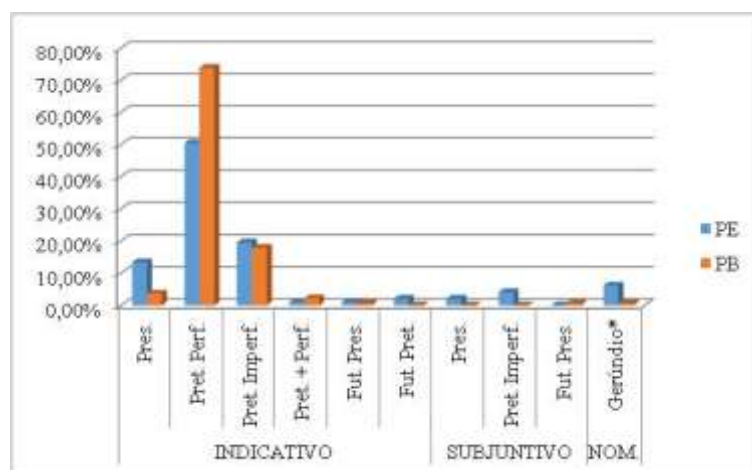
objetividade desse modo verbal. Entretanto, dentro do modo indicativo, identificamos diferenças de uso dos tempos verbais entre a oralidade e a escrita, em ambas as variedades da língua portuguesa aqui analisadas. Vejamos, nos gráficos a seguir, como ficou a distribuição dos tempos e modos verbais por modalidade da língua (a inclusão do gerúndio será explicada no final desta subseção):

Gráfico 7: Uso dos tempos e modos verbais na oralidade do PE e do PB



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 8: Uso dos tempos e modos verbais na escrita do PE e do PB



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados dispostos nos gráficos acima revelam uma distinção de usos em relação à modalidade da língua, já que, na oralidade, as maiores frequências estão concentradas no presente e no pretérito perfeito do indicativo, ainda que, aparentemente, tais tempos verbais estejam em variação no PE e no PB. Já na escrita, o presente do indicativo tem uma queda brusca na produtividade, ao contrário dos tempos pretéritos, que apresentaram aumento em

ambas as variedades da língua portuguesa comparadas. Outra distinção de uso que se percebe nas duas modalidades diz respeito à diversidade de tempos verbais: na modalidade escrita, as CIs exibem um leque maior de flexão temporal do que na oralidade, mesmo que em uma frequência não muito expressiva.

Frente a tal constatação, procedemos a uma análise considerando, separadamente, as CIs não-canônicas, no intuito de verificar se as configurações temporais dessas CIs seriam diferentes do restante dos dados; entretanto, constatamos que as CIs não-canônicas acompanham os usos dos tempos verbais que descrevemos: presente e pretérito perfeito na oralidade (com destaque para o presente) e tempos pretéritos na escrita (com predominância do pretérito perfeito). Tendo em vista essas similaridades, as análises que apresentamos a seguir consideram as CIs canônicas e as não-canônicas em conjunto, já que o fato de ser ou não canônica não se mostrou uma variável relevante no tocante à seleção dos tempos e modos verbais.

Num primeiro momento, pensamos que a alta frequência do presente do indicativo em nossos dados de oralidade pudesse ser forçada pelas características das peças de teatro, nas quais as partes de narração¹⁰³ apresentam verbos nesse tempo, devido, em nossa concepção, à contemporaneidade que o texto dramático pretende mostrar a seu público. Entretanto, no decorrer das análises, percebemos que os textos orais do PEUL, do CRPC e dos *corpora* C-ORAL também apresentaram taxas altas de uso do presente, conforme se pode observar nos exemplos abaixo:

- (64) “(Principia a passear pela sala de um para o outro lado) Não vê?.. estou passeando... divirto-me...” (PENA, 1845, grifo nosso)
- (65) “Maria... a filha do meu amor – a filha do meu peccado, se Deus quer que seja peccado – não vive, não resiste, não sobrevive a ésta affronta. (Desata a soluçar, cai com os cotovelos fixos na mesa e as mãos apertadas no rosto: fica n’esta posição por longo tempo. [...]) (GARRETT, 1844, grifo nosso)
- (66) “É, no modo geral, eles tratam bem, a não ser aquele que faz arte. Fazer arte- aí começa a (“balançar”) o soldado, não é? Fica lá, <fica> detido.” (C-ORAL-BRASIL, 2000–, grifo nosso)

¹⁰³ Nas peças teatrais, consideramos as inserções das configurações das personagens e do cenário como narração, pois os textos dramáticos também podem ser lidos como outros tipos de gêneros, como o romance. Nesse caso, portanto, o leitor pode interpretar tais passagens não como comandos para os atores, mas como falas de um enunciador narrando as cenas, devido ao caráter descontextualizado das peças não representadas. Dessa maneira, não fizemos distinção entre fala do narrador e das personagens nas peças de teatro, assim como não o fizemos nos romances.

(67) “Para mim o momento da renovação é setembro [...] setembro / outubro [...] é quando eu **começo a fazer** dieta [...] é quando eu **começo a fazer** ginástica.” (CORAL-ROM, 2000–, grifos nossos)

Não desconsideramos que os usos do presente em cada contexto (peça teatral e conversação espontânea) tenham objetivos diferentes, mesmo que sejam todos de cunho narrativo. Entretanto, o fato de que o presente do indicativo se faz muito presente na oralidade do PE (60, 8%) e do PB (36,4%), independentemente do contexto pragmático, chamou-nos a atenção, o que nos levou a registrá-lo aqui. Ressaltamos também a forte presença do pretérito perfeito nos textos orais (26,6% no PE e 60% no PB), uma das características das narrativas passadas. Podemos verificar, portanto, que a tipologia textual da oralidade seleciona tempos verbais um pouco diferentes da modalidade escrita, na qual o tempo preferido do PE e do PB é o pretérito perfeito do indicativo (51% no PE e 73,9% no PB).

Além do pretérito perfeito, o pretérito imperfeito também se mostrou, de certa forma, recorrente nos textos escritos. Podemos afirmar que esses tempos verbais são característicos da narrativa, a qual se constrói com base em noções prototípicas de figura e de fundo¹⁰⁴. Segundo Martelotta (1998, *apud* ARAUJO; FREITAG, 2012) e Araujo e Freitag (2012), a figura narrativa é composta, majoritariamente, por verbos no pretérito perfeito, pois esse tempo verbal é prototípico da perfectividade na língua portuguesa, e a sequenciação de fatos no tempo possui um caráter perfectivo. O pretérito imperfeito, por outro lado, estrutura o fundo da narrativa, pelo fato de esse tempo verbal ser prototípico da imperfectividade no português, característica predominante do fundo.

O uso do presente do indicativo evidenciado nos dados de escrita do PE, a nosso ver, não são prototípicos de narrativas próprias dessa modalidade de língua, o que nos leva a acreditar que os índices mostrados no gráfico 8 (p. 99) podem ser bem menores. Fazemos essa afirmação com base nas características do estilo do autor em que ocorreu a maior parte das CIs conjugadas no referido tempo verbal. A escrita desse autor, cuja obra representa a segunda metade do século XX, se mostra, a todo momento, perpassada por pensamentos do narrador, por falas das personagens e pela descrição das cenas, sem, contudo, haver uma

¹⁰⁴ Segundo Hopper (1979), a figura é a parte da narrativa responsável por apresentar os fatos numa sequência temporal; são os eventos indispensáveis para que a narrativa se estabeleça. Já o fundo diz respeito aos aspectos mais descritivos, em meio aos quais os eventos de figura acontecem; são, portanto, os eventos que contextualizam a narrativa. Por esse motivo, optamos por considerar a descrição como parte do tipo narrativo, conforme indicamos na primeira seção deste capítulo.

organização prototípica para cada uma dessas partes. Vejamos um excerto dessa obra, a fim de melhor elucidar o que aqui defendemos:

(68) “Antes de voltar ao trabalho foi ver como estava o tempo, limpava um pouco, a outra margem do rio já **começa a ser** visível, apenas uma linha escura, um borrão alongado, o frio não parece ter diminuído. Sobre a secretária estão quatrocentos e trinta e sete provas de página, em duzentas e noventa e três já foi feita a verificação das emendas, o que falta não é coisa que assuste, o revisor tem a tarde toda [...]” (SARAMAGO, 1989, grifo nosso)

Nesse caso, a nosso ver, o estilo do autor influencia na composição da narrativa, e esse estilo pode ter permitido o uso dos tempos verbais diferentemente dos tempos prototípicos do tipo textual em questão: os tempos pretéritos (em especial, o pretérito perfeito). Entretanto, faz-se necessário analisar a ocorrência desse dado em mais textos narrativos, para verificar se, de fato, o uso do presente na narrativa escrita está ligado a questões estilísticas.

É importante salientar a forte presença das CIs na figura narrativa dos textos orais e escritos do PE e do PB. Consideramos tal fato importante de ser evidenciado, pois as CIs, mesmo que arroladas, por alguns estudiosos, dentro do aspecto imperfectivo (conforme feito, por exemplo, por Castilho (1968)), elas possuem um caráter perfectivo (fato mencionado por Drzazgowska (2009)), uma vez que são utilizadas, com frequência, na figura narrativa, parte da narração dotada de verbos prototipicamente perfectivos (ARAÚJO; FREITAG, 2012). Podemos constatar, com isso, uma flutuação na definição do aspecto inceptivo, o que nos mostra que ainda há questões a serem discutidas sobre esse tipo aspectual.

Além dos tempos e modos verbais citados, identificamos, também, algumas ocorrências de gerúndio além das perífrases verbais de padrão <(SN) V1_{FIN} V2_{NOM} (a) V3_{INF}> (ex.: “como nunca mais vinha fui começando a comer” (ANTUNES, 2006, grifo nosso)). No caso das perífrases de três verbos, consideramos o tempo verbal que o primeiro auxiliar apontava (ex.: *fui começando a comer – pretérito perfeito*). Entretanto, a forma nominal em questão (a qual, por vezes, no PE, tem a configuração PREP_A + NOM_{INF}) também ocorreu em CIs que indicam orações reduzidas, como em:

(69) “**começando** o vizinho **a ir** e escrevendo da França a dizer que está bem [...] a mulher recebe a carta e logo no outro dia, tão-se os outros a preparar para, para embarcar” (CRPC, 1970–, grifo nosso)

(70) “não havia a macieira, não havia a minha filha de modo que eu diante de um ramo sem nada, a minha filha em casa à mesa de jantar **começando a comer** não por falta de educação [...]” (ANTUNES, 2006, grifo nosso)

(71) “Era a minha última tentativa. Agora desisti. – disse Ralf, **começando a juntar** o material espalhado pelo chão.” (COELHO, 2003, grifo nosso)

Além das orações reduzidas, as quais ocorreram na oralidade e na escrita, as formas de gerúndio também ocorreram como possíveis partes de perífrases de três verbos, estando implícito o primeiro verbo auxiliar:

(72) “Mondrian / aqui outra dele / [...] esse negócio **[está] começando a ter** móvel louco né / os trem bizarro né / as arquitetura” (C-ORAL-BRASIL, 2000–, grifo nosso)

(73) “o trem **[está] começando a ficar** / (bagunçado) / é” (C-ORAL-BRASIL, 2000–, grifo nosso)

Optamos por incluir (72), (73) e outros exemplos relacionados em nossos dados, pois, se for considerado, de fato, que há um verbo auxiliar implícito, tais construções podem se encaixar no presente do indicativo, aumentando, com isso, a taxa de uso desse tempo verbal no gráfico da oralidade. Incluímos, também, as orações reduzidas no rol das CIs que coletamos, pois as orações desenvolvidas correspondentes trazem um verbo finito que atualiza aspecto (ex. (69): assim que o vizinho começa a ir / ex. (70): a minha filha [...] que começava a comer / ex. (71): enquanto começava a juntar o material). Não esperávamos encontrar CIs nesses contextos de gerúndio que descrevemos aqui. Dessa maneira, acreditamos que tais observações podem suscitar investigações nesse campo, para que seja verificado, inclusive, se nossas observações sobre a marcação do aspecto em orações reduzidas de gerúndio são plausíveis. Mesmo assim, faz-se interessante pontuar que a CI possui variações em sua composição, o que, a nosso ver, precisa ser descrito com mais acuidade.

4.2.4 Tipo do V2

Conforme apresentamos no segundo capítulo e na primeira seção de nossas análises, as CIs canônicas permitem a ocorrência de verbos de, praticamente, todas as classes

vendlerianas, na fala e na escrita do PE e do PB, com exceção de alguns verbos de estado¹⁰⁵. Mesmo nos casos de verbos de estado, a combinação com CIs canônicas pode ocorrer (ex.: “e quanto ao almuadem não há mais que lembrar que íamos principiando a saber como se finou” – SARAMAGO, 1989, grifo nosso). Houve, também, ocorrências com verbos impessoais, dada a amplitude de combinações dessas CIs no paradigma de V2:

(74) “Na última hora da noite começou a chover, o alpendre da varanda era sempre o primeiro a dar sinal [...]” (SARAMAGO, 1989, grifo nosso)

(75) “Depois então vai o cortejo para esse império que é uma espécie de coreto em que a coroa está ali e depois começa a haver a... as ofertas que, que as crianças levaram vão ser rematadas.” (CRPC, 1970–, grifo nosso)

A restrição no paradigma de V2, tal como apontamos também no capítulo segundo e no início deste, parece ser mais forte entre as CIs não-canônicas. É nelas, portanto, que focaremos, a partir de agora. Não faremos separação entre dados de fala e de escrita nesta parte, pois nossa intenção é tentar identificar os tipos de verbos que ocupam o paradigma de V2 nas CIs não-canônicas, de maneira geral.

Das classes acionais vendlerianas, apenas três ocorreram na posição de V2 das CIs não-canônicas: atividades, estados e *accomplishments*. A partir dessa configuração, percebemos uma diferença entre essas CIs e as canônicas, pois, nestas, os *achievements* em “câmera lenta” são possíveis (metafóricos ou não¹⁰⁶), além de ocorrerem verbos impessoais¹⁰⁷. Entretanto, houve uma grande diferença de frequência entre elas: 82,2% dos V2 se configuram como atividades, 12,2% são estados e 5,6% são *accomplishments*. A distribuição desses tipos de V2 também não foi semelhante entre as CIs que coletamos: as atividades ocorreram em todas as variantes, os estados apareceram somente com a CI *passar a V2*, e os *accomplishments* ocorreram com *pôr-se a V2* e também com *passar a V2*. Devido a

¹⁰⁵ Não é nosso objetivo descrever os processos de abstração dos verbos auxiliares que lhes permitem a combinação com verbos de estado. Entretanto, pensamos que dada combinação é possível, pois muitas situações denotativas de estado também possuem fase inicial. Nesses casos, portanto, podemos ver nitidamente a mudança de estado do contexto provocada pelo início de um novo estado.

¹⁰⁶ Recapitulando alguns exemplos apresentados no capítulo 2: (a) “Pedro começou a alcançar o pico da montanha neste exato momento.” (uso não metafórico do *achievement*); (b) “Reportagem da Folha diz que impeachment já começou a morrer.” (uso metafórico do *achievement* – em casos não metafóricos, esse *achievement* ocorre somente quando os SNs sujeitos são diferentes (SILVA; COELHO, 2014)).

¹⁰⁷ Optamos por separar essa nomenclatura das classes acionais, pois não encontramos classificação para o verbo *haver*, por exemplo, dentro da classificação de Vendler (1968). Além disso, verbos como *chover* e *nevar*, apesar de denotarem situações tal como as atividades (situações durativas atéllicas), nas classes vendlerianas, eles não pressupõem um agente, uma das características dos verbos de atividade.

algumas peculiaridades evidenciadas pela CI *passar a V2* em nossas amostras, trataremos dela de maneira mais detalhada após descrevermos as características mais gerais que pudemos identificar nos dados em conjunto.

Os verbos de atividade, os mais recorrentes nas CIs não-canônicas, referem-se, como apresentado no capítulo primeiro, a eventos durativos de caráter agentivo que não tendem necessariamente a um fim para que sejam verdadeiros. Os *accomplishments* são situações durativas que evocam um fim delimitado para serem verdadeiros; mesmo restritos a duas CIs não-canônicas, também evidenciaram um caráter agentivo em nossos dados. Os exemplos a seguir mostram as situações verbais que descrevemos aqui:

(76) “E **passou a ler** a carta, depois de dar uma cadeira a Amancio, que já estava para dentro das grades.” (AZEVEDO, 1884, grifo nosso - *accomplishment*)

(77) “**Pôs-se a abotoar** à pressa o roupão.” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso – *accomplishment*)

(78) “Depois, **pôs-se a atirar** no palestino tudo que encontrava dentro do quarto do Hotel Saint Michel.” (DRUMMOND, 1984, grifo nosso – atividade)

(79) “E quando o Seara **entrou a dar** contas do trabalho do dia, o Lopes perdeu a cabeça.” (TORGA, 1945, grifo nosso – atividade)

A agentividade desses verbos não indica, necessariamente, que as situações descritas partem de ações conscientes dos agentes; a nosso ver, tal agentividade está ligada, primeiramente, ao traço [+animado] dos SNs sujeitos dessas construções, pois as situações do V2 indicam características que só entidades animadas têm a capacidade de executar, consciente ou inconscientemente. Para ilustrarmos essas afirmações, vejamos os exemplos a seguir:

(80) “Afinal fizemos as pazes e **entramos a beber**¹⁰⁸ numa venda...” (ARANHA, 1911, grifo nosso)

¹⁰⁸ A construção em questão pode suscitar ambiguidade de interpretação, como, por exemplo, que as personagens entraram na venda para beber. Entretanto, consideramos essa construção como marcadora de aspecto inceptivo, devido a três fatores: (i) o contexto estendido no qual ocorreu essa CI aponta ações exageradas das personagens (“Quando vinha pelo cães, encontrei uns marinheiros ingleses, que me circumdaram e arremetteram de socco... Eu respondi com uma rasteira... e foi *godam* para aqui, cabeçada para alli. Afinal fizemos as pazes e **entramos a beber** numa venda... jogámos dados e eu ganhei aos *beefs* a moeda de ouro...” (ARANHA, 1911, grifo nosso)), o que permite, também, o exagero do ato de beber; (ii) o autor utiliza a mesma construção com sentido aspectual em sua obra, o que parece apontar que tal CI faz parte das escolhas estilísticas desse autor (ex. (85)); e (iii) a alternância com outras CIs é possível (**danamos a beber** numa venda / **agarramos a beber** numa venda).

- (81) “Agora está! **Pôs-se** para aí **a falar** com os vizinhos... Tens tudo arranjado?”
(BRANDÃO, 1923, grifo nosso)
- (82) “[...] **poz-se a pensar** que Bazilio devia vir no dia seguinte: vestiria o roupão novo de *foulard* côr de castanho!” (QUEIRÓS, 1878, grifo nosso)
- (83) “Você é que **deu para implicar**.” (BARRETO, 1915, grifo nosso)

Nos dois primeiros exemplos, podemos notar uma volição dos SNs sujeitos quanto à execução das ações descritas pelos V2. Já nos dois últimos excertos, percebemos que os verbos que ocupam a posição de V2 não indicam, *a priori*, uma consciência ou, até mesmo, um desejo consciente dos SNs sujeitos de executarem as referidas ações.

O traço [+animado], em nossas amostras, mostrou-se muito correlacionado ao traço [+humano], pois a grande maioria dos V2 que ocorreram com as CIs não-canônicas (com exceção de *passar a V2*) denotaram situações verbais típicas de seres humanos, como habilidades orais (ex. (51)), físicas (ex. 48)) e cognitivas (ex. (47)), e capacidades emotivas (ex. (53))¹⁰⁹. O único exemplo que ocorreu, em nossos *corpora*, com uma entidade [+animada] e [-humana] foi o apresentado a seguir; mesmo assim, podemos perceber a atribuição de características humanas ao animal em questão:

- (84) “O urubú, que tem **um genio do diabo**, ficou bravo e **entrou a me picar** feio e forte...” (ARANHA, 1911, grifos nossos)

É preciso salientar, entretanto, que tais características que descrevemos são provenientes dos dados de nossas amostras. O traço [+animado], por exemplo, não é uma condição necessária para a ocorrência da CI *dar para V2*, por exemplo. Tal CI pode ocorrer com verbos impessoais (“Deu para chover todo dia”) e com SNs sujeitos inanimados (“Essa máquina deu para estragar todo mês”).

Conforme já antecipamos, CI *passar a V2*, em nossos dados, foi o único tipo que apresentou características outras, além das que citamos nos parágrafos anteriores, motivo pelo qual vamos tecer algumas considerações particulares a seu respeito. Os verbos de estado que encontramos na posição de V2, entre as CIs não-canônicas, pertencem, todos, à CI em questão (inclusive, são muito recorrentes), conforme pode ser visto nas frases abaixo:

¹⁰⁹ Essa constatação está de acordo com o que Sigiliano (2013) e Paula (2014) encontraram em suas pesquisas. Paula (2014), em seu estudo sobre a CI *danar a V2*, apontou uma combinação muito frequente do auxiliar dessa CI com verbos de ação, emotivos e elocutivos. Essa grande frequência de verbos de ação, seguida dos verbos emotivos, também foi mostrada por Sigiliano (2013).

- (85) “[...] uns dois anos antes de ele morrer, ele **passa a morar** lá em casa [...]” (PEUL, 1980–, grifo nosso)
- (86) “Está a ser valorizado há dois anos a esta parte com a feira agropecuária setenta e um, que é uma coisa, como deve saber, a nível nacional e agora este ano até **passa a ser** [...] internacional.” (CRPC, 1970–, grifo nosso)
- (87) “Quem vai adiante **passa a ser** uma espécie de aliada, de companheira.” (COELHO, 2003, grifo nosso)
- (88) “[...] se se der ao trabalho de lê-la e de entender o que **passou a estar** escrito, o mundo, então reemendado, terá vivido diferentemente só um curto instante [...]” (SARAMAGO, 1989, grifo nosso)

Além dos verbos de estado, a referida CI pode evocar SNs que não são agentivos (o exemplo (58), por exemplo, traz uma estrutura passiva), o que não verificamos nas outras variantes da CI não-canônica que encontramos em nossas amostras. Uma vez que as amostras não abarcam toda a realidade linguística (assim como acontece em toda pesquisa amostral), tais constatações que fazemos aqui podem ser específicas de nossos *corpora*; todavia, dada a diferença de distribuição diacrônica (tabela 5, p. 85) e as características construcionais que descrevemos neste capítulo em relação à perífrase de *passar*, acreditamos que essa construção possa estar passando por um processo de gramaticalização um pouco diferente das demais variantes, o que pode ter lhe permitido assumir funções tanto de CIs canônicas (nos caso das combinações com verbos de estado – ex. (86) a (89)) quanto de CIs não-canônicas, que são cumulativas (ex.: “Eu trabalho de dia e passo a estudar de noite” (PEUL, 1980–, grifo nosso) – *aspectos inceptivo e iterativo*). Com isso, utilizar o próprio termo *variante* fica comprometido, já que construções variantes devem possuir o mesmo valor semântico-pragmático, o que, de fato, não ocorre entre as CIs canônicas e as não-canônicas, e parece não ocorrer com as CIs não-canônicas em todos os contextos de uso dessas CIs específicas, como é o caso de *passar a V2*.

Nesta seção, intentamos fazer uma descrição e uma breve interpretação dos dados por nós coletados. Por meio de nossas observações, percebemos que o PE e o PB não se mostraram destoantes um do outro, em relação às características morfossintáticas e semânticas das CIs, o que, inclusive, nos fez analisá-las considerando as duas variedades da língua portuguesa em conjunto. Portanto, a nosso ver, tal fato descarta a possibilidade de que

a variação linguística que detectamos entre as CIs não-canônicas seja provinda, também, de características diferenciadas de forma e sentido dessas construções em cada variedade.

Por serem breves, as interpretações que tecemos aqui deixaram diversas lacunas e aberturas para investigações futuras, conforme assinalamos durante a leitura. A nosso ver, tais pontos que levantamos mostram o quanto ainda se pode estudar sobre o aspecto inceptivo. Deixamos aqui, portanto, um convite à pesquisa, para que tais questões possam, de alguma maneira, ser contempladas.

Passemos, agora, às considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] precisamos de que todos os falantes de todas as línguas e de todos os dialetos sejam capazes de descansar seguros com a certeza de que suas variedades de língua são complexos e incrivelmente estruturados produtos da mente humana, das sociedades humanas e das dezenas de milhares de anos da história humana.” (TRUDGILL, 2000 [1974], p. 203, tradução nossa¹¹⁰)

Neste estudo, adotamos a linha de pesquisa sobre variação linguística, em interface com a Gramática de Construções, para estudarmos a marcação do aspecto inceptivo nas variedades brasileira e europeia da língua portuguesa. Este estudo comparativo foi motivado pela hipótese aventada por Coelho (2014) sobre uma possível marcação mais ou menos perifrástica do aspecto inceptivo no PE e no PB. O trabalho da autora aponta para uma distinção de padrões no uso das construções inceptivas entre essas duas variedades do português, mesmo com uma amostra equiparada de número de palavras. Pensando, pois, nesses resultados apontados por Coelho (2014), elaboramos duas questões-problema que nortearam esta pesquisa: a) em que medida o aspecto inceptivo é marcado no PE e no PB?; b) há algum tipo de especialização de usos das construções que se prestam à marcação desse tipo aspectual nas variedades do português selecionadas?.

Com base na proposição aventada por Coelho (2014) – que analisou quatro construções consideradas como inceptivas com cumulação de aspecto ((a)garrar a, desandar a, desatar a e danar a) – e nas questões-problema que construímos, direcionamos nosso olhar a uma pesquisa sobre as construções inceptivas, de maneira mais ampla, e propusemos a hipótese de que havia uma variação diatópica ocorrendo, em relação à marcação desse tipo de aspecto. Além desta, aventamos a hipótese de que as diferenças entre a escrita e a oralidade teriam influência na marcação aspectual, devido às peculiaridades de construção dos textos em cada uma dessas modalidades da língua portuguesa. Construímos também outra hipótese, que, de certa maneira, estava correlacionada à nossa metodologia de coleta dos dados: a de que o aspecto inceptivo seria marcado por outras construções diferentes das perifrásticas. Elaboramos essa hipótese, pois, como nos propusemos a estudar a marcação do aspecto

¹¹⁰ Do original: “[...] we need all speakers of all languages and all dialects to be able to rest secure in the knowledge that their varieties of language are all amazingly structurally complex products of the human mind, of human societies, and of tens of thousands of years of human history” (TRUDGILL, 2000 [1974], p. 203).

inceptivo de modo mais abrangente, intentávamos coletar o máximo de dados possível; tal hipótese foi construída com base na literatura sobre o aspecto em português que consultamos (como a obra de Travaglia (1985)), uma vez que vimos exemplos de tais construções nesses textos.

Partindo do objetivo geral de verificar, numa perspectiva sociolinguística, se havia variação entre o PE e o PB, em relação à marcação do aspecto inceptivo, construímos alguns objetivos específicos: a) quantificar os usos do aspecto inceptivo nas modalidades oral e escrita do PE e do PB; b) testar a hipótese aventada por Coelho (2014), sobre uma possível variação e especificação de usos entre o PE e o PB, em relação à marcação do aspecto inceptivo; c) analisar as construções que se prestam a marcar o aspecto inceptivo no PE e no PB; e d) descrever os elementos construcionais que interagem na marcação do aspecto inceptivo.

Para testarmos nossas hipóteses e tentarmos cumprir os objetivos deste trabalho, compilamos amostras da oralidade e da escrita do PE e do PB, numa perspectiva diacrônica (séculos XIX, XX e XXI), por esta metodologia permitir ao pesquisador uma visualização mais ampla sobre os fenômenos de variação linguística e, também, para equiparar as amostras aos dados analisados por Coelho (2014), que seriam nosso parâmetro de comparação. Elaboramos essas amostras com base em alguns *corpora* já existentes e em outros textos, e adotamos alguns critérios diferenciados de seleção dos textos, como a observação estrita das edições. A nosso ver, seria uma contribuição importante de nosso trabalho o fornecimento de amostras de língua portuguesa que poderiam servir a outras pesquisas.

Para coletarmos os dados, baseamo-nos nas listas de construções sobre o aspecto inceptivo apresentadas em duas obras sobre o aspecto em português, uma portuguesa (BARROSO, 1994) e outra brasileira (TRAVAGLIA, 1985), para, assim, contemplarmos igualmente as variedades da língua que comparamos nesta pesquisa. Seleccionamos, ao todo, 19 construções inceptivas perifrásticas, duas canônicas (ideia de início no semantema do V1) e 17 não-canônicas (abstração metafórica do V1), além das construções com os verbos *começar*, *iniciar* e *principiar* considerados plenos.

Antes de procedermos às análises dos dados, de acordo com o que nos propusemos a fazer nos objetivos específicos, defendemos que verbos como *amanhecer*, *apodrecer*, *escurecer* etc., tidos como inceptivos em certas obras (como o manual de comunicação de Garcia (2008) e a gramática de Cunha e Cintra (2013)) não o são, de fato, o que está de acordo com parte da nossa hipótese sobre as construções que marcariam o referido tipo aspectual. Entretanto, com o avançar do estudo, deparamo-nos com fatos que foram de

encontro a outra parte dessa hipótese, segundo a qual acreditávamos que construções encabeçadas pelos verbos *começar*, *iniciar* e *principiar*, em suas formas plenas, também marcariam o aspecto inceptivo. Com o auxílio do arcabouço teórico da Gramática de Construções (o qual vem sendo adotado por outros trabalhos do campo do aspecto – uma das nossas motivações para a escolha dessa vertente teórica), percebemos que há diversos pontos que devem ser esclarecidos em cada um dos tipos de construções em que ocorrem os verbos citados, pois observamos diversas minúcias (como a presença da causatividade), que, a nosso ver, podem influenciar no sentido da construção. Essas constatações nos fizeram excluir alguns dados que havíamos coletado referentes a essas construções. Dessa maneira, restringimos nossos dados às construções perifrásticas somente, e foi a partir delas que tecemos as interpretações referentes às outras duas hipóteses que elaboramos.

Procedendo às análises dos dados que coletamos, os quais foram compostos de 176 CIs para o PE e de 189 para o PB, aplicamos o teste qui-quadrado para verificarmos se a distribuição temporal desses dados seria significativa, acusando, pois, a variação diatópica que esperávamos encontrar. Os resultados desse primeiro teste das amostras, entretanto, não apontaram significância na distribuição dos dados.

Mesmo que os primeiros resultados do qui-quadrado tenham nos apontado a direção contrária de nossa hipótese de variação diatópica, continuamos com nossas análises, pois observamos uma distribuição bastante irregular dos dados de acordo com os séculos e com a modalidade da língua (oral e escrita), fato que poderia ter sido ocultado nos primeiros cálculos do teste estatístico, que se valeu somente da distribuição diacrônica, sem separação de tipo de CI.

Por meio de observações mais acuradas, identificamos uma frequência muito alta da CI *começar a V2*, tanto na escrita quanto na oralidade do PE e do PB. Conforme pudemos notar na literatura especializada, essa alta frequência é esperada, devido à boa gramaticalização dessa CI (TRAVAGLIA, 2006), o que faz com que ela seja muito recorrente. *Principiar a V2*, a outra CI canônica que analisamos, teve um quase desaparecimento em nossos dados, o que nos levou a cogitar que, entre as CIs canônicas, houve um processo de variação que culminou com a “vitória” de *começar a V2*. As CIs não-canônicas, por outro lado, tiveram uma frequência muito baixa, mesmo que, em nosso estudo, elas tenham composto a maior parte de tipos de CI (17, ao todo). Essa baixa frequência é previsível, pois, de acordo com estudos de gramaticalização, como o de Gonçalves *et al.* (2007), as formas verbais que participam do paradigma de V1 das CIs não-canônicas são fracamente gramaticalizadas, se comparadas à CI *começar a V2*. Além dessa baixa ocorrência,

verificamos uma distribuição bastante irregular dessas CIs entre a oralidade e a escrita, tanto entre o PB e o PE, quanto dentro de cada variedade em particular. Tendo em vista essas observações, testamos as amostras, mais uma vez, com o qui-quadrado, para verificar se a distribuição das CIs canônicas e não-canônicas seriam significativas para explicar a distinção de frequência identificada. Os resultados desses novos cálculos apontaram uma distribuição normal das CIs canônicas entre o PE e o PB, em ambas as modalidades da língua, mas acusaram um índice significativo para as CIs não-canônicas, entre o PE e o PB, na modalidade escrita, e outro índice próximo da significância, para a oralidade, também entre o PB e o PE. Esses novos resultados fortaleceram nossa hipótese sobre a influência da constituição dos textos orais e escritos na marcação aspectual, o que nos levou a verificar a existência de padrões distintos para a marcação do aspecto inceptivo nas CIs não-canônicas de acordo com a oralidade e com a escrita das variedades brasileira e europeia do português.

De acordo com nossas análises, a modalidade escrita, cujo índice de significância estatística se mostrou relevante, é propícia a apresentar mais CIs não-canônicas do que a oralidade, por alguns motivos próprios da sua constituição. Por exemplo, por ser *off-line*, a escrita é mais livre do que a oralidade (que é *on-line*), no que diz respeito às escolhas lexicais e discursivo-pragmáticas, o que permite ao escritor pensar mais, em termos metalinguísticos, e, inclusive, ativar certas construções linguísticas tidas como complexas (tal como são as CIs não-canônicas, mais complexas do que as canônicas por serem cumulativas e por imporem mais restrição de traços na constituição da construção). Devido a essas características da modalidade escrita e a outros fatores, como a variação lexical e o tipo de texto (que, em nossas amostras, foi predominantemente narrativo), o estilo individual dos autores fica mais sobressalente, o que, a nosso ver, é um fator importante nas escolhas aspectuais, uma vez que o aspecto é uma categoria temporal objetiva, mas que é sujeita às escolhas pragmáticas do falante. Com essas interpretações, pudemos concluir que, em relação ao uso das CIs não-canônicas, há uma variação diatópica ocorrendo, esta que, de acordo com nossas observações, é condicionada pela variação diamésica (oral x escrita), a qual, por sua vez, engloba a variação diafásica (estilo), a variação lexical e outras questões de ordem linguística, tais como a compatibilidade de traços da CI, o efeito cognitivo do *chunking* e a lexicalização.

Em relação às características formais e semânticas das CIs, tanto canônicas quanto não-canônicas, percebemos que o PE e o PB são muito semelhantes. Nos quatro quesitos que analisamos (uso e tipo da preposição, tempos e modos verbais utilizados, tipo do V2 e recursos que integram as CIs), houve pequenas diferenciações entre o PE e o PB, mas nenhuma que evidenciasse características específicas de uma ou de outra variedade, a ponto

de influenciar na variação linguística que detectamos em nossas análises. As questões-problema que levantamos nessa seção tratam, portanto, de características gerais das CIs no português.

De fato, ainda existem pontos a serem investigados sobre a categoria aspectual. Dessa maneira, tanto o referencial teórico quanto as análises aqui empreendidas apresentam lacunas, divergências e limitações. Uma das limitações mais evidentes de nosso estudo reside no fato de não nos dedicarmos a uma descrição mais abrangente dos processos linguísticos e cognitivos que regem as CIs. Não pudemos nos dedicar a essas questões, pois nossos objetivos estavam voltados para a variação linguística. Mesmo assim, temos ciência da importância que processos, como a gramaticalização e o *chunking*, têm na constituição de construções aspectuais, conforme outros trabalhos, como o de Sigiliano (2013), já discutiram. Além de limitações desse tipo, também nos deparamos com certas divergências na própria literatura sobre o aspecto, algo que consideramos importante ressaltar, para que sejam fomentadas discussões mais frequentes sobre essa categoria linguística desconhecida de muitos (tentamos, inclusive, dar nossa contribuição para essas discussões, ao tratarmos da terminologia *inceptivo x incoativo*). Entendemos ser nosso dever evidenciar as limitações e as lacunas surgidas durante a pesquisa, pois elas podem, de alguma forma, contribuir para o empreendimento de investigações futuras.

Com este trabalho, pretendemos, ainda, contribuir para os estudos sobre o aspecto em português, acrescentando a visão comparativa que, até então, não tivemos notícia nessa área. Estudar a língua numa perspectiva comparativa possibilita conhecer mais essa língua, o que abre diversos campos de investigação e permite ao pesquisador formular descrições e teorias mais concretas, uma vez que possui uma visão mais abrangente sobre seu principal objeto de estudo. Conhecer a língua em suas variadas dimensões também é muito importante para a desconstrução de preconceitos, uma das premissas mais importantes dos estudos linguísticos atuais. O estudo comparativo de caráter variacionista descreve, portanto, nosso principal desejo com esta pesquisa, o qual se encontra na epígrafe deste capítulo (TRUDGILL, 2000 [1974]): mostrar aos falantes comuns que suas variedades de língua, por mais complexas que elas possam parecer, são sistemas incrivelmente estruturados, tudo isso fruto da capacidade cognitiva humana e das relações sociais e históricas estabelecidas pelas pessoas – itens que, brevemente, tentamos discutir aqui.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João de. **Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo**. Assis, São Paulo: ILHPA – HUCITEC, 1980.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. Língua: modalidade oral/escrita. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. **Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11.

ARAUJO, Andréia Silva; FREITAG, Raquel Meister Ko. O funcionamento dos planos discursivos em textos narrativos e opinativos: um estudo da atuação do domínio aspectual. **Signum Estudos Linguísticos**, Londrina, nº 15/1, p. 57-76, jun. 2012.

ARRAIS, Telmo Correia. As construções causativas em português. **Alfa**, São Paulo, n. 29, p. 41-58, 1985.

AZEVEDO, Adriana Maria Tenuta de. **Estrutura narrativa e espaços mentais**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

BAILEY, Guy. Real and apparent time. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino (org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 2000. p. 57-77.

BARROSO, Henrique. Expressão perifrástica da categoria gramatical verbal aspecto em português contemporâneo (I). **Diacrítica**, Braga, nº 5, 1990.

_____. **O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional / sincrónica**. Porto: Porto Editora, 1994.

_____. Das perífrases verbais e/ou dos complexos verbais perifrásticos enquanto meio de expressão privilegiado de alguns valores aspectuais e/ou temporo-aspectuais em português. **Diacrítica**, Braga, nº 13-14, 1998/1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. vol. I. São Paulo: Editora Nacional / Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BERLINCK, Rosane de Andrade; BARBOSA, Juliana Bertucci; MARINE, Talita de Cássia. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 2, p. 169-195, jul./dez. 2008.

BYBEE, Joan L. Usage-based Theory and exemplar representations of constructions. In: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme (eds.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. Representação lexical de verbos incoativos e causativos no Português Brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v. 9, nº 2, p. 123-147, jul./dez. 2010.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTILHO, Ataliba de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968. (Coleção de Teses, 6).

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia de Pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CHAVES, Elaine. **O Surgimento do Português Brasileiro: mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CIRÍACO, Larissa Santos. **A alternância causativo-ergativa no PB: restrições e propriedades semânticas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

COELHO, Sueli Maria. **Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens *ter, haver, ser, estar e ir* na língua portuguesa**. 2006. 321 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

_____. A gramaticalização das formas verbais (a)garrar, danar, desandar e desatar para expressão das categorias aspectuais incoativa, cursiva e iterativa na língua portuguesa. **ReVEL**, v. 12, n. 22, 2014.

COELHO, Sueli Maria; PAULA, Thaís Franco de. The metaphor in the grammaticalization process of the verb DANAR to express inceptive aspect with extension of the action in Brazilian Portuguese. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 15, nº 2, p. 453-473, Belo Horizonte, abr./jun. 2015.

COMRIE, Bernard. **Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems**. New York: Cambridge University Press, 1976.

COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.

CROFT, William A. **Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. Construction grammar. In.: GEEREARTS, D.; CUYCKENS, H. **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. 6ª ed. Oxford: Blackwell, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

CUNHA, Luís Filipe Alvão Serra Leite da. **Semântica das predicções estativas para uma caracterização aspectual dos estados**. 2004. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2004.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. **Corpus do Português: 45 milhões de palavras, 1300s a 1900s**. 2006–. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>. Acesso em: 23 nov. 2015.

DRZAZGOWSKA, Joanna. O tempo gramatical e a sua influência no valor aspectual da construção perifrástica. **Etudes Romanes de Brno**, v. 1, n° 30, 2009.

_____. As perífrases verbais no Português Europeu. **Romanica Cracoviensia**, v. 11, 2012.

DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia (org.). **O sujeito em peças de teatro (1883-1992): estudos diacrônicos**. São Paulo: Parábola, 2012.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2014.

FILLMORE, Charles; KAY, Paul; O'CONNOR, Mary Catherine. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: The case of let alone. **Language**. vol. 64, n. 03, p. 501-538, sep. 1988.

FILLMORE, Charles. The mechanisms of construction grammar. **Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 1988. p. 35-55.

FILLMORE, Charles; KAY, Paul. Grammatical constructions and linguistic generalizations: the what's X doing Y? construction. **Language**, n° 75, p. 1-34, 1999.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GIVÓN, Talmy. Tense, aspect and modality I: functional organization. In.: **Syntax – an introduction**. v. 1. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins, 2001, p. 285-335.

GOLDBERG, Adele. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. **Constructions at Work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina *et al.* (orgs.). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola, 2007.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana Stahl. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (eds.). **The handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

HLIBOWICKA-WEGLARZ, Barbara. Recursos morfológicos de integração aspectual na língua portuguesa. **Acta Universitatis Palackianae Olomucensis: facultas philosophica. Philologica. Romanica**. 7, Volume 71, 1998.

HOPPER, Paul. Aspect and foregrounding in discourse. **Syntax and Semantics**, v. 12, p. 213-241, 1979.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. 2ª. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HORA, Demerval; WETZELS, Leo. A variação linguística e as restrições estilísticas. **Revista da ABRALIN**, v. eletrônico, n. especial, p. 147-188, 1ª parte, 2011.

LABOV, William; WEINREICH, Uriel; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, [1968] 2006.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**: internal factors. v. 1. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

_____. **Principles of linguistic change**: social factors. v. 2. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.

_____. **Padrões Sociolinguísticos** (Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAKOFF, George. The contemporary theory of metaphor. In: GEERAERTS, Dirk. **Cognitive Linguistics**: basic readings. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006 [1979].

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of Cognitive Grammar**: theoretical prerequisites. v. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LISBOA DE LIZ, Lucilene. Uma análise aspectual da construção “dar uma x-(a)da. **ReVEL**, v. 5, n. 8, 2007.

LYONS, John. **Introduction to theoretical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub *et al.*. Gramática da Língua Portuguesa. 5ª ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003.

MELLO, Heliana. Os *corpora* orais e o C-ORAL-BRASIL. In: RASO, Tommaso; MELLO, Heliana (orgs.). **C-ORAL-BRASIL I: corpus** de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 31-54.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.) **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

PAULA, Thais Franco de. **Estudo do processo de gramaticalização do verbo *danar* para marcação de aspecto no português brasileiro**. 2014. 91 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

PONTES, Eunice Souza Lima. **Verbos auxiliares em português**. 1971. 144 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1971.

PRESTES-RODRIGUES, Liliane. Do léxico à sintaxe: tópicos sobre a evolução da noção de aspecto. **Linguagens e Ensino**, Pelotas, v. 16, nº 1, p. 215-236, jan./jun. 2013.

RAFAEL, Giovanna Cristina Rodrigues Alves. **As construções com o verbo *começar* no português do Brasil e a noção de inceptividade aspectual**. 2015. (manuscrito)

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; MITTMANN, Maryualê M. The C-ORAL-BRASIL I: Reference Corpus for Spoken Brazilian Portuguese. In: **Eight International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2012)**, 2012, Istanbul. Proceedings of the Eight International Conference on Language Resources and Evaluation. Paris: European Language Resources Association (ELRA), 2012. p. 106-113.

REICH, Núbia Ferreira. O processo de auxiliaridade verbal no português brasileiro: uma análise dos aspectuais. **Revista Letras**, Curitiba, n. 84, p. 111-136, jul./dez. 2011.

SALOMÃO, Margarida. Lanterna na proa: sobre a tradição recente nos estudos da linguística. **Gragoatá**, nº 23, p. 27-52, 2007.

_____. Teorias da linguagem: a perspectiva sociocognitiva. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida Martins. **Construções do Português do Brasil: da gramática ao discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 20-32.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral** (organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger). 34ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1912].

SCHER, Ana Paula. As categorias aspectuais e a formação de construções com o verbo *levar*. **Revista do GEL**, Araraquara, v. 2, p. 9-37, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SIGILIANO, Natalia Sathler. Evidências translinguísticas da metáfora de movimento na Construção de Aspecto Inceptivo. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-**

Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 8, n. 1, junho de 2012.

_____. **A construção aspectual inceptiva do português com verbos não canônicos.** 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

SILVA, Silmara Eliza de Paula. **O processo de gramaticalização da construção V_{1dar} + p(a)ra + V_{2infinitivo} como marcadora aspectual no português.** 2014. 65 f. Monografia (Bacharelado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SILVA, Silmara Eliza de Paula; COELHO, Sueli Maria. O *continuum* de gramaticalização do verbo DAR: de predicador a auxiliar. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 23-40, 2º sem. 2014.

SMITH, Carlota S. **The parameter of aspect.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

SOUZA, Ricardo Augusto; COELHO, Sueli Maria; SANTOS, Alexandre Alves; NASCIMENTO, Telma Almeida. Processamento de sujeitos de orações com verbos inacusativos no português brasileiro. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 11, nº 3, p. 328-339, jul./set. 2014.

TARALLO, Fernando. **Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa.** São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A pesquisa sociolinguística.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica.** 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1993] 1996. p. 69-102.

TAYLOR, John R. **Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory.** Nova Iorque: Clarendon Press (Oxford University Press), 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão.** Ed. rev. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

_____. A gramaticalização do verbo *começar*. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos; BERTOLDO, Ernesto Sérgio; MUSSALIM, Fernanda; ROCHA, Maura Alves de Freitas; ARAÚJO, Maurício Viana. **Linguística: caminhos e descaminhos em perspectiva.** Uberlândia: EDUFU, 2006. (cd-rom)

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: an introduction to language and society.** 4ª ed. Londres: Penguin, 2000 [1974].

VENDLER, Zeno. **Linguistics and Philosophy.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1967.

VITRAL, Lorenzo Teixeira; COELHO, Sueli Maria. A gramaticalização de “danar a”, “destampar a” e “garrar a” + infinitivo e a expressão cumulativa de aspecto. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 177-198, 2011.

WACHOWICZ, Tereza Cristina; FOLTRAN, Maria José. Sobre a noção de aspecto. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 48, v. 2, p. 211-232, 2006.

CORPORA DA PESQUISA:

- **Escrito:**

ANTUNES, António Lobo. **Ontem não te vi em Babilónia**. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

AZEVEDO, Aluísio. **Casa de Pensão**: tipos e fatos. 3ª ed. (popular). Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1884.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1915.

COELHO, Paulo. **Onze minutos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

DRUMMOND, Roberto. **Hitler manda lembranças**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

HERCULANO, Alexandre. **Eurico, o Presbítero**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **A Moreninha**. Rio de Janeiro: Typ. Francesa, 1844.

QUEIRÓS, Eça de. **O primo Basílio**: episódio doméstico. 2ª ed. Revista. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1878.

SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1989.

TORGA, Miguel. **Vindima**. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

- **Oral:**

ALENCAR, José de. **Verso e reverso**: comédia em 2 actos. 2ª ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.

ARANHA, Graça. **Malazarte**. Rio de Janeiro: F. Briguiet e cia., 1911.

ASSIS, Machado de. O caminho da porta: comédia em um acto. In: **Theatro de Machado de Assis**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1863. p. 1-42.

BRANCO, Camilo Castelo. **A morgadinha de Val d'Amores** – entre a flauta e a viola: comédia em 3 actos. Porto: Viúva Moré, 1871. (Versão obtida no corpus Tycho Brahe)

BRANDÃO, Raúl. **O avejão**: episódio dramático. Lisboa: Seara Nova, 1922. (Edição da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013).

_____. O gebo e a sombra: peça em 4 actos. In: **Teatro**. Primeiro volume. Porto: Renascença Portuguesa, 1923. (Edição diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007).

CHAGAS, Manuel Pinheiro. **A morgadinha de Valflor**: drama em 5 actos. Porto: Viúva Moré, 1869. (Versão obtida no corpus Tycho Brahe).

CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo (eds.). **C-ORAL-ROM**: Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages. 2005.

CRPC: Corpus de Referência do Português Contemporâneo. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

GARRETT, Almeida. Frei Luís de Sousa: drama. In: **Theatro de J. B. de Almeida Garrett**. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. p. 23-156.

_____. Sobrinha do marquês: comédia. In: **Obras de J. B. de Almeida Garrett**. Tomo X. Lisboa: Imprensa Nacional, 1848. p. 15-176.

PEDERNEIRAS, Raul. **O chá do Sabugueiro**: comédia em 3 actos, sobre costumes cariocas. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, 1931.

PENA, Martins. **O noviço**: comédia em três actos. Rio de Janeiro: Casa Imperial, 1853.

_____. **Juiz de paz na roça**: comédia em um acto. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1871.

PEUL: Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana (orgs.). **C-ORAL-BRASIL**: Corpus de Referência do Português Brasileiro Falado Informal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A: DADOS DE ESCRITA COLETADOS – NÚMEROS ABSOLUTOS

Itens	Brasil					Portugal				
	XIX		XX		XXI	XIX		XX		XXI
<i>(re)começar a</i>	7	11	9	19	35	8	17	12	18	15
<i>principiar a</i>	1	15	0	0	0	0	0	1	1	4
<i>passar a</i>	0	5	0	3	11	0	0	0	4	0
<i>pôr-se a</i>	0	5	3	1	0	0	15	0	1	1
<i>(a)garrar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>deitar a</i>	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>desatar a</i>	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>pegar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>despejar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>cair a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>romper a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>desandar a</i>	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
<i>entrar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
<i>disparar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>danar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>destampar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>dar p(a)ra</i>	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0
<i>largar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>meter-se a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	50		38		46	40		38		20
Total geral	134					98				

Fonte: Amostras da pesquisa.

APÊNDICE B: DADOS DE ORALIDADE COLETADOS – NÚMEROS ABSOLUTOS

Itens	Brasil								Portugal														
	XIX				XX				XXI				XIX				XX				XXI		
<i>(re)começar a</i>	0	0	1	2	5	0	14	23	2	4	0	2	3	0	14	27							
<i>princípios a</i>	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0							
<i>passar a</i>	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	2	1							
<i>pôr-se a</i>	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	1	8	0	0	0							
<i>(a)garrar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>deitar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0							
<i>desatar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	2	0	0	0							
<i>pegar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>despejar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>cair a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>romper a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0							
<i>desandar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>entrar a</i>	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>disparar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>danar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>destampar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>dar p(a)ra</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>largar a</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
<i>meter-se a</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0							
Totais	5				27				23	21				30				28					
Total geral	55								79														

Fonte: Amostras da pesquisa.

APÊNDICE C: COMPARAÇÃO ENTRE *COMEÇAR A* E *PRINCIPIAR A* NO CORPUS DO PORTUGUÊS

